

Mateus Leme



MATERIAL DE TRABALHO
PERFIL MUNICIPAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Mateus Leme.....	18
Figura 2: Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Mateus Leme, 2000 a 2016	23
Figura 3: Domicílios, segundo localização urbana e rural – Mateus Leme, 2010	24
Figura 4: Domicílios, segundo número de moradores (%) – Mateus Leme, 2010	25
Figura 5: Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Mateus Leme, 2010	25
Figura 6: População residente, segundo faixa etária (%) – Mateus Leme, 2010.....	26
Figura 7: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Mateus Leme, 2000/2010.....	27
Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Mateus Leme, 2010.....	28
Figura 9: Indicadores demográficos selecionados – Mateus Leme, 2010	29
Figura 10: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Mateus Leme, 2010.....	31
Figura 11: Crianças atendidas na rede educacional (%) – Mateus Leme, 2010.....	32
Figura 12: Fluxo escolar, por faixa etária – Mateus Leme, 2010	33
Figura 13: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Mateus Leme, 2007/2015.....	35
Figura 14: IDHM, segundo dimensões – Mateus Leme, 1991/2010	37
Figura 15: IDHM, segundo dimensões –Mateus Leme, 2010	38
Figura 16: Árvore do IDHM – Mateus Leme, 2010.....	39
Figura 17: População segundo situação de pobreza (%) – Mateus Leme, 2010.....	40
Figura 18: Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Mateus Leme, 1991/2010 ...	41

Figura 19: Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Mateus Leme, 2010	42
Figura 20: Vulnerabilidades associadas – Mateus Leme, 2010	43
Figura 21: Comparativo IVS, segundo dimensões – Mateus Leme, 2010	45
Figura 22: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010	47
Figura 23: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Mateus Leme, 2017	48
Figura 24: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Mateus Leme, 2004 / 2015.....	50
Figura 25: Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e/ou Paisagístico (ZEIP).....	61
Figura 26: Unidades de Conservação no município de Mateus Leme	71
Figura 27: Reservas legais cadastradas no CAR.....	72
Figura 28: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Mateus Leme.....	81
Figura 29: Tipos e ocupação de domicílios, Mateus LemeFonte: IBGE, 2010	83
Figura 30: Taxa de vacância fundiária, Mateus Leme.....	84
Figura 31: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH	87
Figura 32: Carta de Vulnerabilidade Natural, Mateus Leme	88
Figura 33: Composição déficit habitacional, Mateus Leme	91
Figura 34: Domicílios precários, Mateus Leme	92
Figura 35: Produção PMCMV, Mateus LemeFonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2012.....	95
Figura 36: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH.....	99
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH.....	100
Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH	101

Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH.....	103
Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos	104
Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH	105
Figura 42: Zonas Especiais de Interesse Social, Mateus LemeFonte: Plano Diretor de Mateus Leme, Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012	107
Figura 43: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Mateus Leme, BH, RMBH e Brasil.....	116
Figura 44: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Mateus Leme, BH e RMBH.....	119
Figura 45: Número de viagens realizadas entre Mateus Leme e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012).....	120
Figura 46: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Mateus Leme, anos de 2002 e 2012.	123
Figura 47: Distribuição das viagens produzidas em Mateus Leme por modo de transporte, em 2002 e 2012	126
Figura 48: Distribuição das viagens produzidas em Mateus Leme por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.	128
Figura 49: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Mateus Leme	133
Figura 50: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Mateus Leme	138
Figura 51: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Mateus Leme	139
Figura 52: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Mateus Leme	140
Figura 53: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Mateus Leme	141

Figura 54: polígonos cadastrados no DNPM situados em Mateus Leme e seu entorno	148
Figura 55: valor da produção mineral comercializada por município – 2013	149
Figura 56: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013	150
Figura 57: Repercussões da atividade minerária na Serra de Itatiaiuçu sobre o Reservatório Serra Azul	151
Figura 58: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Mateus Leme e RMBH. 2004-2014.....	157
Figura 59: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Mateus Leme e RMBH. 2004, 2014	158
Figura 60: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Mateus Leme, RMBH.....	161
Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Mateus Leme. 2000.	166
Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Mateus Leme. 2010.	167
Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.	168
Figura 64: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.	168
Figura 65: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Mateus Leme e RMBH.	172
Figura 66: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Mateus LemeFonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.....	176
Figura 67: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Mateus Leme.....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População distritos, povoados e localidades de Mateus Leme	23
Quadro 2: Matrículas na rede municipal, segundo nível – 2013/2015	33
Quadro 3: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores	36
Quadro 4: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes	44
Quadro 5: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo.....	49
Quadro 6: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Mateus Leme, março 2016 / fevereiro 2017.....	50
Quadro 7: Conselhos de políticas públicas e legislação de criação.....	53
Quadro 8: Bens Protegidos do município de Mateus Leme, 2017	56
Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural.....	57
Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002.....	58
Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002.....	58
Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016.....	58
Quadro 13: repasse total de ICMS ecológico para o município de Mateus Leme	74
Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos de Mateus Leme	75
Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Mateus Leme.....	80
Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Mateus Leme	86
Quadro 17: Produção PMCMV FAR (Faixa 1), Mateus Leme.....	95
Quadro 18: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Mateus Leme.....	110

Quadro 19: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Mateus Leme	111
Quadro 20: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Mateus Leme, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	114
Quadro 21: Viagens cotidianas realizadas em Mateus Leme, BH e RMBH em 2002 e 2012.....	117
Quadro 22: Divisão percentual das viagens com origem em Mateus Leme, por destino da viagem, em 2002 e 2012	121
Quadro 23: Divisão dos destinos das viagens com destino a Mateus Leme, por origem da viagem, em 2002 e 2012	121
Quadro 24: Distribuição das viagens com origem em Mateus Leme e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	122
Quadro 25: Distribuição das viagens com destino a Mateus Leme com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	125
Quadro 26: População total e urbana (2000 e 2010), Mateus Leme e RMBH	137
Quadro 27: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Mateus Leme	140
Quadro 28: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Mateus Leme	143
Quadro 29: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Mateus Leme	144
Quadro 30: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Mateus Leme	152
Quadro 31: Participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Mateus Leme	153
Quadro 32: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Mateus Leme e RMBH	156
Quadro 33: Valor Adicionado Bruto por setores. Mateus Leme e RMBH. 2004, 2014.	158

Quadro 34: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Mateus Leme, RMBH. 2007, 2011, 2015	160
Quadro 35: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Mateus Leme. 2005 – 2015.....	162
Quadro 36: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 – 2015	165
Quadro 37: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Mateus Leme e RMBH.	169
Quadro 38: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Mateus Leme e RMBH.	172
Quadro 39: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Mateus Leme, RMBH e Brasil	173
Quadro 40: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Mateus Leme	176

SUMÁRIO

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	10
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	10
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E INSERÇÃO REGIONAL.....	13
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	13
2.2 Inserção regional.....	18
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS	22
3.1 Perfil demográfico	22
3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano	30
3.3 Vulnerabilidade social	39
3.4 Organização social e associativismo	52
4 CULTURA E PATRIMÔNIO	55
4.1 Patrimônio Cultural.....	55
4.2 Política cultural e diversidade	62
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	69
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais	70
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos	74
5.3 Conflitos ambientais.....	76
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	77
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	79
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	79
6.2 Zoneamento ecológico-econômico	85
7 HABITAÇÃO.....	89
7.1 Quadro Habitacional	90

7.2	Produção habitacional de interesse social.....	94
7.3	Bem-estar urbano	96
7.4	Zonas Especiais.....	106
8	MOBILIDADE URBANA	108
8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	109
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação	113
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo	120
9	AGRICULTURAS	130
9.1	Produção.....	132
9.2	Emprego.....	137
9.3	Estrutura Agrária	139
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	142
10	MINERAÇÃO.....	146
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Mateus Leme	147
10.2	A atividade minerária no território municipal de Mateus Leme	150
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	154
11.1	Produção.....	155
11.2	Emprego e Renda	159
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade	170
11.4	Finanças Públicas	175
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Mateus Leme, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Mateus Leme;
- Municiar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem

como da situação de trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados

aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E INSERÇÃO REGIONAL

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Mateus Leme, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor sudoeste, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

2.1 História do município e formação político-administrativa

De acordo com informe histórico disponível na página da Prefeitura de Mateus Leme, o povoamento do território onde hoje se encontra o município está ligado às bandeiras que cortaram seu território em busca de ouro e pedras preciosas.

Tais bandeiras chegaram à região vindas de Ouro Preto e Mariana, através da Serra de Santo Antônio (ou Serra de Santa Cruz), chefiadas por bandeirantes como Fernão Dias, Borba Gato e Mateus Leme, entre outros, que enfrentaram as dificuldades de atravessar o Rio Paraopeba e fundaram os povoados de Mateus Leme e Esmeraldas.

Mateus Leme, que deu origem à denominação primitiva do município - Arraial do Morro de Mateus Leme – foi um bandeirante paulista que instalou-se nas proximidades presumivelmente nos primeiros anos do século XVIII. No volume XXVI da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – ed. IBGE – Mateus Leme é citado como o “genro de Borba Gato que desbravou, em meados do século XVIII, as terras onde hoje se localiza o município que leva seu nome”:

Já em 1710, uma carta Sesmaria refere-se ao local (Morro do Mateus Leme), comprovando a sua origem bem remota; outras fontes documentais, dos anos 1739 e 1745, referem-se ao arraial.

Segundo o estudioso Teophilo de Almeida, encontram-se no Morro de Mateus Leme vestígios de antigos aquedutos e lavrados, iniciados um trabalho vultoso de mineração aurífera no local. Disso podemos deduzir que a mineração ali apresentava-se muito lucrativa, pois compensava os gastos com obras bastantes onerosas (MATEUS LEME, acesso em março 2017).

Com a decadência da exploração aurífera a população passou a dedicar-se à agricultura e à pecuária.

Outro marco no povoamento e desenvolvimento do município foi a instalação do transporte ferroviário. Conforme levantado no Inventário do patrimônio de Juatuba, cidade desmembrada de Mateus Leme, a região se desenvolveu de maneira mais consistente a partir da construção da Estrada de Ferro Pedro II, que depois 1889 passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil.

Dentro do território de Mateus Leme, no então povoado de Juatuba, havia um entroncamento ferroviário com a então Rede Mineira de Viação, que fazia a linha Belo Horizonte – Garças de Minas, construída entre 1911 e 1916. A história e importância do transporte ferroviário para toda a região está descrita da seguinte forma no Plano de Inventário de Juatuba, município vizinho a Mateus Leme:

Na década de 1970, fundida com a Linha do Paraopeba, da Central do Brasil, a estação integrou o transporte suburbano da região metropolitana de Belo Horizonte, porém toda a linha para a capital mineira, em bitola métrica, foi inaugurada no dia primeiro de julho de 1911, compreendendo as estações de Carmo do Cajuru, Angicos, Itaúna, Azurita, Mateus Leme, Juatuba, Vinhático, Ponte Nova (parada), Vianópolis, Saraiva (parada), Capela Nova, Macaúba (parada), Ribeirão do Betim (parada), Imbiruçu (parada), Bernardo Monteiro, Camargos (parada), Berlarmino (parada), Gameleira (parada), Seminário (parada), Carlos Prates e Armazém de Cargas (parada). Na Gameleira, em Belo Horizonte, com a inauguração da linha de bitola larga da EFCB, em 1919, aproximavam-se as duas ferrovias que seguiam paralelas até a Praça Rui Barbosa, local de suas estações principais em Belo Horizonte. Apenas um ano depois da inauguração desta linha, a EFOM já mantinha trens com frequência diária, de Belo Horizonte para todas as suas linhas, inaugurando, nas décadas seguintes, novas estações, paradas e postos telegráficos ao longo da linha (JUATUBA, 2014, p.18).

De acordo com o Diagnóstico socioeconômico do município de Mateus Leme, disponível na página da Secretaria de Desenvolvimento econômico, foi a partir da instalação de indústrias o que o município transformou seu perfil econômico e alavancou-se o processo de desenvolvimento.

Nos anos 70 algumas indústrias instalaram-se na cidade, incrementando a economia local, então resumida no pequeno comércio e na agropecuária de subsistência. A mineração tinha também seu espaço, porém, não possuía a importância econômica que caracterizava cidades como Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete.

O principal impulso econômico à localidade foi a Instalação da Cervejaria Brahma, no ano de 1972, no então distrito de Juatuba. A empresa chegou a representar mais de 90% da arrecadação de ICMS do município e um crescimento enorme de serviços terceirizados na região. Outro setor de destaque no Município, principalmente nos anos 80 e 90 foi a de produção de hortifrutigranjeiros, com destaque para a produção realizada no Distrito de Serra Azul.

Após a emancipação do distrito de Juatuba, no ano de 1992, foi gerada uma grande preocupação em torno da situação econômica de Mateus Leme, pois sem a Cervejaria, o município perderia consideravelmente sua arrecadação. Porém, com programas de incentivo ao setor industrial, outras grandes empresas instalaram-se na cidade, encontrando na mesma um local de fácil acesso à todas as macro regiões de Minas Gerais, com um povo trabalhador e com grande comprometimento.

Quanto ao ramo de atividade, percebe-se que as novas indústrias estão, em sua maioria, voltadas ao ramo de autopeças, principalmente após a instalação da Fiat Automóveis na cidade de Betim e sua exigência de entrega de componentes sob a modalidade denominada *just in time*. Desta forma, Mateus Leme transformou-se em um local estratégico para implantação destes fornecedores (<http://mateusleme.mg.gov.br/index.php/diagnostico-socioeconomico-do-municipio>, acesso em março 2017).

Do ponto de vista de sua formação administrativa, está assim descrita no portal Cidades, do IBGE:

- Distrito criado com a denominação de Mateus Leme, pelo Decreto de 14-07-1832, e Lei Estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Pará. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Mateus Leme, figura no município de Pará. Assim permanecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920.
- Pela Lei Estadual nº 806, 22-09-1921, o município de Pará passou a denominar-se Pará de Minas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Mateus Leme, figura no município de Pará de Minas (ex-Pará). Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.
- Elevado à categoria de município com a denominação de Mateus, pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17-12-1938, desmembrado de Pará de Minas. Sede no antigo distrito de Mateus Leme.

Constituído de 3 distritos: Mateus Leme, Igarapé, desmembrado de Pará de Minas e Serra Azul desmembrado de Itaúna.

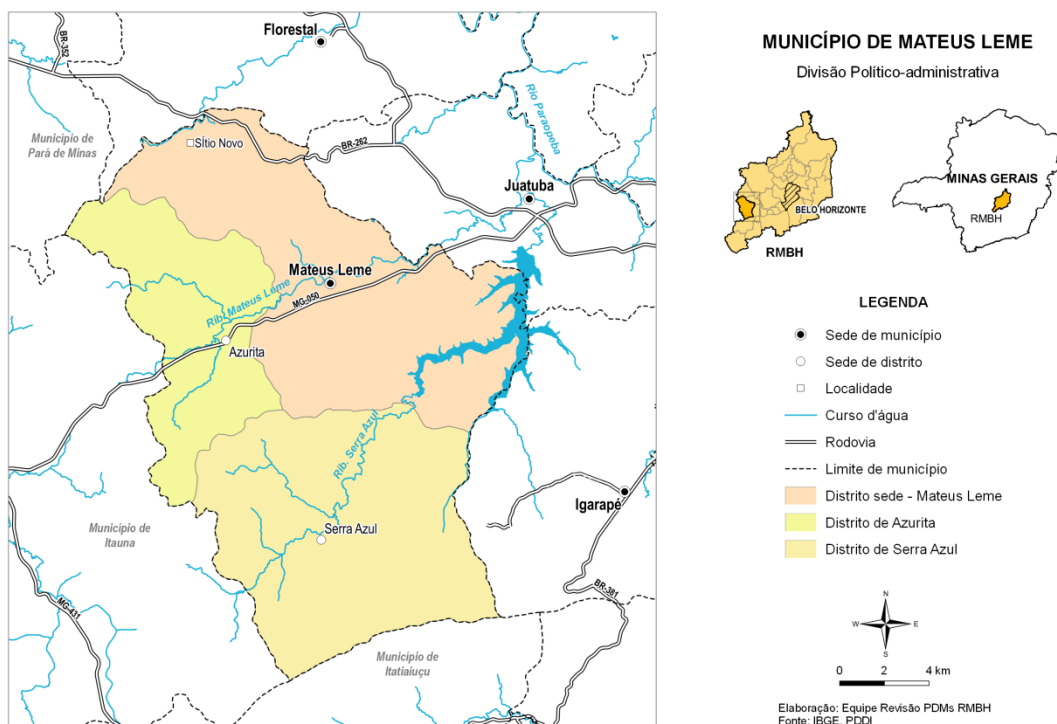
- No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Mateus Leme, Igarapé e Serra Azul.
- Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, é criado o distrito de Azurita e anexado ao município de Mateus Leme. Pelo mesmo Decreto-Lei o distrito de Serra Azul tomou a denominação de Boturobi.
- No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 4 distritos: Mateus Leme, Azurita, Boturobi (ex-Serra Azul) e Igarapé. Pela Lei nº 336, de 27-12-1948, é criado o distrito de Juatuba ex-povoado e anexado ao município de Mateus Leme.
- Em divisão territorial territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 5 distritos: Mateus Leme, Azurita, Boturobi, Igarapé e Juatuba. Pela Lei nº 1039, de 12-12-1953, é criado o distrito de São Joaquim de Bicas ex-povoado, criado com terras desmembradas do distrito de Igarapé e anexado ao município de Mateus Leme. Pela mesma lei o distrito de Boturobi voltou a chamar-se Serra Azul.
- Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 6 distritos: Mateus Leme, Azurita, Igarapé, Juatuba, São Joaquim de Bicas e Serra Azul (ex-Boturobi). Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.
- Pela Lei Estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembra do município de Matues Leme os distritos de Igarapé e São Joaquim de Bicas, para formar o novo município de Igarapé.
- Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 4 distritos: Mateus Leme, Azurita, Juatuba e Serra Azul. Assim permanecendo em divisão territorial datada 1991.

- Pela Lei Estadual nº 10.704, de 27-04-1992, desmembra do município de Mateus Leme o distrito de Juatuba. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído de 3 distritos: Mateus Leme, Azurita e Serra Azul.

2.2 Inserção regional

Mateus Leme está situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Vetor Sudoeste. A Figura abaixo traz a localização do município no contexto estadual e microrregional, distante 61 km da Capital Estadual, Belo Horizonte. Atualmente o município é composto pela sede e os distritos de Serra Azul e Azurita.

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010

Seus principais acessos são através das rodovias MG-050 (que corta o município), BR-262 e BR-381, rodovias duplicadas e administradas pela iniciativa privada, garantindo ao município boa acessibilidade rodoviária. Mateus Leme também possui ligação ferroviária em bitola larga (1600 mm) e bitola métrica (1000 mm).

Mateus Leme se insere no vetor oeste da RMBH conforme a dinâmica de reestruturação territorial apontada pelo PDDI e atualizada pelo projeto do Macrozoneamento. O vetor oeste se caracteriza por uma dinâmica ligada essencialmente ao desenvolvimento e à atividade industrial (sendo o principal eixo de expansão industrial da RMBH), especializada nos setores do complexo minero-metalúrgico-metal-mecânico. Essa concentração da atividade econômica produz, por sua vez, uma forte expansão imobiliária (ligada à dinâmica de produção de habitações através do PMCMV) que implica em ampliação das demandas por urbanização, especialmente nos municípios próximos a Belo Horizonte, e, também, no aumento de moradia informal e de baixa qualidade. Mais recentemente, o vetor vem experimentando outras formas de produção imobiliária ligadas, principalmente, à dinâmica dos condomínios residenciais fechados.

O vetor oeste também experimenta o processo de descentralização de diversas cadeias produtivas que transbordam dos municípios tradicionais (como Contagem e Betim) em direção a outros municípios do eixo. Essa descentralização, combinada com a própria expansão da atividade industrial – e de sua complexificação e intensificação tecnológica – se reflete na intensificação da atividade industrial em municípios antes menos dependentes da mesma bem como a reprodução de transbordamentos da atividade industrial (como a demanda por moradia e a intensificação do uso da infraestrutura viária). Nesse sentido, o vetor oeste apresenta cada vez mais uma diversificação produtiva, incluindo a oferta de serviços característicos de uma subcentralidade metropolitana bem como o desenvolvimento de setores de mais alta tecnologia (como de equipamento médicos, indústria farmacêutica e eletrônica). Ainda assim, setores de baixa e média complexidade tecnológica

(como alimentos, móveis e têxteis) continuam importantes na região. Apesar de todo esse histórico industrial, o vetor também se caracteriza pela produção de hortaliças para a RMBH. Além disso, a atividade minerária em alguns municípios do vetor, e também, predominantemente, a expansão da urbanização são as principais fonte de conflito ambiental no vetor oeste que é um dos principais contribuintes para o abastecimento de água da RMBH.

O município de Mateus Leme sofre diretamente essa polarização e esse desdobramento do complexo industrial tradicional do vetor ao longo dos eixos de expansão viários da BR-262 e da MG-050, especialmente nas cadeias produtivas ligadas à indústria automobilística. No entanto, também nota-se no município significativa especialização industrial principalmente nos setores de autopeças, metalurgia e da indústria química). Essa concentração de atividade econômica atrai para o município atividade imobiliária que pressiona a expansão urbana, mas também uma intensificação da ocupação irregular e informal do território.

Em Mateus Leme também se destaca a presença de atividade minerária ligada a não-metálicos e à extração de ferro, o que inclui o município na cadeia de produção minerária da RMBH, atividade que também possui importantes rebatimentos sobre a cadeia industrial do município, bem como em conflitos não só com a preservação ambiental (especialmente em virtude da existência de barragens de rejeito), mas mesmo na disputa pelo uso da infraestrutura viária. A atividade minerária também gera conflitos intermunicipais acerca dos ônus e bônus da atividade minerária cujos impactos se desdobram em municípios vizinhos; conflito este que demanda uma mediação e uma resolução supra-municipal.

Apesar desse caráter industrial, o município mantém uma forte produção na área agropecuária, mas principalmente de hortaliças sendo um importante fornecedor do CEASA e, portanto, uma fonte de abastecimento de produtos alimentícios para a RMBH. Essa potencialidade intensifica um possível conflito entre a preservação da área rural e as pressões por expansão da área

urbanizada, mas também indica conflitos entre a preservação ambiental e a atividade agropecuária que, em Mateus Leme, se dá nos moldes da produção em larga escala com características industriais e o uso de insumos químicos.

Por fim, cabe destacar a relação entre a produção do espaço em Mateus Leme e seus possíveis impactos sobre o abastecimento hídrico da RMBH devido à presença da represa de Serra Azul, o que torna ainda mais importante a atenção para os conflitos entre as atividades econômicas desenvolvidas pelo município (indústria, agropecuária e mineração) e a preservação hídrica.

3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS

É importante para o processo de revisão do Plano Diretor de Mateus Leme o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos Metadados.

3.1 Perfil demográfico

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Mateus Leme possuía uma população estimada de 27.856 habitantes (IBGE 2010), número este que chega a 30.423 pessoas em 2016, segundo a mais recente Estimativa da População (IBGE 2016). A partir de tais números é possível apontar que tem havido um contínuo processo de crescimento demográfico nos últimos anos (ainda que em ritmo inferior ao experimentado entre 2000 e 2010).

O município tem crescido acima da média metropolitana e estadual em todo o período analisado, processo resultante mais da migração e da própria dinâmica metropolitana, do que do crescimento vegetativo de sua população. Entre 2010 e 2016 a população Mateus-lemense cresceu em ritmo de 1,48% ao ano, taxa esta maior do que o apurado no período anterior.

Figura 2: Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Mateus Leme, 2000 a 2016



Fonte: IBGE, Censos demográficos 200/2010 e Estimativa da população 2016.

O Quadro abaixo traz a população total do município segundo localização urbana e rural para o ano de 2010, distribuída em seus distritos. Como se vê, a população urbana representa 89% da população total, percentual abaixo da média metropolitana. Também em relação à distribuição dos domicílios (ver Figura subsequente), Mateus Leme têm maior proporção de domicílios situados na zona rural, face à realidade da RMBH.

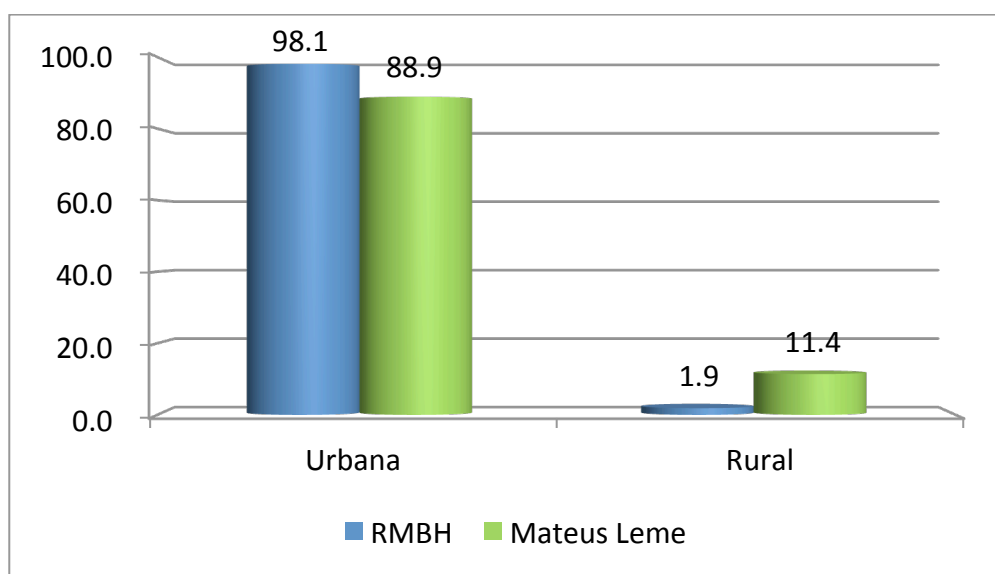
Quadro 1: População distritos, povoados e localidades de Mateus Leme

Distritos	Povoados e localidades	População			
		Urbana	Rural	Total	%
Sede	Sede	20.003	834	20.837	74.8%
	Localidade Sítio Novo				
Azurita	Sede	3.230	423	3.653	13.1%

Serra Azul	Sede	1.446	1.920	3.366	12.1%
Total		24.679	3.177	27.856	100.0%
%		88.6%	11.4%	100.0%	

Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010

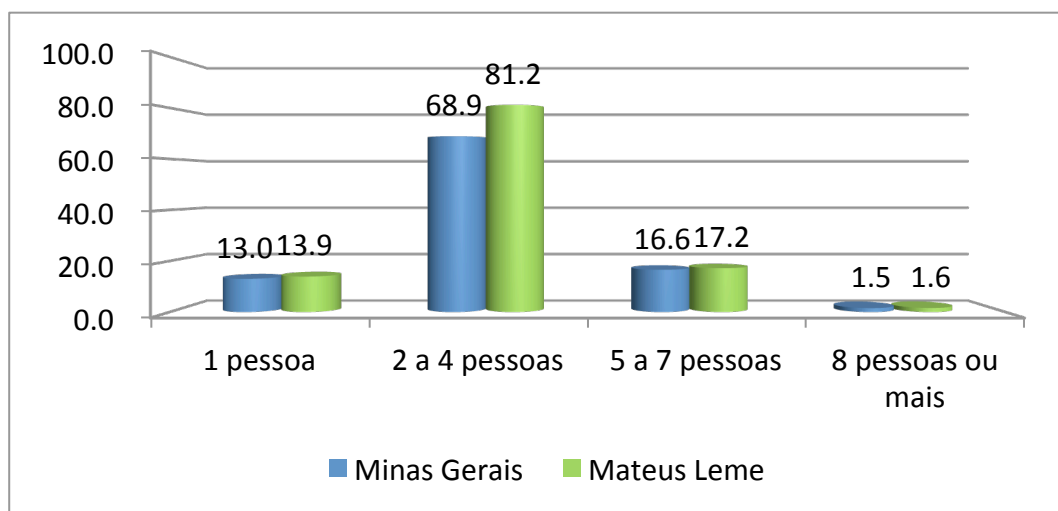
Figura 3: Domicílios, segundo localização urbana e rural – Mateus Leme, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No que é relativo ao número de habitantes por domicílio, Mateus Leme tende a apresentar números maiores, em média 3,55 habitantes /domicílio, acima da média estadual de 3,25. Como pode se ver na Figura abaixo, mais de 81% dos domicílios Mateus-lemenses têm entre 2 e 4 moradores.

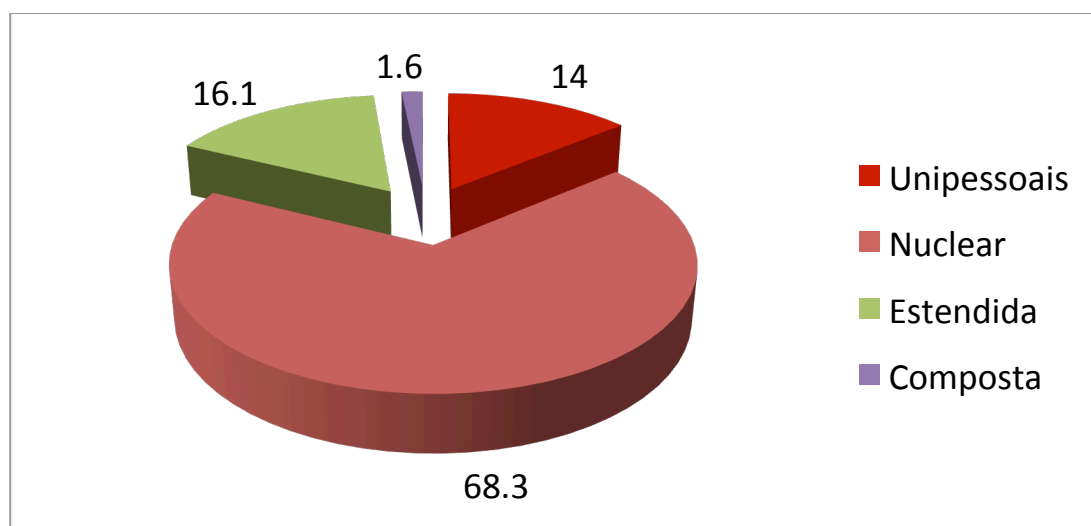
Figura 4: Domicílios, segundo número de moradores (%) – Mateus Leme, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como pode ser visto na Figura abaixo, a grande predominância das unidades domésticas no município é do tipo nuclear (responsáveis e seus filhos), sendo menos presentes as unidades unipessoais (apenas um morador), estendidas (com outros parentes) ou compostas (parentes e outros moradores não parentes).

Figura 5: Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Mateus Leme, 2010

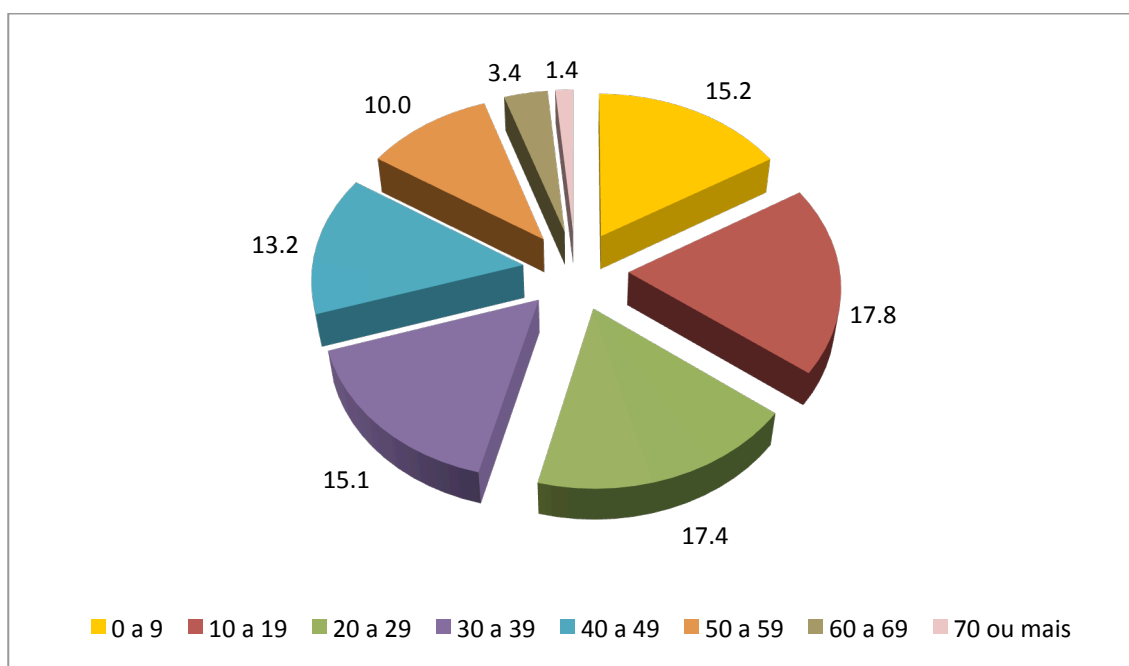


FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação ao sexo da população Mateus-lemense, 50,4% são mulheres, seguindo o padrão mineiro (50,8%), mas abaixo da composição feminina na média da RMBH (52%, segundo o Censo 2010).

Quanto à distribuição da população por faixas etárias (Figura a seguir) os dados indicam que 33% dos moradores de Mateus Leme estão situados nas faixas etárias até 19 anos, potencial indicador de demanda por programas de atendimento à criança, adolescente e juventude, aí incluídas as políticas de educação, esportes, lazer e cultura e capacitação profissional, por exemplo.

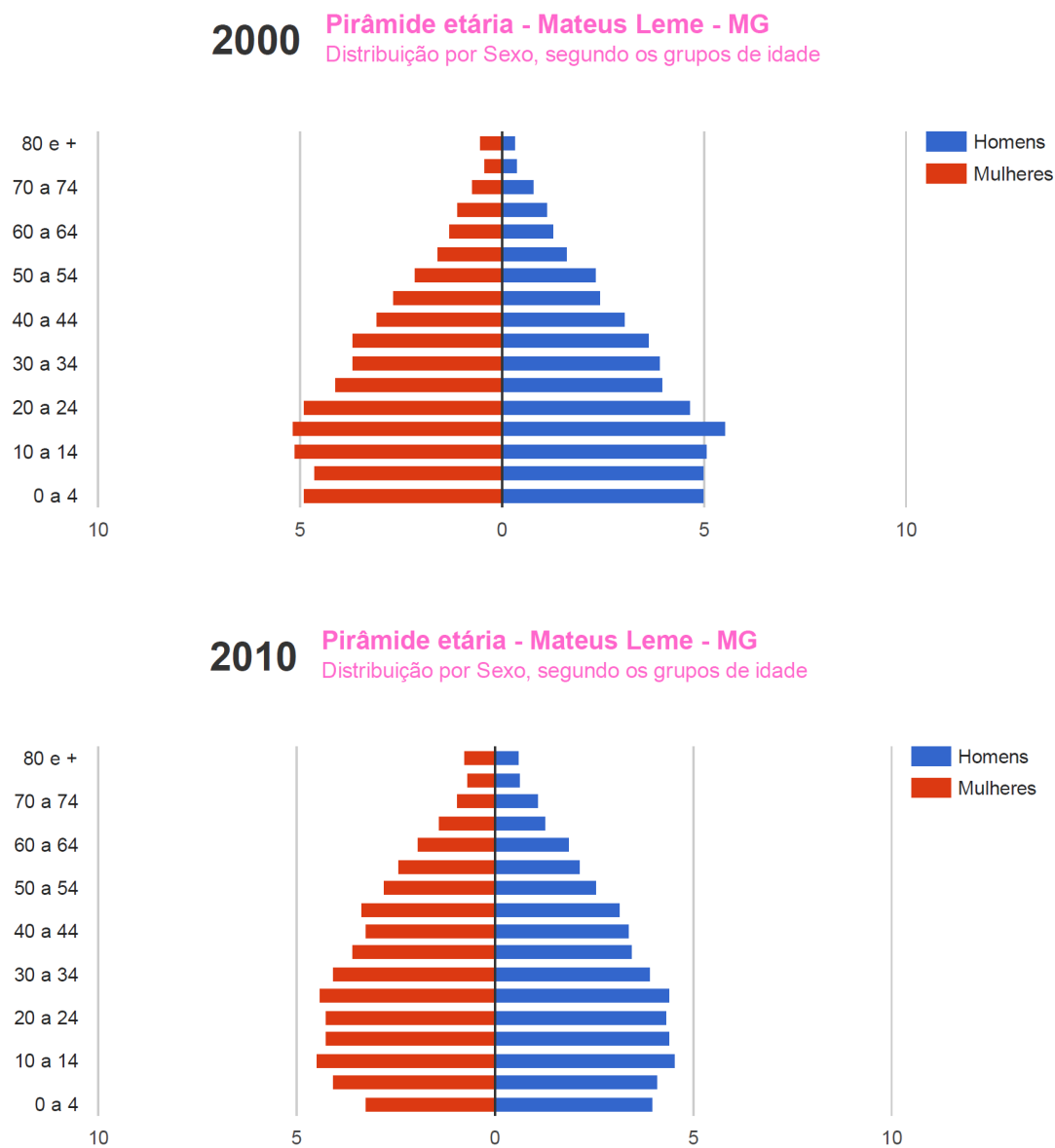
Figura 6: População residente, segundo faixa etária (%) – Mateus Leme, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Por outro lado, a análise da evolução da pirâmide etária (Figura a seguir), permite afirmar que, assim como o restante do país, Mateus Leme vem apresentando um processo de envelhecimento de sua população, com redução do percentual de pessoas nas faixas etárias inferiores e ampliação das faixas médias e superiores de idade.

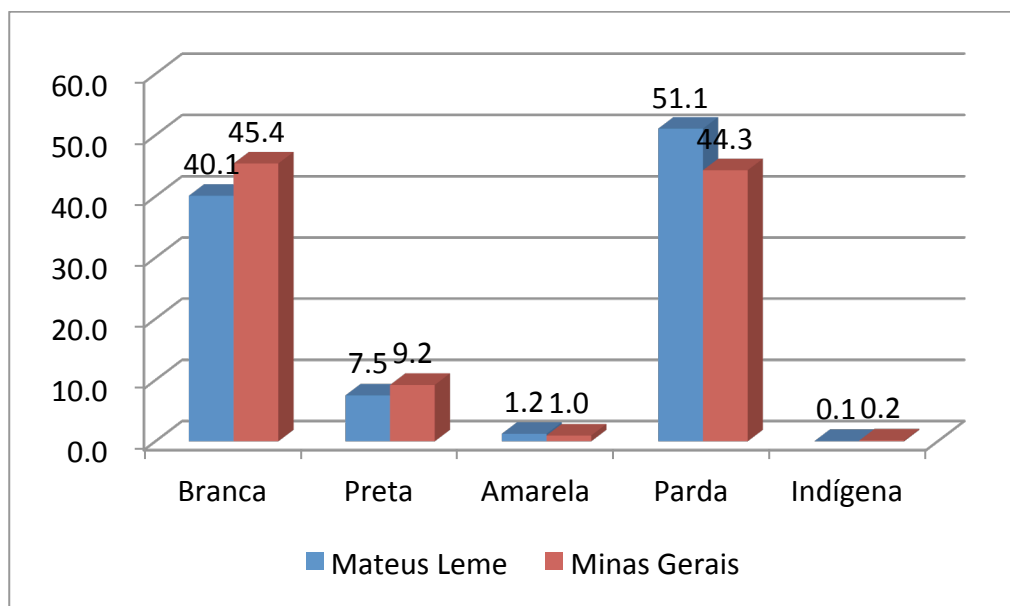
Figura 7: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Mateus Leme, 2000/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A Figura a seguir traz o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada. Nela é possível perceber que no município o percentual de autodeclarados pardos é o maior, acima inclusive da média estadual.

Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Mateus Leme, 2010



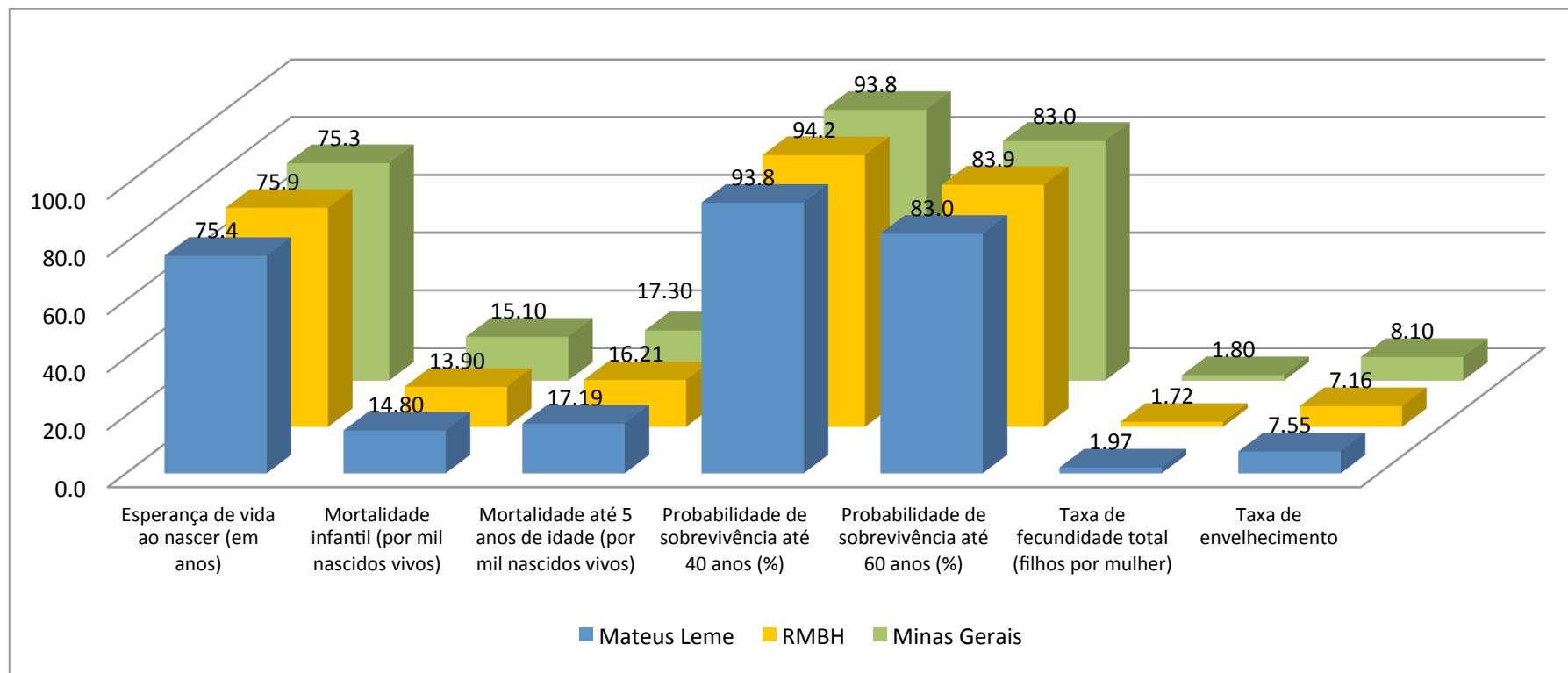
FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar indicadores tais como as taxas de fecundidade, mortalidade e expectativa de vida, além de outros apresentados na Figura a seguir.

O município apresenta, grosso modo, situação inferior à média metropolitana, próximo aos valores apurados na média de Minas Gerais. Nesse sentido, realçam maiores taxas de mortalidade (infantil e até 5 anos de idade) e menores esperança de vida ao nascer e probabilidade de sobrevivência até os 60 anos.

Por outro lado, ao se considerar a série histórica do município, vê-se que, ao longo das últimas décadas, houve melhorias significativas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida ao nascer da população Mateus-lemense aumentou em 11 anos entre 1991 e 2010, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 40,84 óbitos por mil nascidos vivos para 14,8 óbitos por mil nascidos vivos nas últimas duas décadas. Já a mortalidade até 5 anos de idade diminuiu de 53,44/1000NV para 17,19/1000NV no mesmo período.

Figura 9: Indicadores demográficos selecionados – Mateus Leme, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010

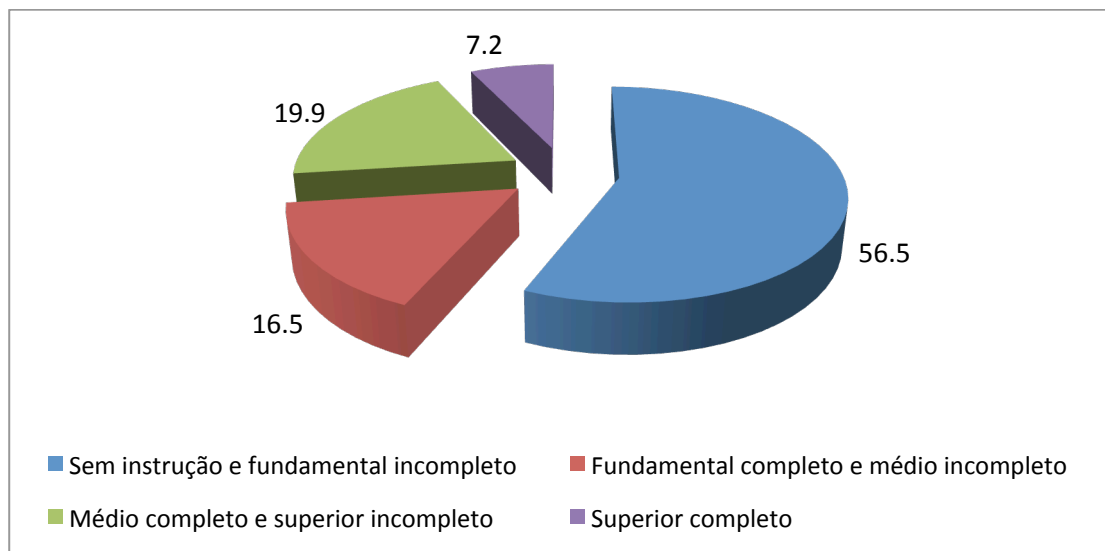
3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano

Nos últimos 20 anos o município de Mateus Leme, de maneira semelhante do que vem sendo verificado no Brasil como um todo, vem apresentando melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano de sua população. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores, de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama social que aparece como pano de fundo para a revisão do Plano Diretor municipal.

No que é relativo aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra a redução do analfabetismo no município, chegando ao ano de 2010 com 94,9% das pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas, acima da média mineira, onde 91,2% eram alfabetizados.

A Figura a seguir traz o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Neste quesito, a maioria não possui instrução ou possui, no máximo, o ensino fundamental incompleto. Entretanto, tal situação encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. De acordo a fonte, nos últimos anos tem havido gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Mateus Leme, ampliando-se os percentuais de pessoas com nível médio e superior no município entre 1991 e 2010.

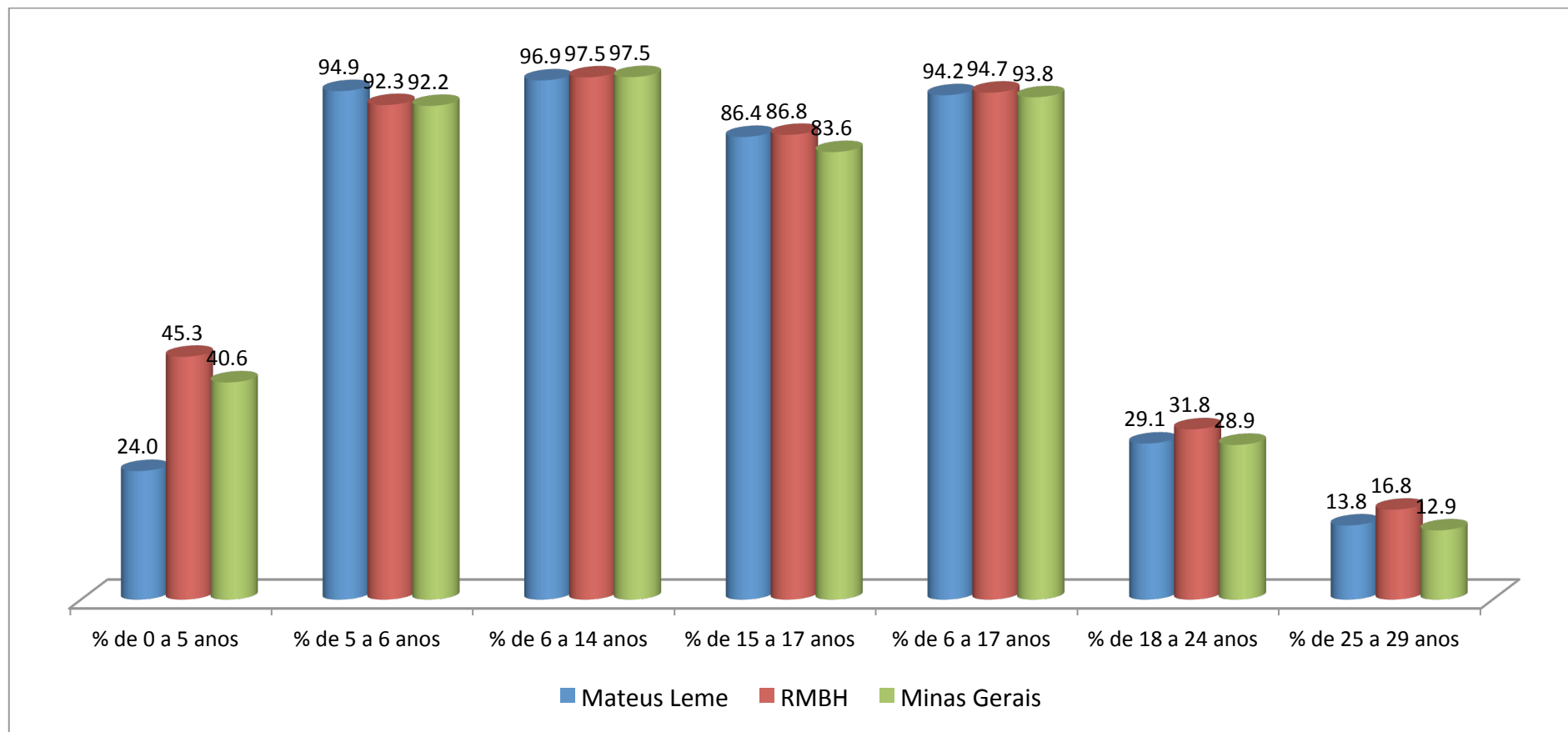
Figura 10: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Mateus Leme, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A próxima Figura mostra o percentual de crianças, adolescentes e jovens atendidos na rede escolar em Mateus Leme no ano 2010, em comparação com as médias metropolitana e mineira. Nesse sentido, é possível apontar que os maiores déficits de atendimento no município estão na educação infantil e no ensino médio, inclusive em comparação com as taxas registradas em outros municípios mineiros de porte aproximado. Ao se dividir a educação infantil, apurou-se que apenas 8,9% das crianças de 4 e 5 anos estavam na escola e 2,5% das de 0 a 3 anos.

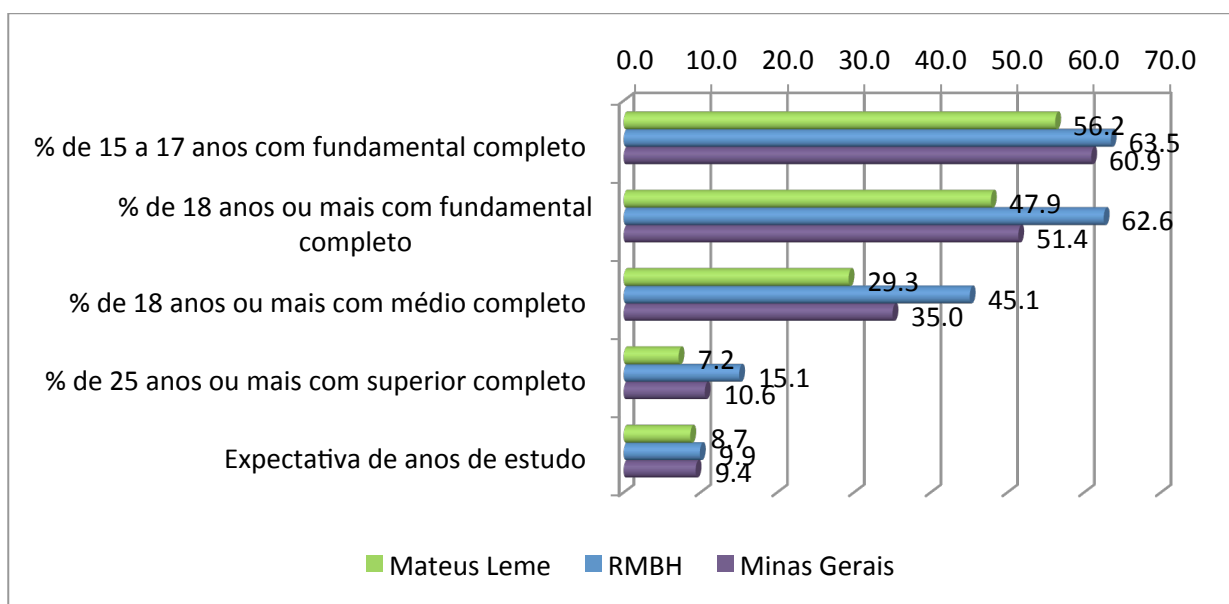
Figura 11: Crianças atendidas na rede educacional (%) – Mateus Leme, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010

De fato, a comparação dos dados de fluxo escolar no município com os apurados nas médias metropolitana e mineira indica que Mateus Leme encontra-se em situação precária, como pode ser visto na Figura abaixo. Em todas as faixas etárias analisadas há menor proporção de população Mateus-lemense com a escolaridade esperada, além de ser menor no município a expectativa de anos de estudo - em média 8,7 anos frente a 9,9 anos de estudo da população da RMBH e 9,4 da população mineira.

Figura 12: Fluxo escolar, por faixa etária – Mateus Leme, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

O Quadro abaixo indica, inclusive, que houve inflexão no número de matrículas no ensino infantil e fundamental no município no ano de 2015, contrariando a tendência de crescimento constante que seguia nos anos anteriores.

Quadro 2: Matrículas na rede municipal, segundo nível – 2013/2015

NÍVEL DE ENSINO	MATRICULAS 2013	MATRICULAS 2014	MATRICULAS 2015	CRESCIMENTO 2013/2015 (%)
Ensino Infantil	646	666	587	-9,13

Processo de Revisão
planoDiretor

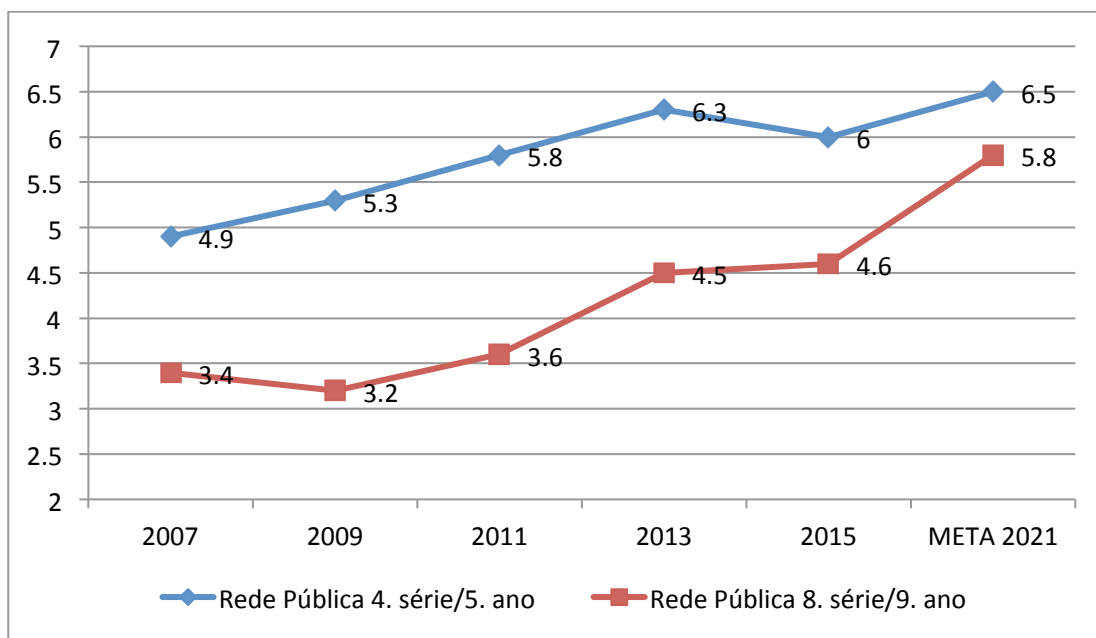
Ensino Fundamental	4.977	4.910	4.777	-4,02
Total Geral	5.623	5.576	5.364	-4,60

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015

Destaca-se que também houve queda no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB entre 2013 e 2015, como pode ser visto na Figura abaixo. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação)¹.

¹ O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8.

Figura 13: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Mateus Leme, 2007/2015



FONTE: INEP, 2015.

Todos os indicadores antes apresentados refletem diretamente na situação do município frente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios. Tal instrumento foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU / PNUD para todos os países do mundo. Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está um território² - mede o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no quadro abaixo.

² IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

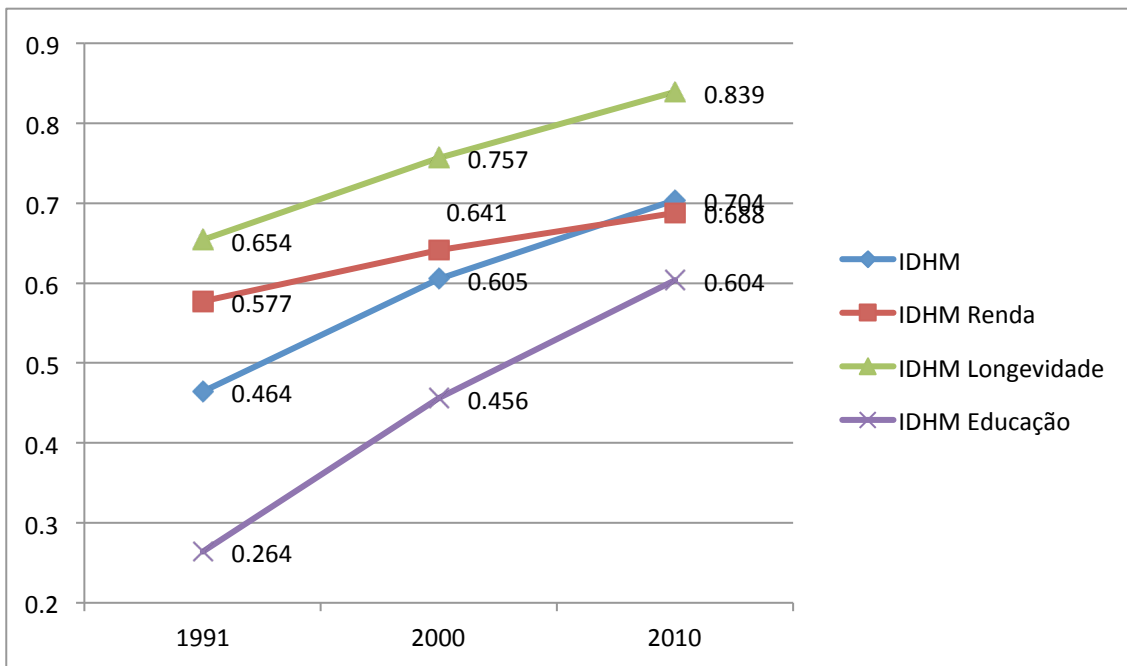
Quadro 3: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores

DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A Figura a seguir apresenta a evolução das três dimensões do IDH-M em Mateus Leme. Como é possível perceber, o município tem mostrado melhorias desde os anos de 1991 em todos os índices, chegando a 2010 com melhor situação na longevidade. A dimensão educação, apesar de ser a que mostra maior evolução relativa no período, ainda é a dimensão com pior pontuação no município.

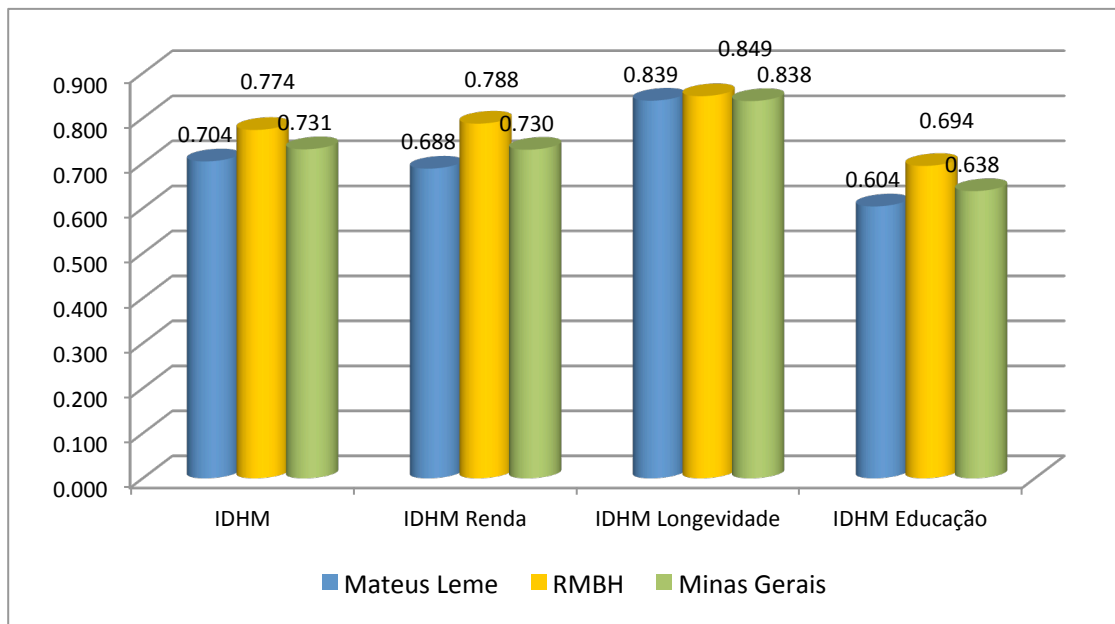
Figura 14: IDHM, segundo dimensões – Mateus Leme, 1991/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Por outro lado, a Figura que se segue compara a situação do município com a situação estadual e metropolitana, deixando antever que o município apresenta pior situação que a média metropolitana em todos os quesitos e mesmo que a média mineira, à exceção da longevidade, que quase se equipara, sendo este seu melhor índice.

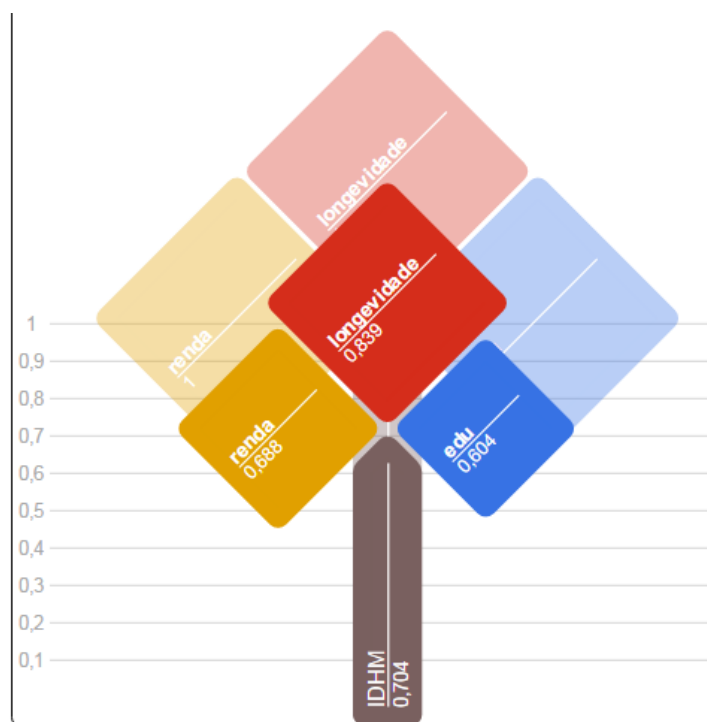
Figura 15: IDHM, segundo dimensões –Mateus Leme, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Considerando o IDHM apurado em 2010, Mateus Leme está na faixa de Médio Desenvolvimento Humano e ocupa a 1776ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a posição 203ª em Minas Gerais. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA). A árvore do IDHM (Figura a seguir) mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal em seu desenvolvimento humano.

Figura 16: Árvore do IDHM – Mateus Leme, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

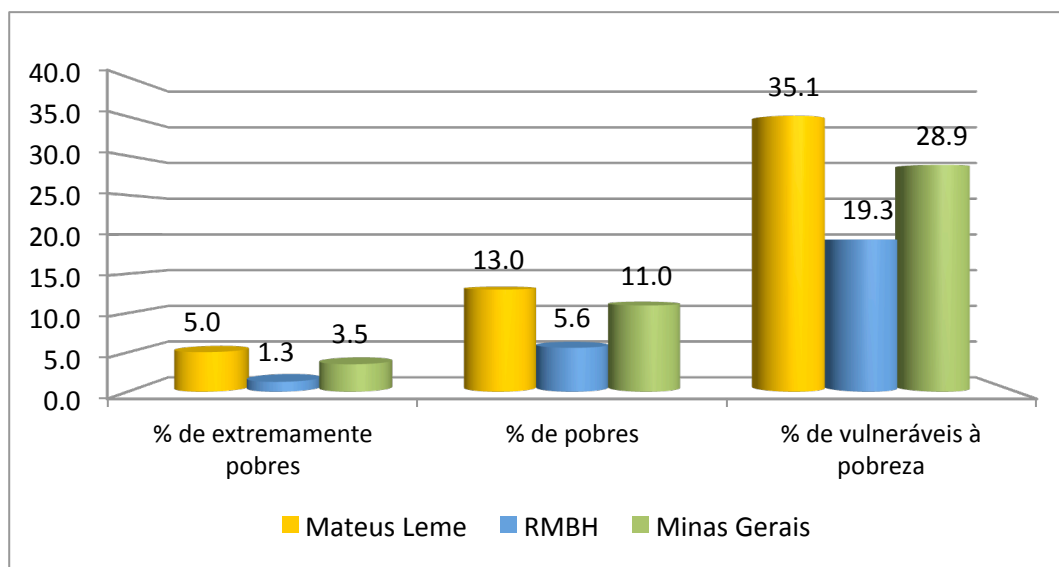
3.3 Vulnerabilidade social

Um dos primeiros elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias Mateus-lemenses diz respeito aos rendimentos e à pobreza³. A Figura a seguir traz informações sobre o percentual de moradores do município que podem ser considerados extremamente pobres, pobres ou vulneráveis à pobreza, em comparação com a RMBH e com Minas Gerais. Como se vê, Mateus Leme apresenta pior situação que a região e que o

³ De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

Estado em todas as categorias. Em 2010 mais de 53% da população Mateus-lemense encontrava-se em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

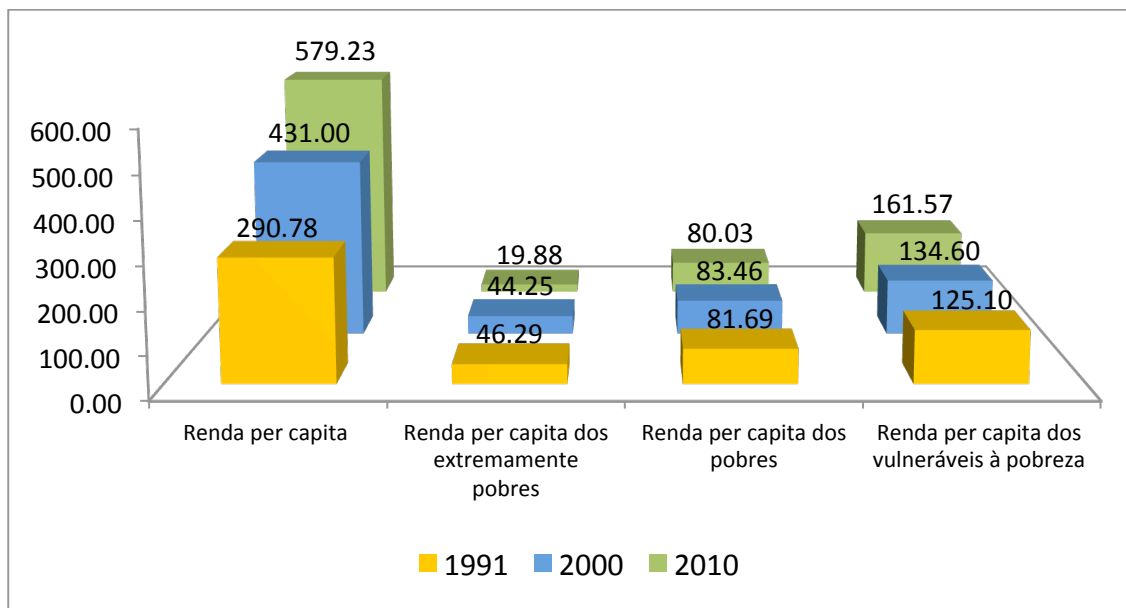
Figura 17: População segundo situação de pobreza (%) – Mateus Leme, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A renda domiciliar per capita média em Mateus Leme vem mostrando evolução na última década (Figura abaixo), mas ao se analisar as populações vulneráveis é possível perceber que a precariedade de renda vem não apenas se mantendo, mas mesmo se agravando, com o empobrecimento daqueles grupos considerados extremamente pobres e pobres. Em 2010, a média municipal de renda per capita era de R\$ 579,23, enquanto a dos extremamente pobres era de R\$ 19,88 (menos da metade da registrada em 1991); a dos pobres era de R\$ 80,03 e a dos vulneráveis à pobreza era de R\$ 161,57.

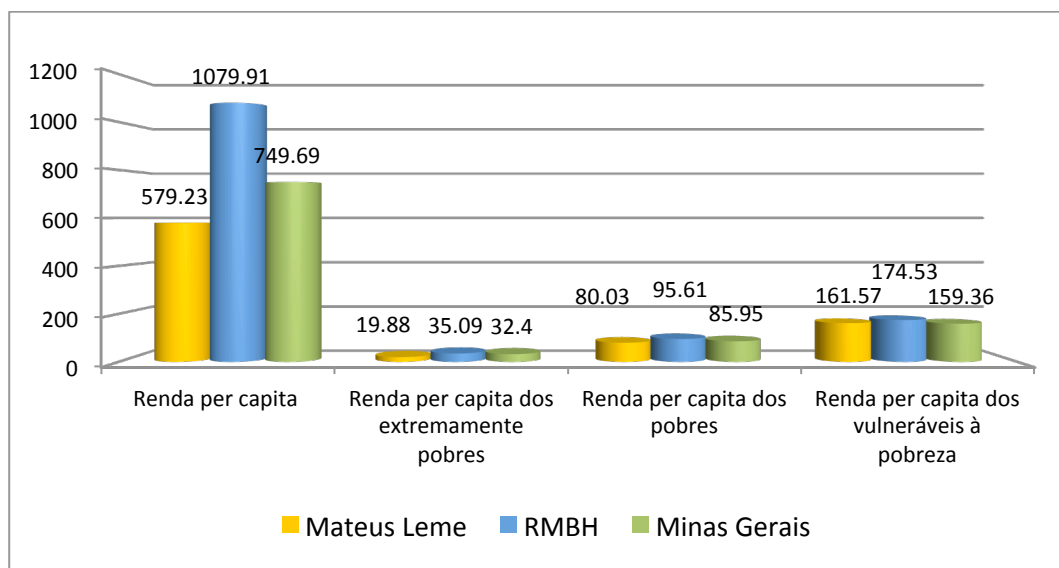
Figura 18: Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Mateus Leme, 1991/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Avaliando-se apenas o ano de 2010, em comparação com o Estado e a Região Metropolitana, vê-se que Mateus Leme apresenta pior renda per capita média (pouco mais da metade da média da RMBH) e no que é relativo à renda per capita das populações extremamente pobres e pobres, como pode ser visto na Figura abaixo.

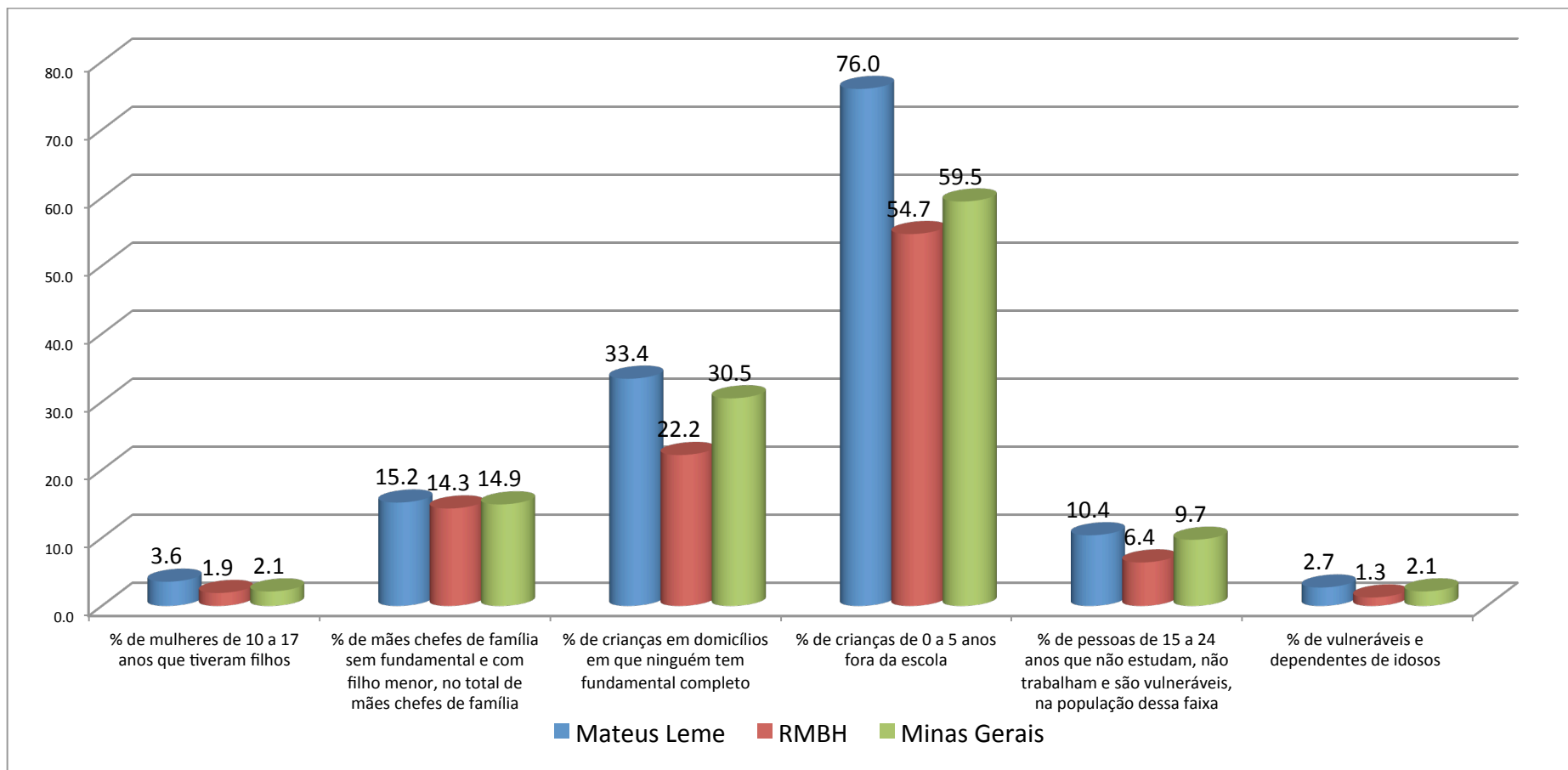
Figura 19: Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Mateus Leme, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Outras características importantes devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias, conforme apresentados na Figura a seguir, onde se confirma a pior situação de Mateus Leme em relação a Minas Gerais e à RMBH. Entre outros elementos importantes, chama a atenção o percentual de 33,4% de crianças que residem em domicílios onde ninguém tem o ensino fundamental completo. Também realça que no total de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, o percentual encontrado é de 76%.

Figura 20: Vulnerabilidades associadas – Mateus Leme, 2010



FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo do diagnóstico, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver a situação do indicador⁴. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros.

O Quadro abaixo traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

Quadro 4: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes

DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Infraestrutura Urbana	Abastecimento de água Esgotamento sanitário Coleta de lixo Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda
Capital Humano	Mortalidade infantil Crianças e jovens fora da escola Mães precoces

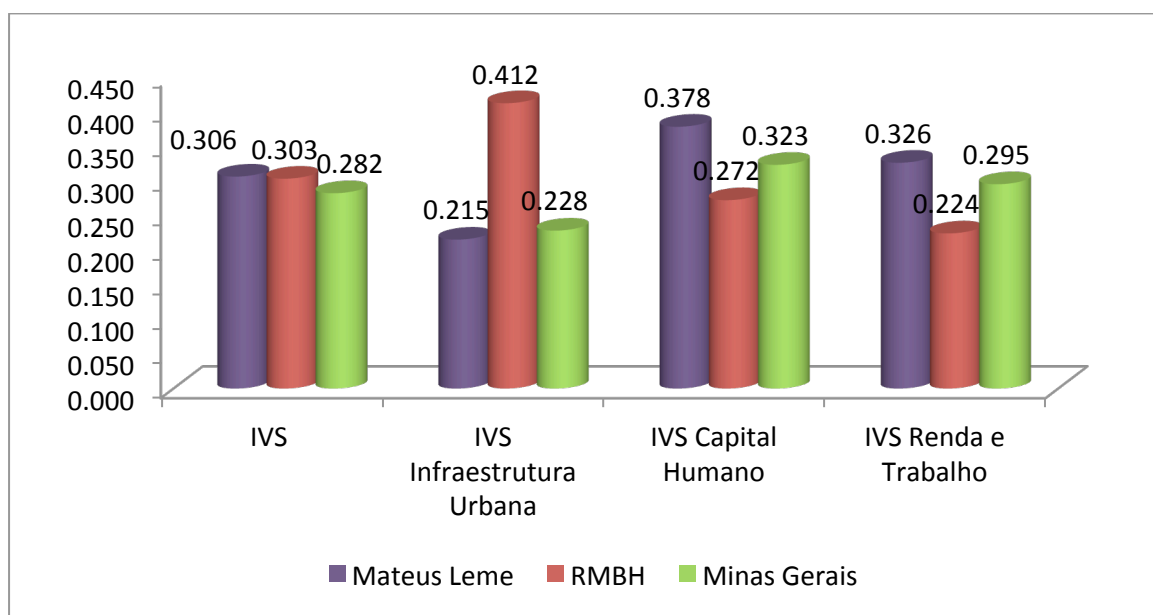
⁴ Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

	Mães chefes de família com baixa escolaridade Baixa escolaridade entre os adultos Presença de jovens que não trabalham e não estudam
Renda e Trabalho	Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de pessoas idosas; presença de trabalho infantil

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

A Figura abaixo traz o IVS segundo dimensões, comparando-se Mateus Leme com a média da RMBH e do Estado. Como se vê, o município está inserido na faixa de Média Vulnerabilidade Social e tem sua pior situação encontrada no que é relativo ao capital humano e à renda e trabalho. Apenas no que é relativo à infraestrutura urbana o município apresenta menor vulnerabilidade que a região e o estado.

Figura 21: Comparativo IVS, segundo dimensões – Mateus Leme, 2010



FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

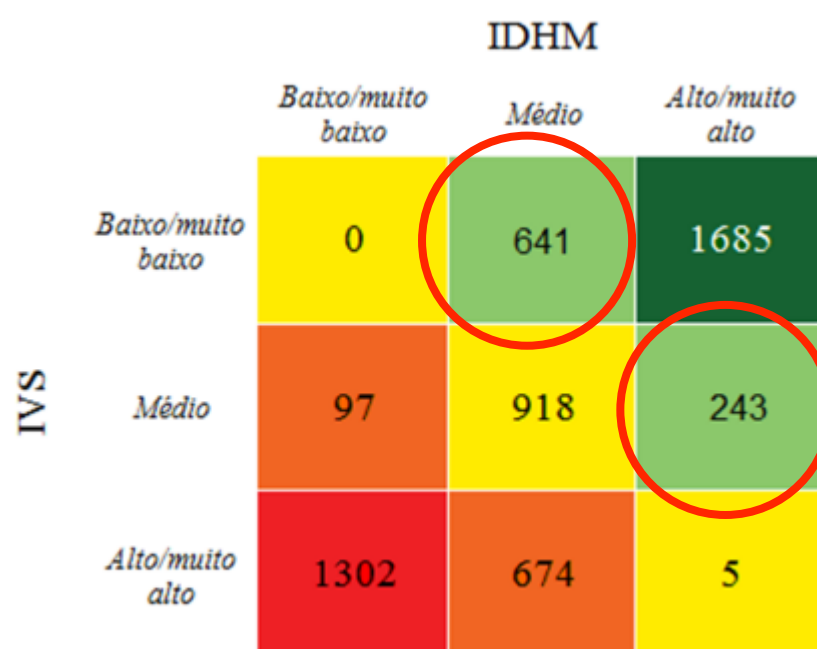
A partir de tal resultado, o IPEA criou o indicador de Prosperidade Social, que é uma análise conjunta entre o Desenvolvimento Humano e a Vulnerabilidade Social. Nos locais onde se encontra alto Desenvolvimento Humano e baixa Vulnerabilidade Social, é possível afirmar que nesse território ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera, assentada em bases sociais mais sólidas e onde há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das “condições de vida no meio social”.

No caso de Mateus Leme, que segundo o IPEA apresenta médio IDHM e médio IVS, chega a um patamar de Prosperidade Social Alta, conforme indicativo de cálculo a seguir:

$$\begin{array}{c} \text{IDHM} \\ \boxed{0.704} \end{array} \times \begin{array}{c} \text{IVS} \\ \boxed{0.306} \end{array} = \begin{array}{c} \text{Prosperidade Social} \\ \boxed{\text{Alta}} \end{array}$$

Ao se analisar a situação dos municípios brasileiros em geral, vê-se na Figura abaixo que em 2010 havia um total de 884 municípios na faixa de Prosperidade Social alta, dos quais 641 em situação semelhante à de Mateus Leme.

Figura 22: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010



Prosperidade Social	2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
● Muito alta	103	2	1685	30
● Alta	509	9	884	16
● Média	835	15	923	17
● Baixa	703	13	771	14
● Muito baixa	3415	61	1302	23

Fonte: IPEA, Atlas da vulnerabilidade social.

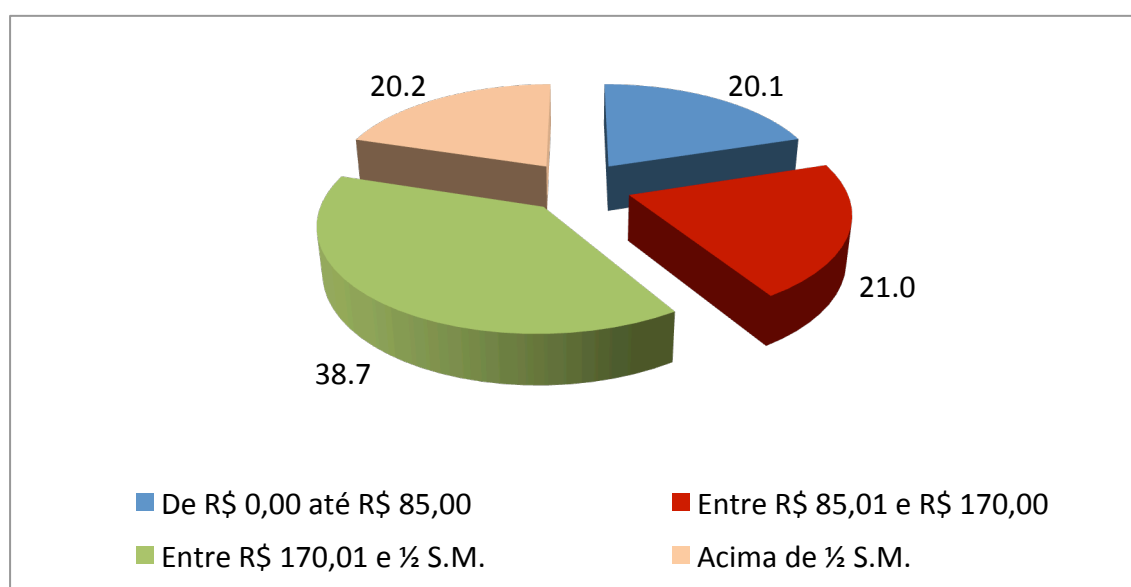
3.3.1 Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas

pelas administrações municipais no chamado Cadastro Único - CadÚnico, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda. Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Mateus Leme, segundo os boletins "O Brasil sem miséria no seu município" (maio de 2016) e "Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município" (março de 2017).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, havia 4.071 famílias em Mateus Leme inscritas no CadÚnico no mês de fevereiro de 2017, totalizando 12.569 pessoas cadastradas. A Figura que se segue mostra o percentual de famílias cadastradas segundo renda per capita mensal, predominando aquelas inseridas na faixa entre R\$ 170,01 e ½ SM mensais.

Figura 23: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Mateus Leme, 2017



FONTE: SAGI/MDSA, 2017.

De acordo com os dados para 2017, há em Mateus Leme 1.459 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que equivalem a aproximadamente 14% da população local. A cobertura do programa é de 71% em relação à estimativa

de pobreza do município, calculada com base nos dados do Censo Demográfico. O relatório do MDSA aponta que

o município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastra dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. (MDSA, 2017, p.1).

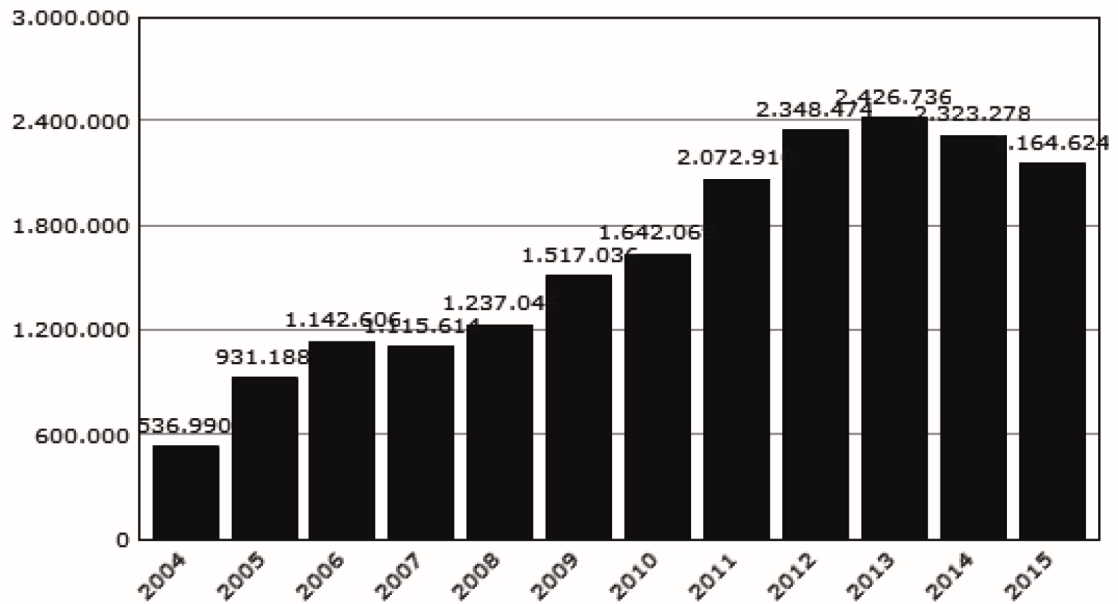
O valor repassado às famílias Mateus-lemenses no mês de fevereiro ficou na casa dos R\$ 205.868,00, perfazendo o valor médio do benefício por família de R\$ 141,10. O Quadro a seguir traz a quantidade de benefícios, por tipo, ao passo que a Figura subsequente mostra a evolução dos valores repassados.

Quadro 5: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo

TIPO DE BENEFÍCIO	ABS.
Benefício básico	880
Benefícios variáveis	2.512
Benefício Variável Jovem – BVJ	339
Benefício Variável Nutriz – BVN	34
Benefício Variável Gestante – BVG	42
Benefício de Superação da extrema pobreza - BSP	199

FONTE: SAGI/MDSA, 2017.

Figura 24: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Mateus Leme, 2004 / 2015



FONTE: CECAD MDS, 2016.

Os valores mais atualizados (repasse mensal) estão expressos no quadro abaixo.

Quadro 6: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Mateus Leme, março 2016 / fevereiro 2017

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	1.464	R\$ 207.744,00
janeiro de 2017	1.438	R\$ 201.216,00
dezembro de 2016	1.496	R\$ 210.454,00
novembro de 2016	1.545	R\$ 230.937,00
outubro de 2016	1.565	R\$ 230.733,00
setembro de 2016	1.520	R\$ 223.424,00
agosto de 2016	1.477	R\$ 221.945,00
julho de 2016	1.502	R\$ 223.276,00
junho de 2016	1.501	R\$ 196.984,00
maio de 2016	1.454	R\$ 195.294,00
abril de 2016	1.470	R\$ 195.373,00
março de 2016	1.440	R\$ 192.453,00

Fonte: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017

Por fim, vale destacar que Mateus Leme não tem cumprido satisfatoriamente o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme consta no Relatório do Programa, em Mateus Leme 2.108 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 1.785, ou seja, 85,2% das crianças e jovens beneficiárias de 6 a 17 anos. A média nacional é de 92,6% de acompanhamento na educação, o que indica que o município possui

acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional.

Na área da Saúde, 1.246 famílias deveriam ser acompanhadas no último semestre, que são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar apenas 500 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 40% (a média nacional de acompanhamento na saúde é de 78,3%), ou seja, um percentual avaliado como baixo em comparação à média nacional.

3.4 Organização social e associativismo

Apresenta-se a seguir um panorama da organização social em Mateus Leme, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social.

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas a seu território.

Ao longo dos trabalhos de campo realizados pela equipe Lumes durante o projeto do Macrozoneamento Metropolitano (2015), foram identificadas algumas entidades e instituições no município, algumas das quais se encontram desativadas. Apresenta-se a seguir a listagem de tais organizações e projetos, cujas informações serão complementadas, checadas e aprofundadas na próxima etapa do trabalho, em parceria com os membros do Grupo de Acompanhamento de Mateus Leme. São elas:

- Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Azurita – CONDECOMA, fundado em 28 de abril de 1985. Está inserido na Rede Socioassistencial e inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social e no dos Direitos da Criança e do Adolescente. Presta serviço de atendimento a crianças e adolescentes em jornada ampliada, priorizando situações de risco social e vulnerabilidade. Desenvolve serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e possui parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, fundada em 17 de julho de 1993. A instituição está inserida na Rede Socioassistencial e devidamente inscrita no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Presta serviço de atendimento a pessoas com deficiência, possuindo cofinanciamento com recursos públicos para atendimento;
- Associação dos Bairros Bom Jesus e Recanto do Lago Azul, fundada em 12 de novembro de 2006. Também está inserida na Rede Socioassistencial e devidamente inscrita no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, desenvolvendo serviços de Defesa e garantia dos direitos dos usuários da assistência social.

O Quadro a seguir apresenta os Conselhos de Políticas Públicas previstos em Mateus Leme e sua respectiva legislação de criação. Vale destacar que vários deles estavam com as atividades paralisadas, ou não foram ainda efetivamente instituídos e/ou empossados.

Quadro 7: Conselhos de políticas públicas e legislação de criação

CONSELHO	TEMA CENTRAL	LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ	LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI
Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Habitação	Lei Complementar n 25/2006	Lei n 2.394/2008

Conselho Municipal do Meio Ambiente - CODEMA	Meio Ambiente	Lei Complementar n 25/2006	Lei n 1.104/1981 alterado pela Lei n 2.404/2008 e pela Lei n 2.480/2010
Conselho de Transporte Público	Transporte	Lei Complementar n 25/2006	Inexistente
Conselho de Gestão do Orçamento Participativo	Administração	Lei Complementar n 25/2006	Inexistente
Conselho de Desenvolvimento Municipal, Gestão e Política Urbana – CDM	Planejamento Urbano	Lei Complementar n 25/2006	Lei Complementar n 25/2006 alterada pela Lei Complementar n 35/2010

Na página da Prefeitura de Mateus Leme constam, além do Conselho de Desenvolvimento Municipal, Gestão e Política Urbana – CDM, os seguintes conselhos:

- Conselho Municipal de Saúde (na página consta posse para a gestão 2010/2012);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - Criado pela Lei Municipal nº 1691/94 alterada pela Lei Municipal nº 2320 de 28 de julho de 2006, é um órgão deliberativo e controlador de política de atendimento, prevista no ECA. Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujos membros nomeados pelo Prefeito, têm mandato de dois anos, permitindo uma única recondução por igual período. (na página consta posse para o mandato 2011/2013);
- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - Criado pela Lei Municipal nº 1870/97 revogada pela Lei Municipal nº 2413 de 07 de outubro de 2008, é uma instância de deliberação colegiada, paritária, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujos membros nomeados pelo Prefeito têm mandato de dois anos, permitindo uma

única recondução por igual período. (na página consta posse para o mandato 2011/2013);

- Conselho de alimentação escolar, criado pela Lei nº 2501 de 07 de outubro de 2010.

4 CULTURA E PATRIMÔNIO

4.1 Patrimônio Cultural

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Foram levantadas também as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar foram identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural no município, bem como as zonas específicas de proteção cultural instituídas pela legislação vigente.

4.1.1 Bens Protegidos

Os bens protegidos de Mateus Leme estão divididos de acordo com a classificação do IEPHA/MG nas seguintes categorias de proteção:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;
- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, a institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em um dado atualizado dos bens protegidos.

Quadro 8: Bens Protegidos do município de Mateus Leme, 2017

MUNICÍPIO	N DECRETO DE TOMBAMENTO OU REGISTRO	DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU EDIFICADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	CATEGORIA
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Confessionário utilizado pelo Padre Vilaça	Municipal	BM
Mateus Leme	D. 148/ 2010	Conjunto Natural, Arqueológico e Paisag. Serra do Elefante	Municipal	CP
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Estação Ferroviária Mateus Leme Atual Casa de Cultura	Municipal	BI
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Fachada da Estação Ferroviária do Distrito de Azurita	Municipal	BI
Mateus Leme	-	Igreja Matriz de Santo Antônio	Estadual	BI
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Imagem de Cristo Morto	Municipal	BM
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Imagem de N. Sra. do Rosário	Municipal	BM
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Imagem de Santo Antônio	Municipal	BM
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Imagem de São Sebastião	Municipal	BM
Mateus Leme	D. 23/ 2002	Livros Antigos de Arquivo do Cartório de Registro Civil do Município	Municipal	BM

Mateus Leme	D. 23/ 2002	Prédio da Escola Estadual "Domingos Justino Ribeiro"	Municipal	BI
Mateus Leme	-	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira	Federal	RI

Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017

4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL
- Educação patrimonial
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações
- Tombamento
- Ações de proteção

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo do pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. A seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Mateus Leme em três exercícios, com destaque para a melhora significativa em sua pontuação em 2016 (exercício 2017) em relação aos outros anos, a saber:

Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural

Município	ICMS Exercício 2017	ICMS Exercício 2015	ICMS Exercício 2013
Mateus Leme	6,00	0,00	0,60

Fonte: IEPHA/MG - 2017

4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Mateus Leme obteve os seguintes repasses:

Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
1.805,39	1.043,31	1.004,85	1.098,69	1.051,94	1.089,01	1.170,74	1.179,51	1.262,15	1.228,76	1.263,39	1.303,34	14.501,08

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012 o município de Mateus Leme obteve um aumento substancial nos valores de repasses:

Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
7.105,72	6.597,00	6.810,11	6.793,79	7.051,94	7.129,20	7.498,57	7.252,59	7.546,32	7.614,44	7.550,79	8.442,25	87.392,72

Fonte: FJP/CEPP 2012

Já em 2016, último ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município manteve o aumento de repasses como mostra o quadro abaixo.

Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
10.334,31	9.753,78	10.839,68	10.872,59	11.142,85	10.868,62	11.037,21	11.300,79	11.430,89	11.405,49	11.706,97	11.943,04	132.636,22

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação aponta para um avanço em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a

recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas informações as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Mateus Leme apresentou inventário dos bens protegidos ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu web-site, é possível verificar se o inventário foi entregue. Não é possível acessá-lo virtualmente.

4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural

O dado existe no Plano Diretor Participativo de Mateus Leme - Lei Complementar nº 25, de 27 de outubro de 2006 que estabeleceu as diretrizes da proteção do

patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e/ou paisagístico no Município (Art. 27). Dentre elas destacam-se as seguintes:

- Priorizar a preservação de conjuntos e ambiências em relação a edificações isoladas de valor histórico, cultural e arquitetônico;
- Proceder ao tombamento de bem móvel ou imóvel de valor cultural, histórico, arquitetônico ou paisagístico, conforme dispuser em legislação própria;
- Promover a desobstrução visual da paisagem e dos conjuntos de elementos de interesse histórico, cultural e arquitetônico, em especial dos enumerados no inciso I;
- Disciplinar e até coibir, quando necessário, o uso da comunicação visual em torno de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico;
- Proteger o patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, por meio de pesquisas, inventários, registros, fiscalização, tombamento, desapropriação, transferência do direito de construir, direito de preempção e outras formas de acautelamento e preservação definidos em lei;
- Criar arquivo de imagens dos imóveis tombados, em especial da Praça da Matriz de Santo Antônio;
- Definir mapeamento cultural para áreas históricas e de interesse de preservação da paisagem urbana, adotando critérios específicos de parcelamento, ocupação e uso do solo, considerando a harmonização das novas edificações com as do conjunto da área entorno;
- Compensar e incentivar os proprietários de bens protegidos ou situados em seu entorno, inclusive através da transferência do direito de construir e de incentivos fiscais;
- Proteger os elementos paisagísticos, em especial a da Serra do Elefante e a de Serra Azul, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que este inserido;
- Adotar medidas visando à manutenção dos terrenos vagos, lindeiros aos mirantes da Serra do Elefante.

4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural

A Lei nº 2.405, de 24 de julho de 2008 instituiu o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC. A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor

O dado existe no Plano Diretor Participativo de Mateus Leme - Lei Complementar nº 25, de 27 de outubro de 2006 que salientou que para ordenação do uso e da ocupação do solo urbano no município de Mateus Leme, a área urbana e de expansão urbana poderão a Zona Especial (ZE), cuja subdivisão compreenderá a:

- Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e/ou Paisagístico (ZEIP) que corresponde à área sujeita à preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental, cultural, histórico, paisagístico, arquitetônico e/ou recuperação paisagística.

O mapa de macrozoneamento delimitou esta zona no Município, a saber:

Figura 25: Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e/ou Paisagístico (ZEIP)



Fonte: Plano Diretor Municipal – Elaboração: Equipe UFMG

4.2 Política cultural e diversidade

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Mateus Leme tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem - é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

4.2.1 Institucionalidade e política cultural

Em linhas gerais, é possível afirmar que a política cultural em Mateus Leme encontra baixo grau de institucionalidade, nos marcos antes apresentados do Sistema nacional de Cultura. Conforme expresso no Diagnóstico Rápido Participativo - DRP do município (LIBÂNIO, 2012), construído coletivamente com os agentes locais durante a oficina de elaboração de projetos culturais da Ohm Cultura / Artmanagers / Usiminas:

Em Mateus Leme, o órgão responsável pela cultura é a Coordenadoria de Cultura, subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Socioeconômico. À época da pesquisa de campo, a coordenadoria não tinha equipe própria e contava com os funcionários da Secretaria para suas atividades.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, Mateus Leme não contava com Conselho Municipal de Cultura, somente com Conselho de Patrimônio.

Também não havia plano municipal de cultura do município e nem fundo de incentivo à cultura em funcionamento. O município conta somente com o FUMPAC – Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural.

No que é relativo às informações culturais, o município não dispunha de banco de dados e diagnóstico cultural. O que havia era o inventário do patrimônio no município, bem completo, abarcando as principais

manifestações populares tradicionais, como o congado, as folias, as benzedeadas e as mestras da culinária. (LIBÂNIO, 2012, p. 77/78)

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS⁵, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura⁶, entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Mateus Leme ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, tampouco instaurou seu Sistema Municipal de Cultura ou elaborou seu Plano Municipal de Cultura. O município tampouco participou das conferências nacionais de cultura e não foram encontrados registros de que tenha realizado suas conferências municipais.

⁵ O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

⁶ Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Do ponto de vista dos espaços equipamentos para as práticas culturais, o já citado Diagnóstico do município aponta que são poucos os espaços existentes e sua estrutura não é adequada para vários tipos de manifestações. Foram apontados os seguintes locais onde ocorrem as ações culturais no município:

- Casa de Cultura “Agente Ferreira” - gerida pela Prefeitura, fica instalada na antiga Estação Ferroviária. Abriga o Museu Municipal, mas à época da pesquisa apresentava funcionamento parcial;
- Biblioteca Pública “Geraldo Alves de Oliveira” - considerada por entrevistados como o maior polo de atividades culturais no município, com 40 anos de existência. Além da consulta a seu acervo, de cerca de 40.000 exemplares, são desenvolvidas no local diversas atividades, como exposições, saraus, contação de histórias e mesmo espetáculos de música. Há a proposta de se iniciar projeto de cinema, já que o Cine-teatro do município foi fechado. A biblioteca sofre com a falta de uma sede própria, precisando mudar-se de tempo em tempo, pois seu imóvel é alugado;
- Casa de Cultura “Cássia Afonso de Almeida” - Equipamento privado, fica localizado na Vila Suzana, mais conhecida no município como “Reta”. É um projeto do Instituto Humberto Mauro, cuja sede fica em Belo Horizonte. São desenvolvidas atividades de cineclubes, biblioteca, aulas de balé, exposições, eventos em geral, mas falta apoio público e privado para a continuidade das ações;
- Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Ksanje - Localizado no bairro Atalaia, afastado do centro, o terreiro realiza, além de suas atividades religiosas, atividades culturais e atendimento social à comunidade do entorno. Também oferece esporadicamente oficinas artesanais, com o repasse dos saberes e ofícios ligados à produção de adereços e vestimentas do candomblé.

Além desses espaços, também são usados para fins culturais no município o coreto da praça e o centro comunitário da Prefeitura. Foram também levantados alguns espaços com perfil mais comercial, onde são realizadas festas e alguns

eventos, como o Líder Hall, da Mobiliadora Líder, e alguns bares com música ao vivo (LIBÂNIO, 2012, p. 78/79).

4.2.2 Diversidade cultural

De acordo com informações recolhidas em fontes secundárias, há uma série de grupos e artistas no município, ligados às diversas áreas culturais. Na área musical e artística, foi observada a presença de diversas bandas e músicos de estilos diferentes. Nesse sentido, existe a presença de uma banda municipal, a Banda Municipal de Mateus Leme. Além disso, foi encontrado o Grupo de Teatro Fênix, um grupo de dança do ventre, o Coral Sinfonia da Terceira Idade, uma associação literária (Associação Amigos da Biblioteca), um grupo de capoeira e os blocos carnavalescos: Parô Pirô, Unidos da Baixada e Acadêmicos do Samba. O DRP Cultural apontava em 2012 como principais manifestações culturais locais:

Artesanato:

Segundo entrevistados, o artesanato em Mateus Leme é diversificado e sem uma característica que o destaque. Há maior presença de peças em bordado e tear.

A principal dificuldade é a comercialização, pois não há ponto fixo na cidade, somente duas feiras, sendo uma permanente, todos os sábados, na Praça da Matriz, com mostra de artesanato e comidas típicas; e uma bimestral - Feira Coisa Nossa, que traz o artesanato produzido dentro do projeto Ser Vir, da Secretaria de Assistência Social.

Em Serra Azul há uma ONG chamada Palha de Milho, que além do artesanato trabalha questões de saúde, meio ambiente e economia solidária.

Em Azurita, destaque para o CONDECOMA – Conselho de Desenvolvimento Comunitário, que desenvolve o PRODUZINDO ARTE – Projeto de Artes Visuais, Artesanato e Cerâmica, atendendo a crianças e

adolescentes das escolas públicas, municipais e em situação de risco da comunidade de Azurita e adjacências.

Artistas e grupos culturais:

De acordo com informações da Prefeitura, há uma série de grupos culturais em Mateus Leme, com maior incidência da área musical, além do artesanato, já mencionado. Alguns grupos citados, nas diversas áreas, foram:

- Teatro: Grupo de Teatro Fênix (atualmente com as atividades paralisadas) e Grupo Semear (evangélico);
- Dança: Dança do Ventre – Luciana Leme;
- Música: Várias bandas e músicos de estilos diferentes, incluindo a Banda Municipal de Mateus Leme e o Coral Sinfonia (3ª idade);
- Associação literária: Associação Amigos da Biblioteca;
- Capoeira;
- Blocos carnavalescos: Parô Pirô, Unidos da Baixada, Acadêmicos do Samba e Sujô. (LIBÂNIO, 2012, p. 80/81)

No mesmo documento informava-se ainda que, do ponto de vista das festividades e eventos,

o município apresenta predominância dos eventos de massa, com shows e barraquinhas. Segundo informações da Prefeitura, os principais são o Carnaval; a Festa de Santo Antônio e São Sebastião, em junho; a Festa de Nossa Senhora do Rosário (Distrito de Azurita), em agosto; o Aniversário da Cidade (17 de dezembro); o Encontro nacional de motoqueiros; o Encontro de bandas municipais; a Festa do Leite (Distrito de Serra Azul), em maio; e a Festa da Cachaça de Azurita, evento tradicional, que não tem sido realizado nos últimos dois anos.

A prefeitura pretende ainda implantar um festival de tira-gostos, que ocorreria sempre em outubro.

Segundo dados recolhidos, as manifestações religiosas são significativas em Mateus Leme, destacando-se a Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora do Rosário, de Azurita; a Guarda de Congo Nossa Senhora Aparecida, também de Azurita; a Folia de Reis de Azurita; o Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje; a Procissão de Nossa Senhora Aparecida, na Serra do Elefante; a Cavalhada, masculina e feminina, tradicional no município; e a Encenação da Paixão de Cristo.

No caso da Cavalhada, entrevistados afirmaram que tem rico acervo histórico e cultural, que, entretanto, vem se perdendo por falta de um projeto de memória. Como já há uma sede, haveria a possibilidade de se fazer um museu permanente no local. (LIBÂNIO, 2012, p. 80)

Em suma, os principais eventos culturais de Mateus Leme são:

- Carnaval;
- Festa de Santo Antônio e São Sebastião;
- Festa de Nossa Senhora do Rosário;
- 17 de dezembro: Aniversário da Cidade;
- Festa do Leite (Distrito de Serra Azul);
- Festa da Cachaça.

No município também há várias manifestações culturais e religiosas, entre elas a Feirinha de Mateus Leme, a Feira Coisa Nossa, a Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora do Rosário, a Guarda de Congo Nossa Senhora Aparecida, o Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje, a Cavalhada e a Encenação de Sexta-feira da Paixão.

5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

No que concerne ao Meio Ambiente e ao saneamento foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, arrecadação municipal com o ICMS ecológico, cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do plano diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, por exemplo.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. A primeira apresenta os dados adquiridos para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais

A gestão ambiental do município de Mateus Leme é atribuída à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA), instituído criado pela lei nº1.104/1981 e retomado pelas Leis 2.404/2008 e 2.480/2010.

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações adquiridas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.

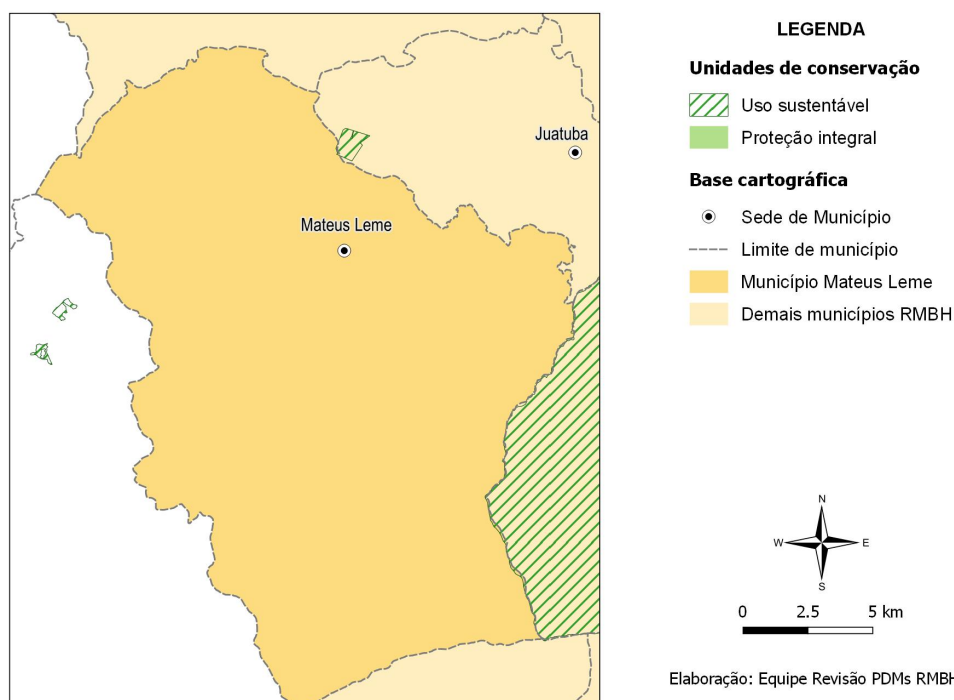
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UC's, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a aproximadamente (23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas

consideradas de proteção ítegral que correspondem a 7,09 da área da RMBH. Além de 3026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Mateus Leme possui 2 hectares de seu território inserido em áreas de protegidas por categorias de uso classificadas como sustentáveis pelo SNUC, o que seria equivalente a aproximadamente 0,006% de sua extensão territorial e não foram localizadas Unidades de Conservação de Uso Integral.

Figura 26: Unidades de Conservação no município de Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Aproximadamente 50% do território de Mateus Leme (15.417 hectares) está inserido dentro da bacia do Serra Azul, considerada uma Zona de Interesse Metropolitano e uma Área de Proteção Especial (APE) instituída pelo decreto 20.792 de 1980. A APE não é uma Unidade de Conservação, de acordo com as definições do SNUC.

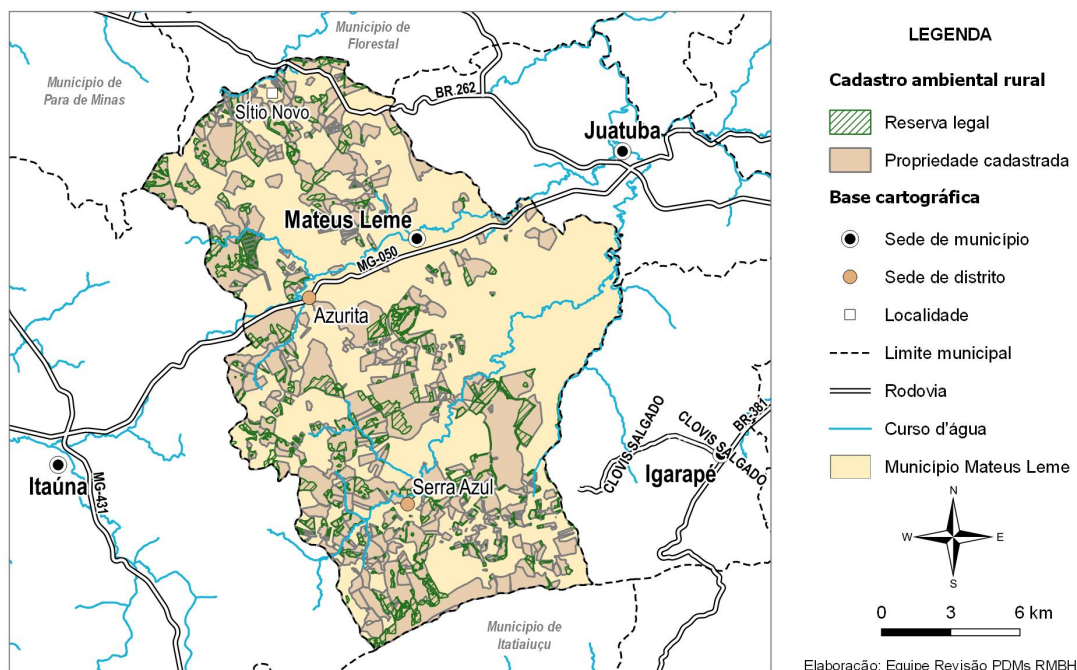
O plano diretor do município de Mateus Leme apresenta uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA), que é voltada para a proteção e para recuperação de

recursos hídricos e do meio ambiente natural, além de remanescentes florestais e garantia da estabilidade de terrenos (Mateus Leme, 2014).

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os proprietários rurais do país de forma, que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Mateus Leme possui 584 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é equivalente a 12.853 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 30.584 hectares, 42,02% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 2.069 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental (CAR, 2017).

Figura 27: Reservas legais cadastradas no CAR



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca⁷. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir a estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

O município de Mateus Leme teve repasses referentes ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Contudo, os repasses foram efetivados apenas por ações relativas à proteção ambiental, considerando principalmente que a APE é

⁷ O bioma de mata seca em Minas Gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

relevada no processo de cálculo do ICMS Ecológico. O quadro a seguir apresenta os volumes de recursos repassados ao município.

Quadro 13: repasse total de ICMS ecológico para o município de Mateus Leme

REPASSE ICMS - ECOLÓGICO	TOTAL 2006	TOTAL 2011	TOTAL 2016
Unidades de conservação (A)	R\$ 29.001,05	R\$ 120.291,53	R\$ 163.366,83
Saneamento (B)	-	-	-
Mata Seca (C)	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	R\$29.001,05	R\$ 120.291,53	R\$ 163.366,83

Fonte: Fundação João Pinheiro

5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Mateus Leme está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 14, de 28 de dezembro de 1995.

O município de Mateus Leme tem uma expressiva parte de seu território inserido dentro da bacia do ribeirão Serra Azul, que é utilizado como um importante manancial metropolitano. O Ribeirão Serra Azul, o Córrego do Jacú e o Córrego do Diogo, todos localizados à montante do reservatório de Serra Azul estão inseridos total ou parcialmente no município de Mateus Leme e são enquadrados, pela DN nº 14, de 28 de dezembro de 1995 do COPAM como cursos d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Mateus Leme.

Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos de Mateus Leme

REF	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
1	SOGEFI FILTRATION DO BRASIL LTDA(EX-SOGEFI IND. AUTO PECAS LTDA)	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo industrial
2	ZANINI INDUSTRIA DE AUTOPEÇAS LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo industrial
3	SUMIDENSO DO BRASIL INDÚSTRIAS E COMERCIO LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo humano
4	MÁRCIO DÁLVIO NOGUEIRA RIVELLI E OUTRO (S)	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo industrial. Consumo humano
5	HELENA APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Dessedentação de animais. Consumo humano. Consumo agroindustrial
6	VANIA ROSA DE FARIA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo humano
7	ANTONIO HÉLIO SILVA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano
8	CONDOMÍNIO RURAL RANCHO GRANDE	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
9	CONDOMÍNIO RURAL RANCHO GRANDE	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
10	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público
11	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público
12	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público
13	GUARIM BATISTA DE AZEVEDO	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de

		dessedentação de animais e consumo humano
14	IZABEL CRISTINA FEITAL LEITE	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
15	LUIZ ROBERTO	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
16	JOSÉ ANTÔNIO GOMES	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
17	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água em surgência (nascente) com a finalidade de consumo industrial.
18	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água em surgência (nascente) com a finalidade de consumo industrial.
19	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.

Fonte: PDRH do Rio das Velhas

5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA foi identificado um processo de conflito nomeado de “Poluição causada pela Siderúrgica Transtril” e que consiste em reivindicações feitas pelos moradores do bairro Nossa Senhora do Rosário referentes à soluções para a poluição atmosférica e sonora causadas pela Siderurgica Transtril.

5.4 Informações sobre o Saneamento Básico

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de Água e Esgoto e os servidões de resíduos sólidos são prestados, respectivamente, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA; e pela Prefeitura de Mateus Leme - PML.

O abastecimento de água do município de Mateus Leme é realizado pela COPASA. Aproximadamente 81,1% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 11.827 ligações de água, sendo que o consumo médio percapita de água é estimado em 148,5 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Mateus Leme produz aproximadamente 2.380,24(1000m³/ano) (SNIS, 2017).

O serviço de esgotamento sanitário do município de Mateus Leme é realizado pela COPASA e atende 11.642 pessoas. São 6.519 ligações ativas de esgoto, com uma rede de esgotamento de aproximadamente 60,09 km e que coleta um volume de esgotos domésticos estimado em 568,3(1000m³/ano). Dos esgotos

coletados, não há tratamento implantado de forma, que todo o volume coletado é lançado *in natura* nos cursos d'água (SNIS, 2017).

No município de Mateus Leme os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e resíduos comerciais com características similares (RDO) atendem em áreas urbanas 21.372 pessoas, considerando-se o distrito-sede e as diferentes localidades. São 6.200 toneladas de resíduos coletados anualmente, considerando-se o RDO e os resíduos sólidos públicos (RPU), sendo que 10 % da população é atendida diariamente pela coleta, 80 % é atendida duas a três vezes por semana e 10 % é atendida uma vez por semana. (SNIS, 2017).

Os resíduos sólidos coletados no município são destinados a um aterro controlado (FEAM, 2015). No município de Mateus Leme existe coleta seletiva de resíduos sólidos, sendo que ao todo são recolhidas e processadas 1200 toneladas por ano de resíduos.

6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Mateus Leme foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

6.1 Dinâmica Imobiliária

6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).⁸

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada

⁸ A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Mateus Leme, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Mateus Leme desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidos também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Mateus Leme

ANO	MODALIDADE	ÁREA (M²)	LOTES	USO	STATUS
2013	DIRETRIZES	343.139			ARQUIVADO
2013	DIRETRIZES	76.139			DIRETRIZ EMITIDA
2013	DIRETRIZES	87.615			DIRETRIZ EMITIDA
2013	DESMEMBRAMENTO	350.000			NÃO PASSÍVEL DE ANUÊNCIA
2014	LOTEAMENTO	562.700	870	RESIDENCIAL	ANUÍDO
2014	LOTEAMENTO	76.888			ANUÍDO
2014	LOTEAMENTO	87.615	242	RESIDENCIAL	ANUÍDO
2015	DIRETRIZES	204.180			DIRETRIZ EMITIDA
2015	DIRETRIZES	457.110			DIRETRIZ EMITIDA
2015	DIRETRIZES	230.483		RESIDENCIAL	DIRETRIZ EMITIDA
2015	DIRETRIZES	350.000		RESIDENCIAL	DIRETRIZ EMITIDA
2015	DESMEMBRAMENTO	10.522		RESIDENCIAL	NÃO PASSÍVEL DE ANUÊNCIA
2016	DIRETRIZES	52.173		RESIDENCIAL	DIRETRIZ EMITIDA

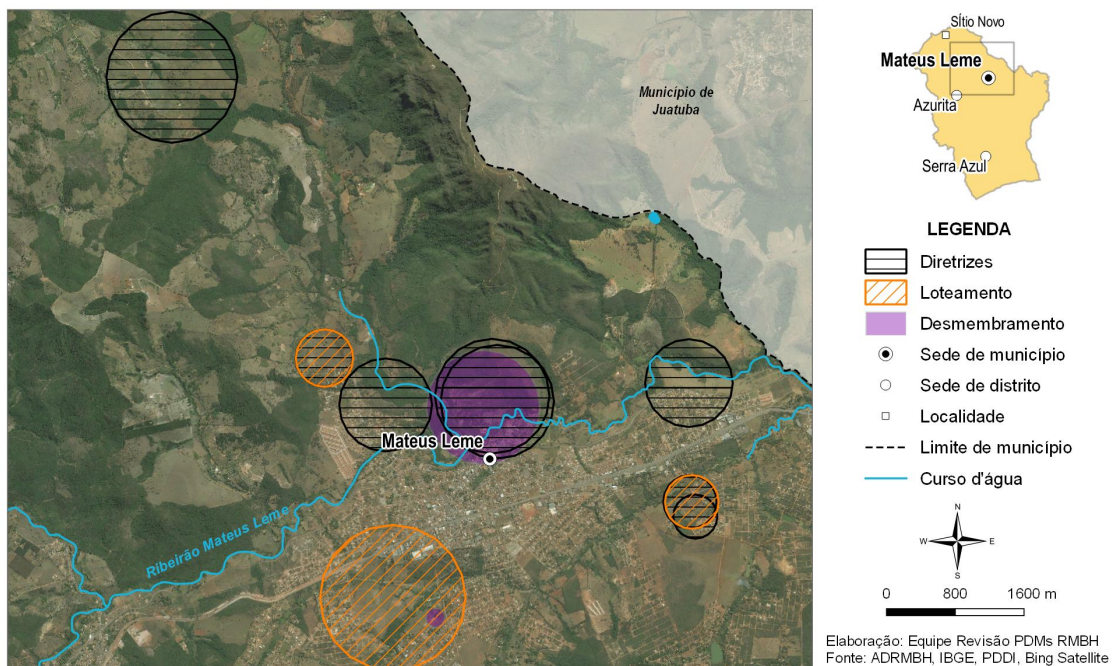
Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

Processo de Revisão planoDiretor

A partir da planilha acima destaca-se que no período analisado, um total de 8 diretrizes foram solicitadas à Agência RMBH no município de Mateus Leme, das quais 7 foram emitidas. Nesse mesmo período 3 loteamentos e 2 desmembramentos foram submetidos para aprovação, sendo que apenas os 3 loteamentos receberam anuência. Entre os processos analisados destaca-se também a predominância de parcelamentos de uso residencial e um número significativo de lotes gerados. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal pouco significativa, mas impactante no município de Mateus Leme.

A partir do mapa apresentado abaixo – que traz a localização básica desses parcelamentos a partir de um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

Figura 28: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Mateus Leme



Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

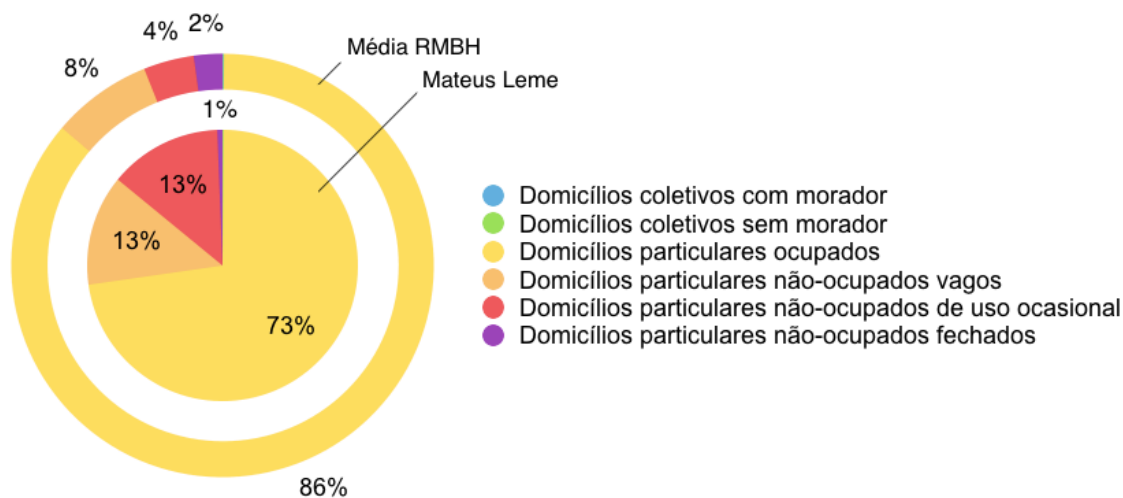
A partir do mapa acima nota-se que a demanda por parcelamentos no município de Mateus Leme, de maneira geral, se concentra no entorno da mancha urbana consolidada da sede, não havendo, em princípio, um vetor de crescimento bem definido.

6.1.2 Vacância domiciliar

O cálculo de vacância domiciliar⁹ é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.

⁹ Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

Figura 29: Tipos e ocupação de domicílios, Mateus Leme



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Mateus Leme apresenta um número elevado de domicílios não-ocupados vagos e de uso ocasional, compondo cada 13% do estoque de domicílios, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é respectivamente de 8% e 4%.

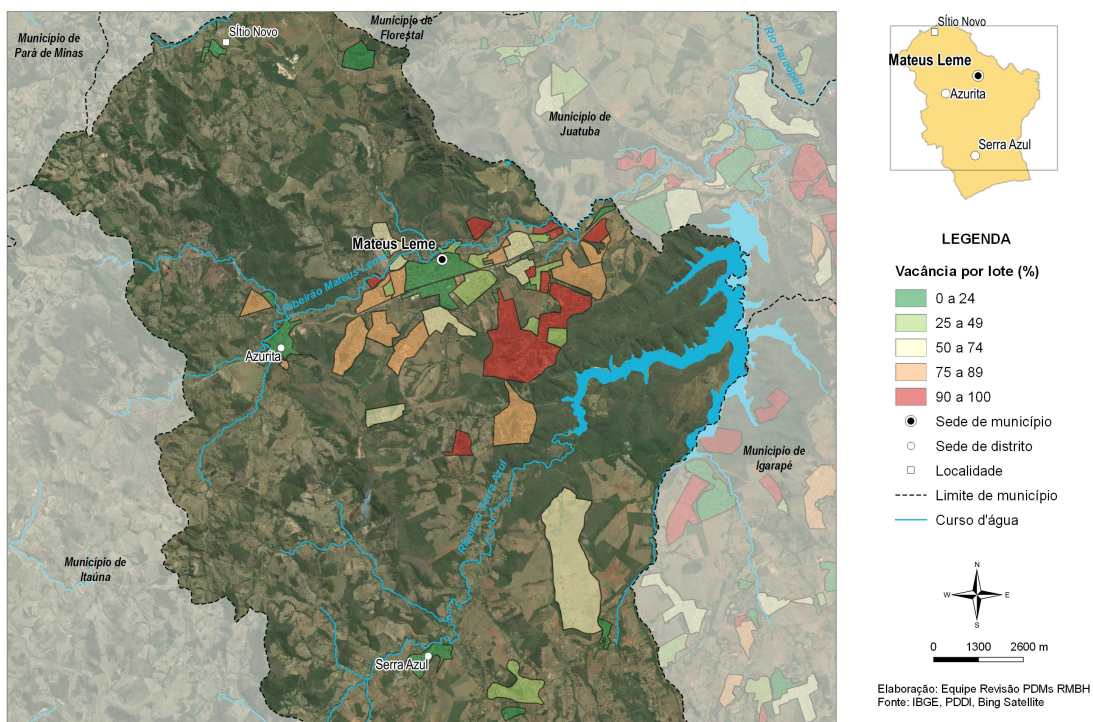
A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação. Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

6.1.3 Taxa de vacância fundiária

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração

do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.

Figura 30: Taxa de vacância fundiária, Mateus Leme



Fonte: UFMG, 2011

O mapa evidencia a descontinuidade da mancha urbana parcelada do município de Mateus Leme, além da quantidade representativa de áreas com altas taxas de vacância. As áreas em que tais taxas são mais baixas são na sede e nos distritos de Azurita, Serra Azul e Sítio Novo. Há ainda áreas com esta mesma característica ao norte do município quase na divisa com o município de Florestal e nas margens da BR-262, esta possui uma ocupação de caráter de fim de semana. Outra área com baixa taxa de vacância é observada próximo a Serra Azul.

Em termos de percentual, o município de Mateus Leme tem grande parte de seu território loteado com taxas altas de vacância, variando de 50 a 100%, o que é possível observar no mapa.

6.2 Zoneamento ecológico-econômico

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Mateus Leme, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Mateus Leme.

6.2.1 Índice de Potencialidade Social

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.¹⁰

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Mateus Leme pelo ZEE-MG foi "muito favorável", apesar de seu resultado "pouco favorável" no componente natural, tal como especificado na tabela a seguir.

Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Mateus Leme

Componentes Índice de Potencialidade Social	Resultados
Componente produtivo	Muito favorável
Componente natural	Pouco favorável
Componente institucional	Favorável

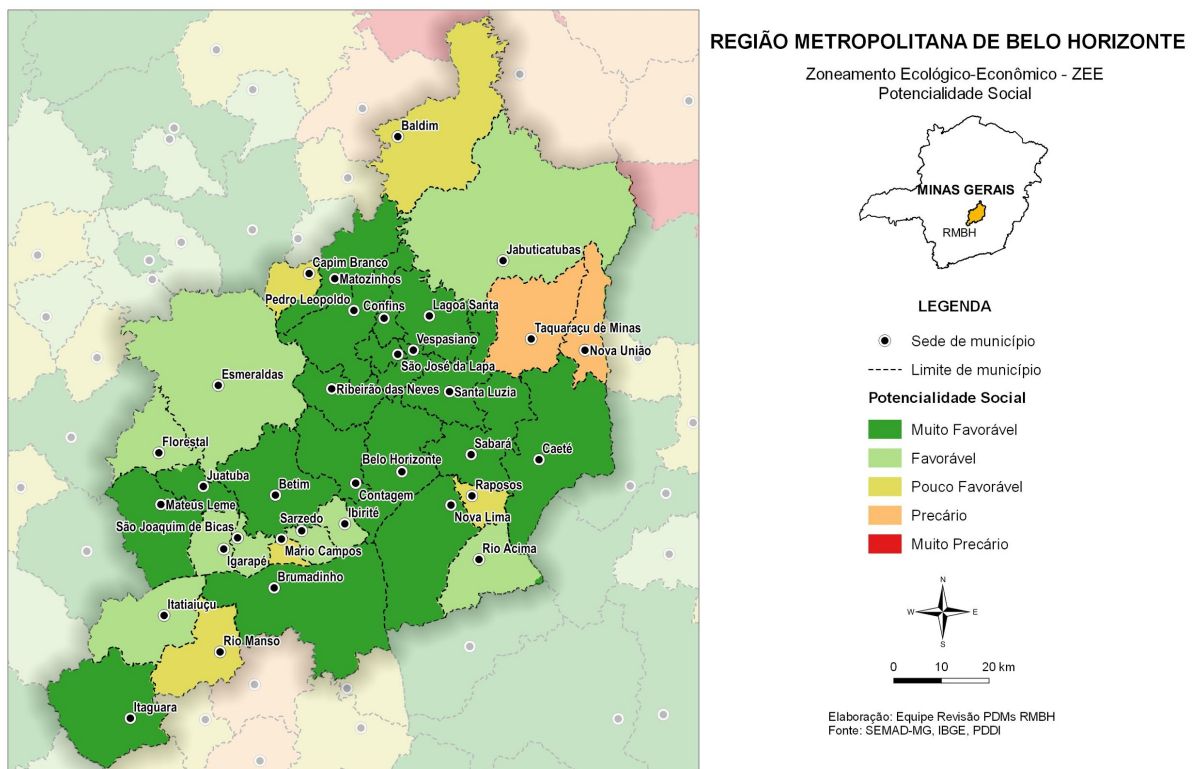
¹⁰ Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

Componente humano	Favorável
Resultado final	Muito favorável

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa abaixo, esse resultado encontrado para o município de Mateus Leme nivela o município por cima em relação aos seus pares da RMBH.

Figura 31: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

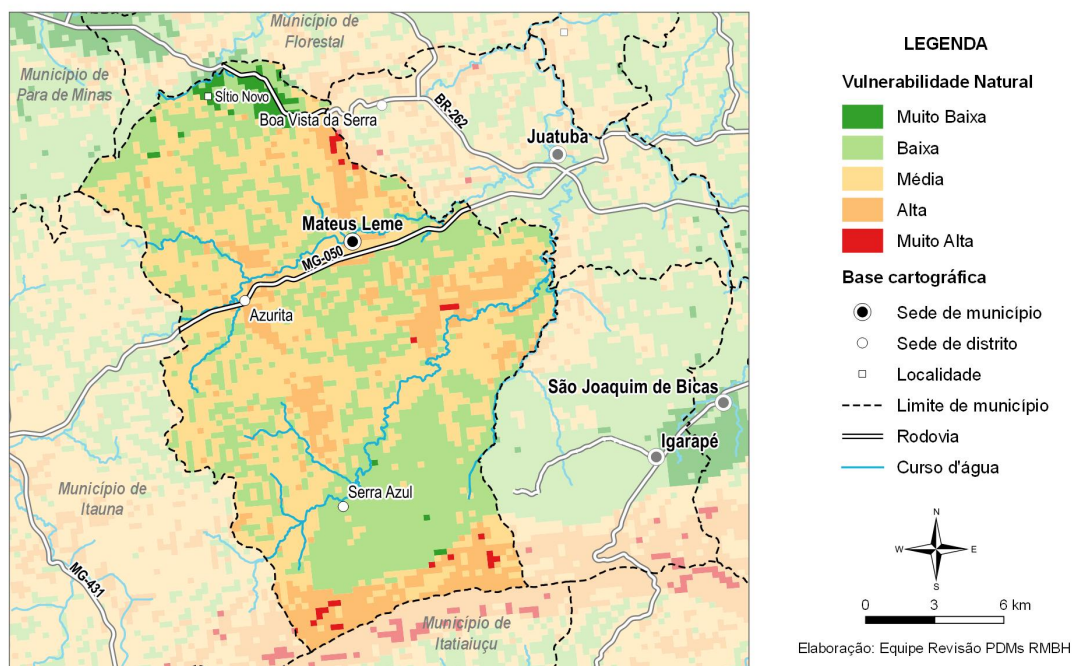
6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural

No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão, susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Mateus Leme.

Figura 32: Carta de Vulnerabilidade Natural, Mateus Leme



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa, o Município de Mateus Leme apresenta áreas com um índice de vulnerabilidade natural "alta" concentradas em seu extremo sul e nos entornos de sua mancha urbana. Áreas de vulnerabilidade "muito baixa" se concentram na extremidade norte do município, com um trecho de vulnerabilidade "baixa" também concentrado ao sul da mancha urbana do município.

7 HABITAÇÃO

A habitação é uma função pública de interesse comum (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada

pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala microlocal.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais.

7.1 Quadro Habitacional

7.1.1 Déficit habitacional

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Mateus Leme, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo¹¹), ônus excessivo com aluguel urbano¹² e adensamento excessivo de domicílios alugados¹³.

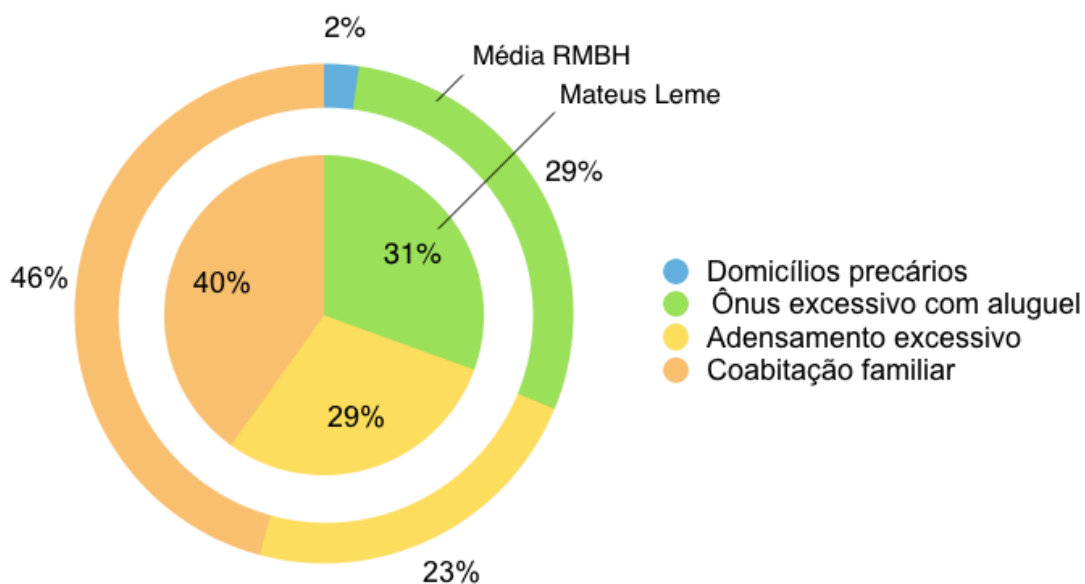
¹¹ A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

¹² Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

¹³ Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro o déficit de Mateus Leme é de 878 unidades habitacionais, o que equivale à 7,50% do estoque habitacional existente no município (abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, nenhum domicílio é precário, 268 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 268 domicílios apresentam adensamento excessivo e 355 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

Figura 33: Composição déficit habitacional, Mateus Leme



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

O déficit habitacional em Mateus Leme se encontra, portanto, proporcionalmente distribuído entre os índices de ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo e coabitação familiar. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Mateus Leme é semelhante à média da RMBH.

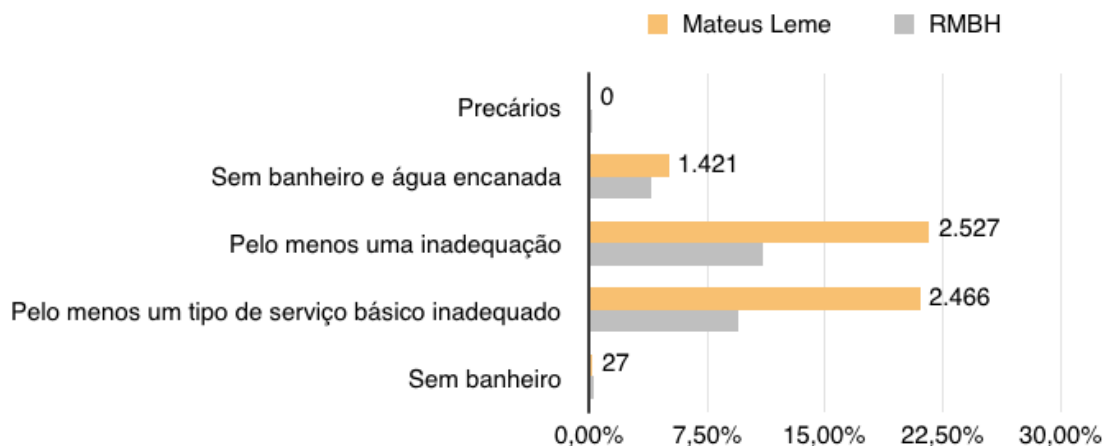
7.1.2 Domicílios precários

Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;
- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Mateus Leme.

Figura 34: Domicílios precários, Mateus Leme



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, ainda que em termos gerais o número de domicílios precários no Município de Mateus Leme seja nulo segundo os estudos da Fundação João Pinheiro, observa-se uma porcentagem alta de domicílios com alguma inadequação ou serviço básico inadequado, inclusive em comparação com a média metropolitana. Faz-se necessário, portanto, maior proximidade com a realidade do município para que essas inadequações possam ser compreendidas em sua relação com a infraestrutura pública distribuída no território.

7.1.3 Aglomerados subnormais

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais¹⁴ no município de Mateus Leme – áreas que, ao

¹⁴ O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;

longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Entretanto destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Mateus Leme.

7.2 Produção habitacional de interesse social

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 SMs (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

Destaca-se a produção de um empreendimento e um total de 424 unidades habitacionais para esta faixa de renda no município de Mateus Leme, cujos detalhes são especificados no quadro a seguir:

• Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

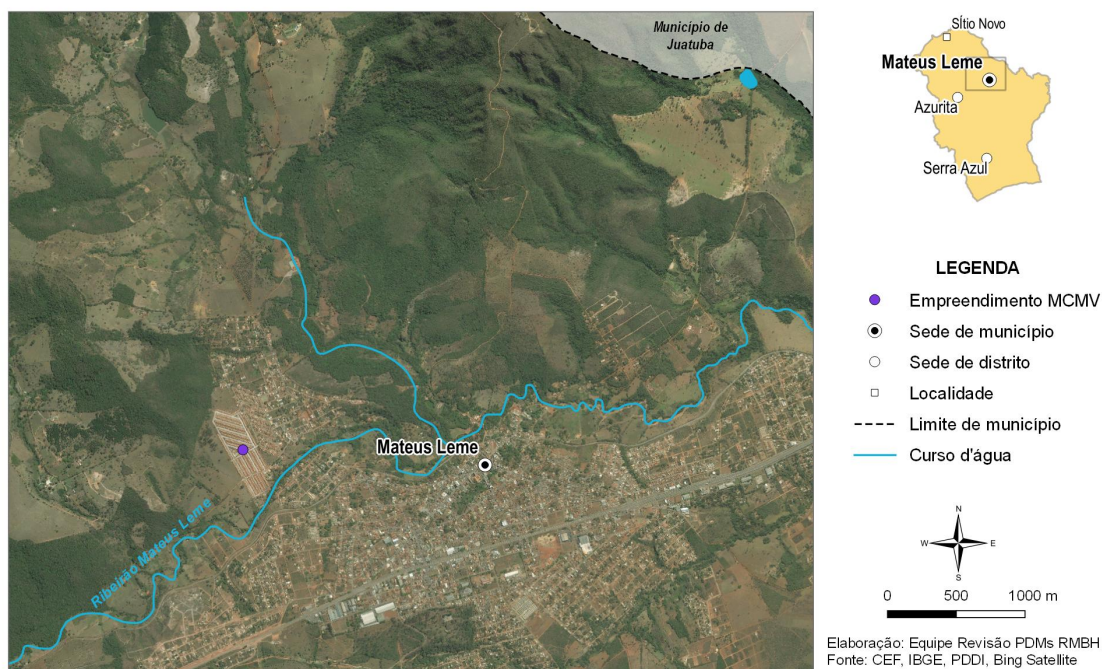
Quadro 17: Produção PMCMV FAR (Faixa 1), Mateus Leme

EMPREENHIMENTO	RESIDENCIAL PARQUE DA SERRA
Fase PMCMV	Fase 2
Unidades habitacionais	424
Tipologia	Informação não encontrada
Valor	R\$27.560.000,00
Ano Contratação	2013
Endereço	A - K, Parque da Serra
Construtora	Construtora Em casa

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2017

A respeito da produção habitacional pelo PMCMV para essa faixa de renda no município de Mateus Leme, destaca-se o grande porte do empreendimento, aspecto negativo em termos da produção de ilhas de segregação, assim como a localização periférica desse empreendimento em relação à mancha urbana consolidada do município, tal como pode ser observado no mapa a seguir:

Figura 35: Produção PMCMV, Mateus Leme



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2012

Sobre As faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias. Até então, nenhuma delas localizada no Município de Mateus Leme.

7.3 Bem-estar urbano

7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação¹⁵ (AP), de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação as demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local¹⁶. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou

¹⁵ As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico

¹⁶ Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013

péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Como podemos observar no primeiro mapa, Mateus Leme tem parte do seu território delimitado com índices intermediários de Bem Estar geral. A porção do território mais próxima de Juatuba, por outro lado, tem valores definidos como níveis ruins de Bem Estar. Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Mateus Leme tem parte do seu território delimitado com os índices mais altos em termos de mobilidade urbana. Já a porção do território mais próxima de Juatuba tem valores definidos como bons. Como o índice é calculado com base no tempo de deslocamento casa/trabalho, isso pode sugerir que seus habitantes trabalham no próprio município ou nos municípios de maior proximidade.

O município de Mateus Leme possui boas condições ambientais de acordo com o IBEU. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana são considerados aspectos como arborização, a presença ou não de esgoto ao céu aberto e a proporção de lixo por residentes.

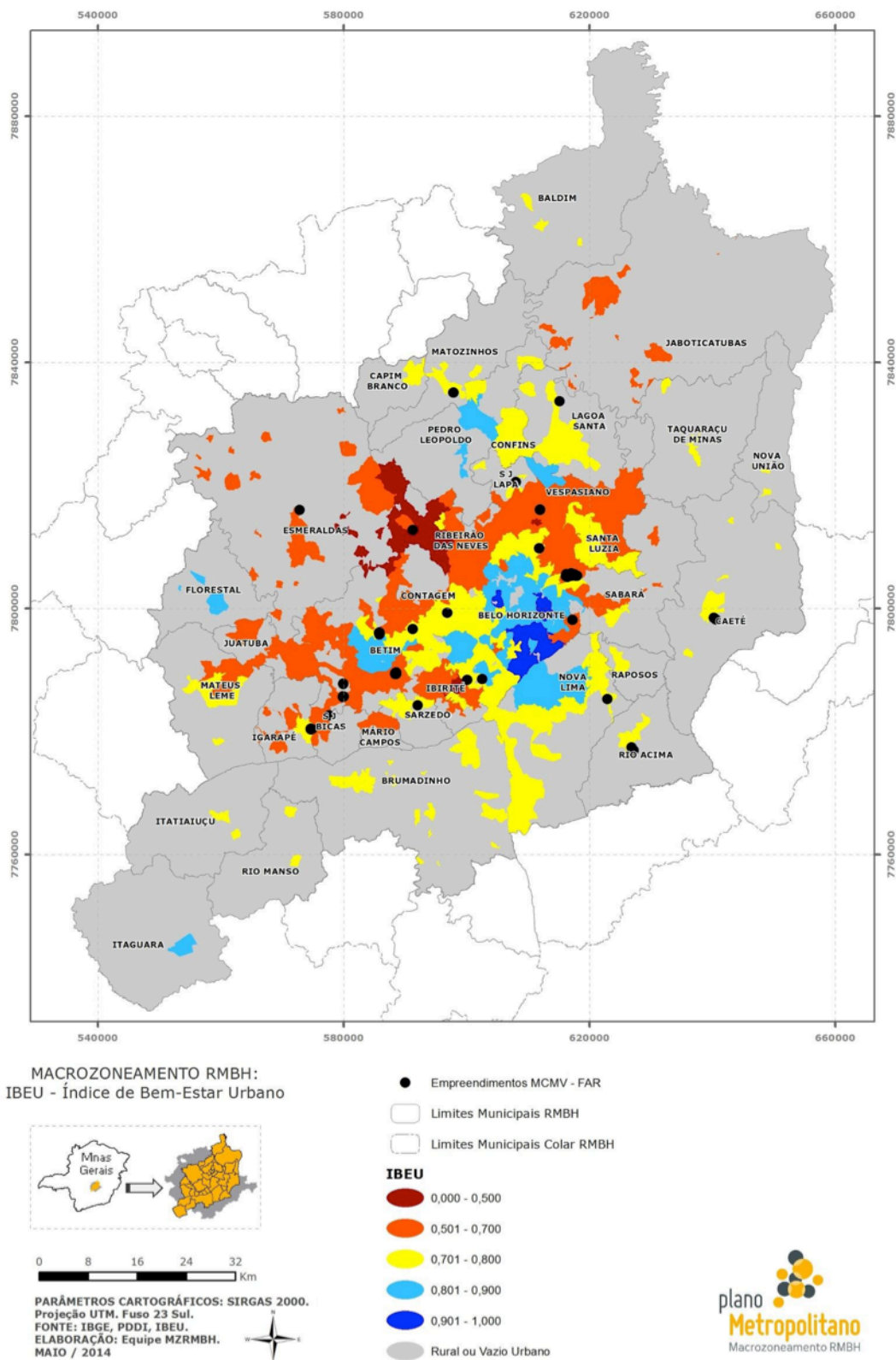
As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Quando avaliadas as condições habitacionais, o município possui um índice intermediário.

O território de Mateus Leme também se divide na avaliação do atendimento aos serviços coletivos. Na área mais próxima de Juatuba são encontrados níveis ruins, enquanto a área mais a oeste possui níveis intermediários. Esse indicativo

considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

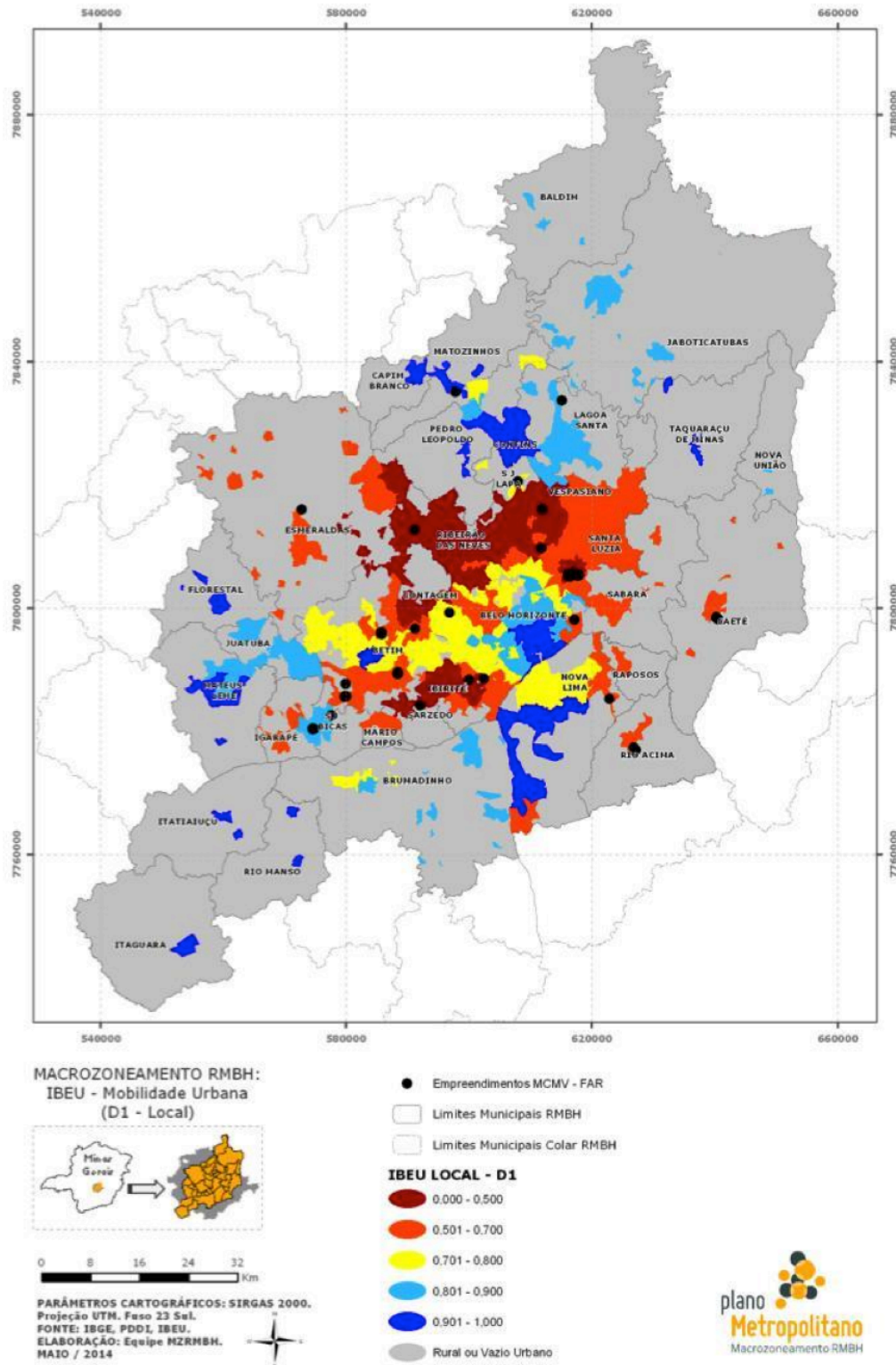
O município está nas piores faixas de avaliação em relação à infraestrutura urbana. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 36: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

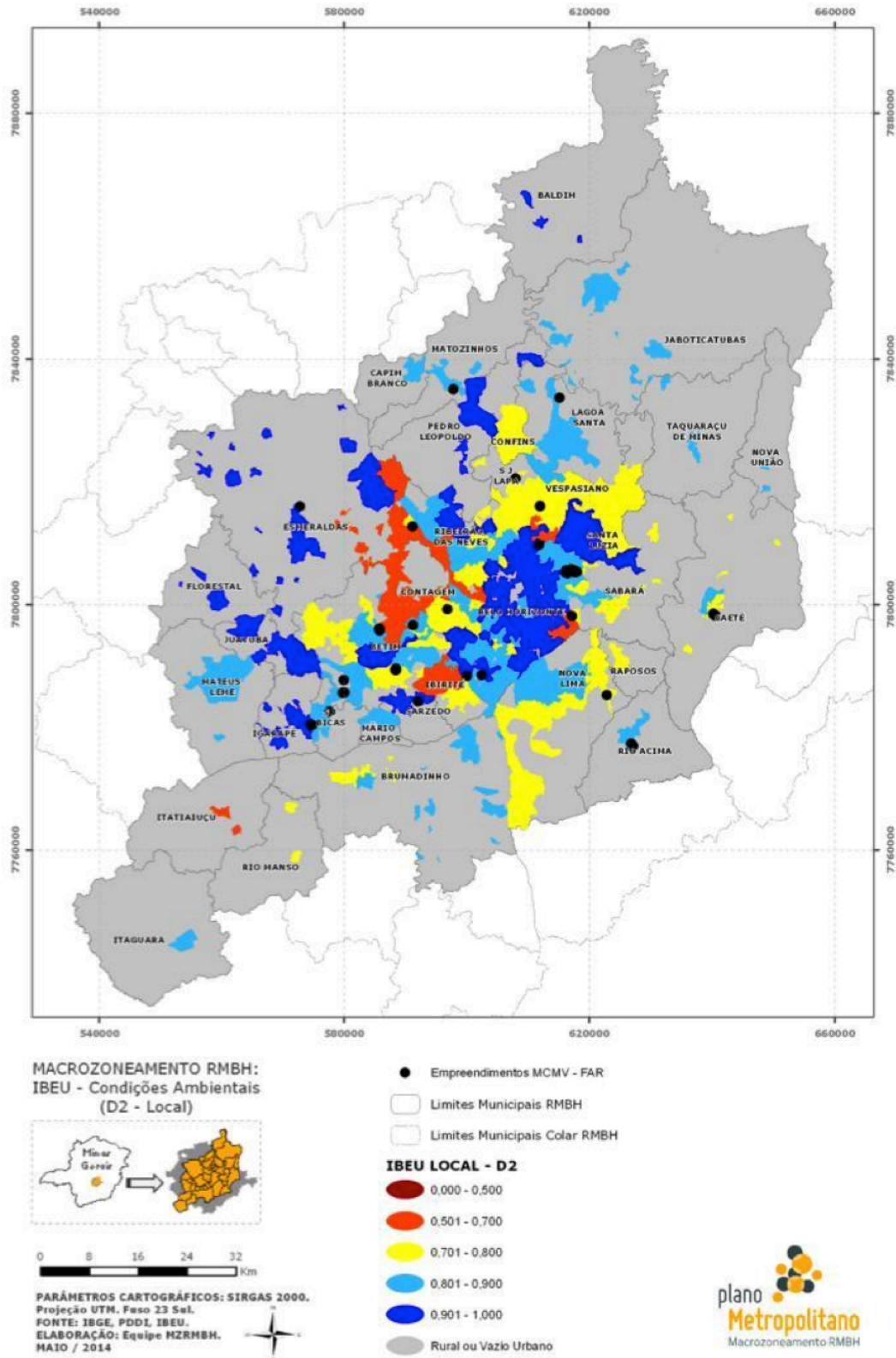
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH



Fonte: Observatório das Metrópoles, 2010

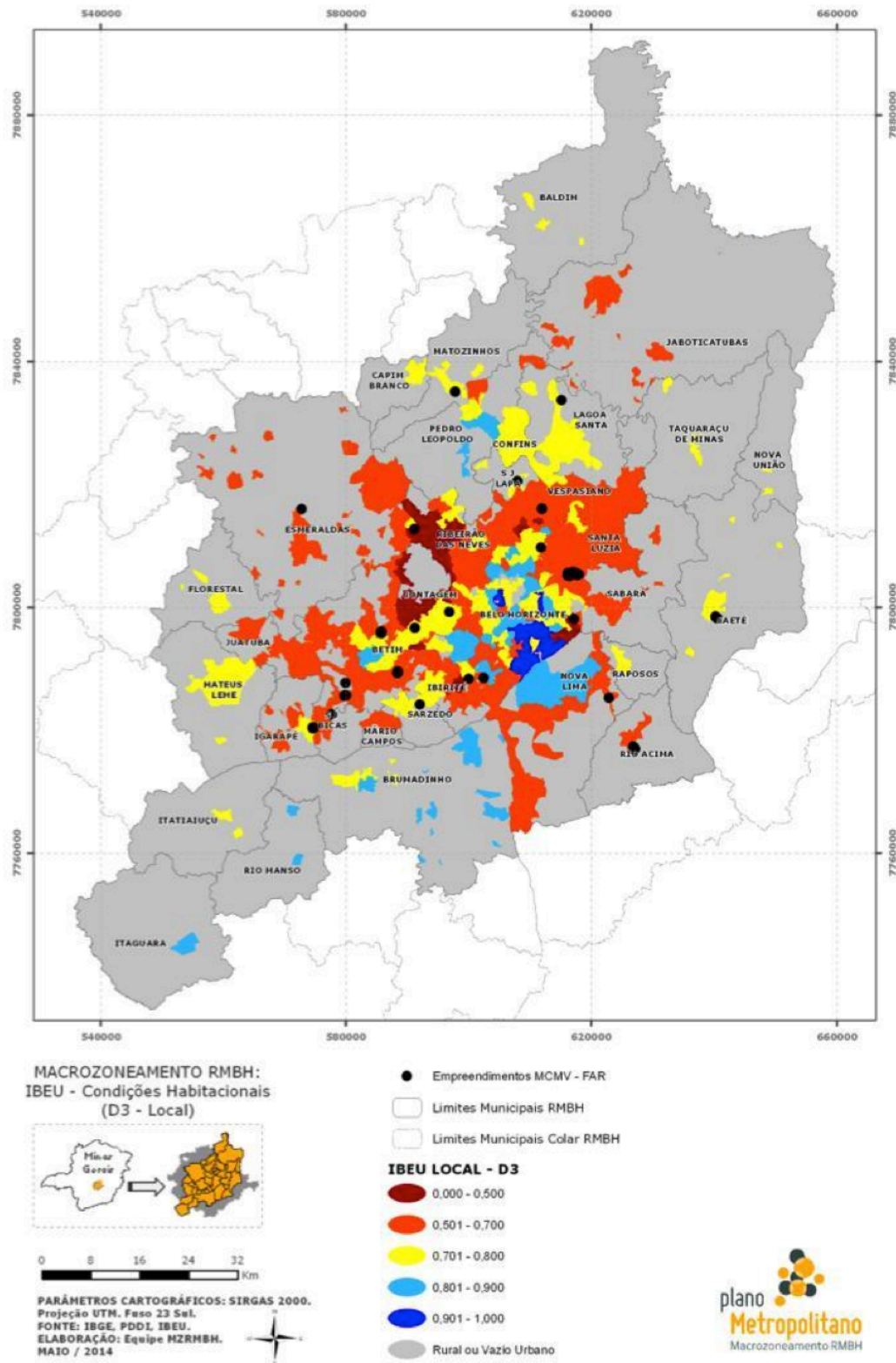
Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH

Processo de Revisão
planoDiretor



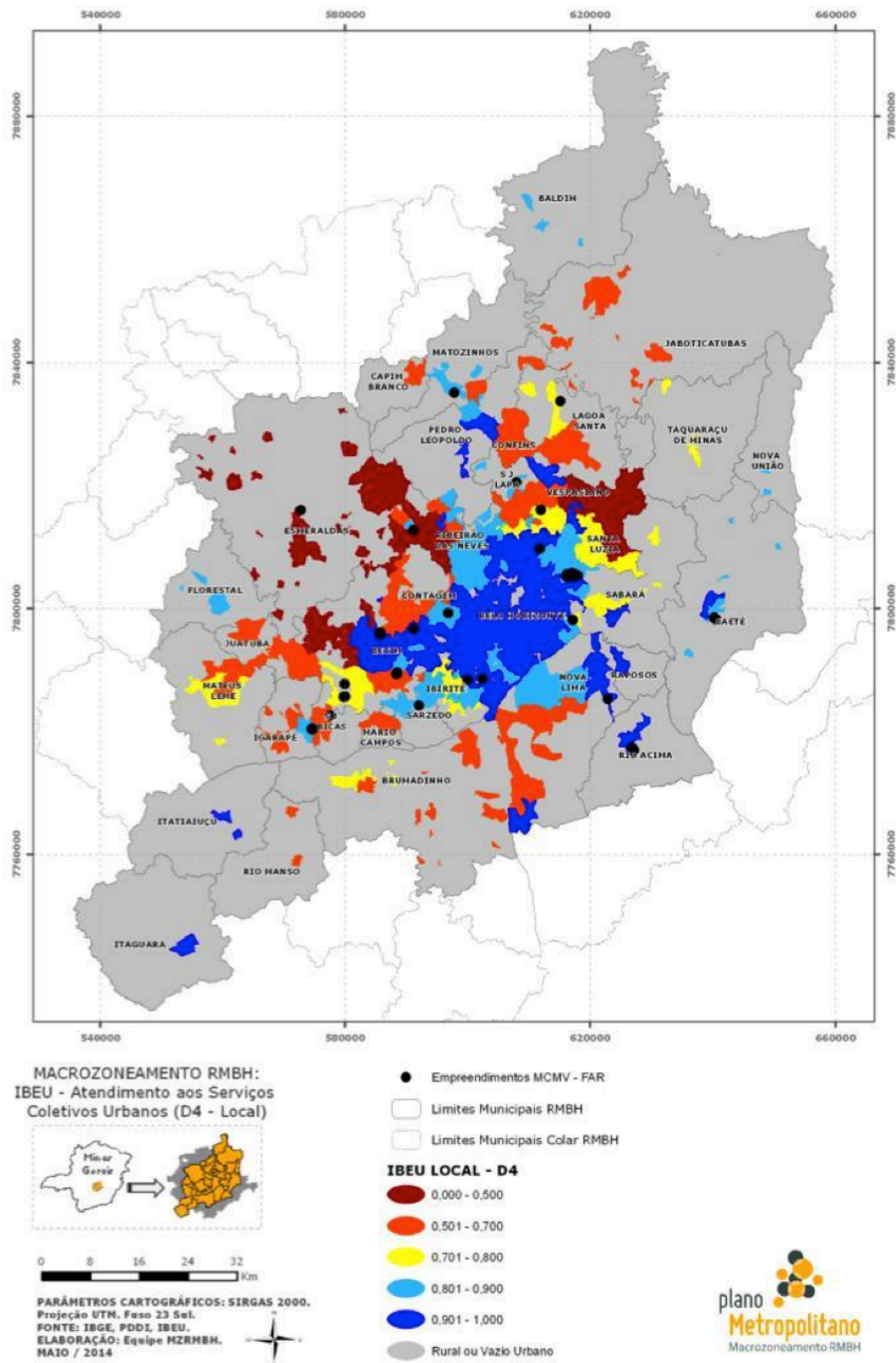
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



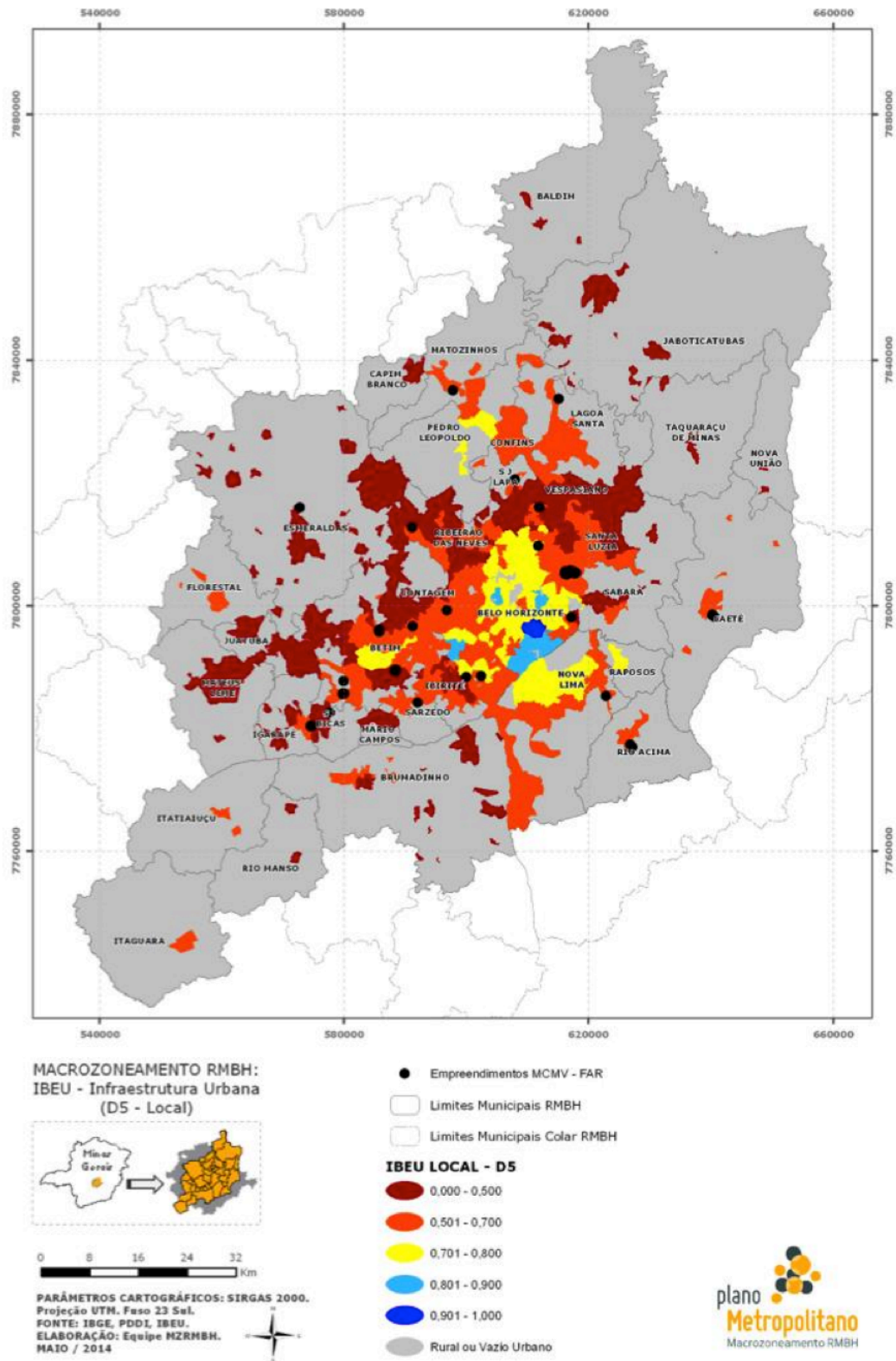
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

7.4 Zonas Especiais

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas¹⁷.

7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social

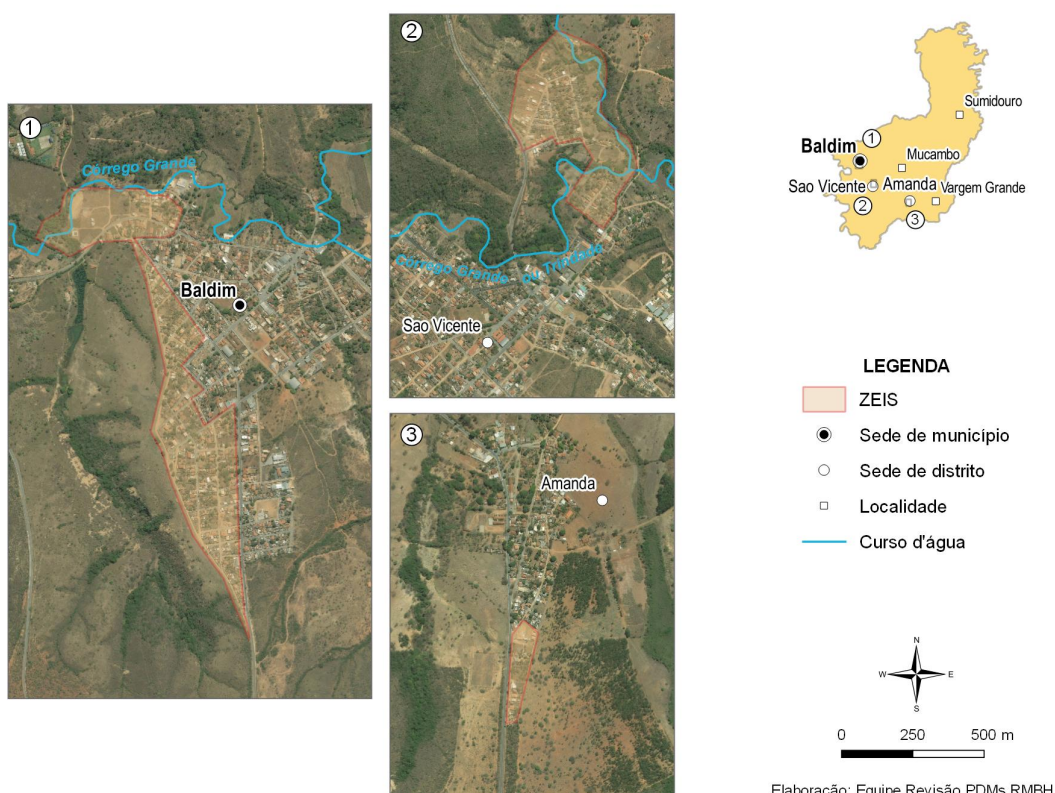
As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

O Plano Diretor Participativo de Mateus Leme (Lei Complementar no 25/2006) delimita as áreas de ZEIS e as diferencia entre ZEIS I e II. As ZEIS I são as áreas já ocupadas por população de baixa renda, objetos, portanto, de políticas específicas e regularização. A parte central do distrito de Azurita é delimitada como ZEIS I, assim como umas das aglomerações do distrito de Sítio Novo e ainda no povoado de Varginha. No distrito de Boa Vista são também delimitadas

¹⁷ A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

ZEIS I que, entretanto, encontram-se vazias quando observadas em fotos de satélite.

Figura 42: Zonas Especiais de Interesse Social, Mateus Leme



Fonte: Plano Diretor de Mateus Leme, Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012

7.4.2 Zonas especiais de interesse social vazias

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

O Plano Diretor de Mateus Leme delimita 9 áreas para a construção de unidades habitacionais na sede. Todas estas áreas quando observadas em fotos de satélite

caracterizam-se como loteamentos com grande percentual de vazios e infraestrutura precária (é observada somente a abertura de vias sem calçamento). São delimitadas ZEIS II ainda na porção norte do distrito de Azurita.

8 MOBILIDADE URBANA

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização sócio-econômica dos domicílios pesquisados¹⁸.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente,

¹⁸ Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Mateus Leme.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.

O município de Mateus Leme se localiza na porção sudoeste da RMBH, e seu território é atravessado, ao norte, pela rodovia BR-262, principal eixo de ligação da RMBH com o oeste de Minas Gerais e o triângulo mineiro e, ao centro pela MG-050, que liga a RMBH com municípios como Divinópolis e Formiga. Nesse sentido, existem duas rodovias de extrema importância atravessando o território de Mateus Leme e que serão fundamentais para a análise de sua mobilidade urbana.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal 12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 18: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Mateus Leme.

CATEGORIA	DADO	FONTE E DATA
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não – Secretaria de Obras, Infraestrutura, Transporte e Estradas	LC 32/2009
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não – com previsão no Plano Diretor	LC 58/2014
Existência de mapa de hierarquia viária	Sim – no Plano Diretor	LC 58/2014
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Licitação	Grupo de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017

Assim, como se pode constatar, há indicadores de que Mateus Leme tem uma capacidade administrativa mediana para a mobilidade urbana, uma vez que não possui Secretaria específica voltada para o assunto, sendo a administração do transporte e trânsito a cargo da Secretaria de Obras, Infraestrutura, Transporte e Estradas. Mas, a existência de transporte coletivo municipal e de mapa de hierarquia viária dá instrumentos para que o planejamento melhore.

De acordo com a lei complementar nº 32/2009 compete à Secretaria de Obras, Infraestrutura, Transporte e Estradas que, entre suas 21 competências, apresenta 8 especificamente ao transporte e trânsito municipal. Entre elas, cabe destacar a seguinte:

IX - Manter estreita vinculação com os órgãos e entidades similares, quer no âmbito do transporte interno, quanto intermunicipal, interestadual, ou outros que advenham de suas atribuições, visando ao melhoramento do existente, bem como a integração plena e satisfatória, na forma da legislação pertinente.

Além da ausência de secretaria específica, destaca-se, também, a ausência do Plano de Mobilidade Urbana para o município de Mateus Leme que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. A elaboração do plano de mobilidade urbana está prevista no Plano Diretor do município (art. 32, inciso XXXIX).

Por fim, o município de Mateus Leme possui mapa de hierarquização viária para seu território, aprovado como anexo de seu atual Plano Diretor. Além disso possui oferta regular de transporte coletivo municipal por ônibus, com duas linhas que serão melhor especificadas mais a frente. Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no quadro abaixo.

Quadro 19: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Mateus Leme

CATEGORIA	DADO	FONTE E DETALHAMENTO
Nº de linhas de transporte municipal no município	2 linhas	Grupo de acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor
Nº de linhas de transporte	5 linhas (3950, 3955,	SETOP, 2017, cotejada com

metropolitano pelo território municipal	3956, 3957, 3967)	dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento
Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	1 linha – Itaúna/Juatuba	SETOP, 2017, cotejada com informações do Grupo de Acompanhamento
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim – linhas de transporte municipal	Grupo de acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor
Existência de transporte escolar	Sim	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017

O transporte público coletivo por ônibus no município de Mateus Leme, como serviço específico para esse fim, é constituído por linhas do sistema municipal, do sistema metropolitano e uma linha do sistema estadual. No caso do sistema municipal, sua operação é feita por uma empresa licitada pela prefeitura e atende aos distritos de Serra Azul e Sítio Novo.

Já no caso do transporte metropolitano, sua concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP), existem 5 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 3950 – Juatuba/Azurita (distrito de Mateus Leme) – tarifa R\$3,25
- 3955 – Sítio Novo (distrito de Mateus Leme)/Juatuba – tarifa R\$3,25
- 3956 – Azurita/Mateus Leme/Juatuba/Belo Horizonte – tarifa R\$12,50
- 3957 – Mateus Leme/Estação Eldorado (Contagem) – tarifa R\$9,00
- 3967 – Mateus Leme/Betim – tarifa R\$5,60

Como se pode constatar, das cinco linhas metropolitanas que passam por Mateus Leme, três ligam ao município de Juatuba, uma liga a Belo Horizonte, uma liga a Betim e uma liga ao município de Contagem e ao sistema de metrô. Nesse sentido, há uma forte relação de complementariedade entre Juatuba e Mateus

Leme, além do município de Betim, existindo pouco incentivo, do ponto de vista do transporte público para uma ligação mais forte com Belo Horizonte. Constatou-se também a existência de uma linha intermunicipal, não metropolitana, cujo trajeto, frequência e tarifa a tornam relevantes para a análise da mobilidade urbana do município. A linha é a seguinte:

- 38052 – Juatuba/Itaúna – frequência de 14 viagens por dia – tarifa R\$5,55

Como a linha passa pelo território município de Mateus Leme, assume-se que frequência e o preço indicam uma relação de interdependência entre os dois municípios que não é captada pela Pesquisa O-D, em virtude de seu escopo territorial.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, muitas das quais ligam à área rural do município, Mateus Leme conta com uma frota para realizar o transporte escolar rural e urbano, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Mateus Leme possui uma população de 711 alunos que necessitam de transporte escolar rural, recebendo um aporte do governo federal de R\$88.199,55. Segundo informações prestadas por órgãos da prefeitura, hoje em dia estão à disposição 38 veículos, e destes, 17 atendem à área rural para o transporte escolar.

8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Mateus Leme ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos

registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

8.2.1 Frota de veículos

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais¹⁹.

A tabela a seguir resume os dados:

Quadro 20: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Mateus Leme, Belo Horizonte, RMBH e Brasil

TERRITÓRIO	FROTA DE VEÍCULOS EM 2004	FROTA DE VEÍCULOS EM 2015	VARIAÇÃO (%)
------------	---------------------------	---------------------------	--------------

¹⁹ É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semi-reboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

Mateus Leme	4.286	13.535	215,80%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

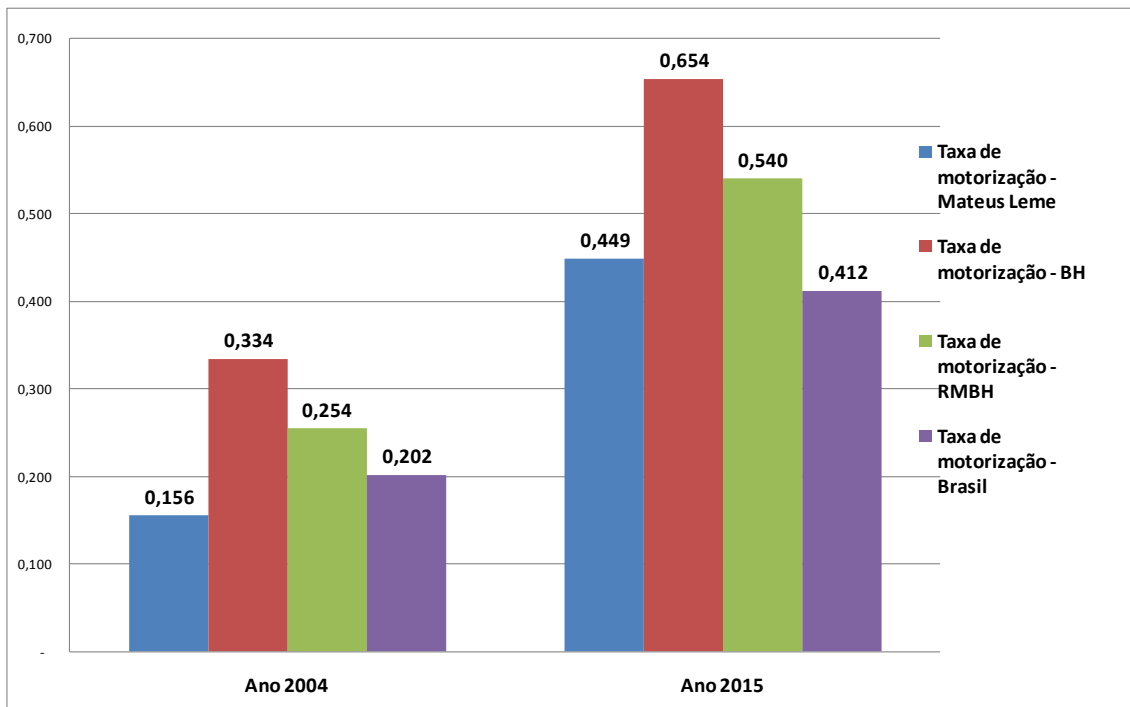
Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Mateus Leme esse valor cresceu significativamente acima da média metropolitana, mais que triplicando. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo menor número absoluto de veículos adicionados (9.249) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

Figura 43: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Mateus Leme, BH, RMBH e Brasil



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)

Como se pode ver na figura acima, a taxa de motorização de Mateus Leme praticamente triplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu abaixo das médias para a RMBH e de Belo Horizonte, mas ultrapassando a média nacional. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média. Cabe a reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização sócio-econômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Mateus Leme apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 21 áreas homogêneas em 2002 e 22 em 2012. A quantidade e a variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana.

8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Mateus Leme.

Quadro 21: Viagens cotidianas realizadas em Mateus Leme, BH e RMBH em 2002 e 2012

TERRITÓRIO	VIAGENS	VIAGENS	VARIAÇÃO (%)
------------	---------	---------	--------------

	REALIZADAS EM 2002	REALIZADAS EM 2012	
Mateus Leme	20.100	62.537	+211,13%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual Mateus Leme no total de viagens da RMBH	0,32%	0,48%	+49,25%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

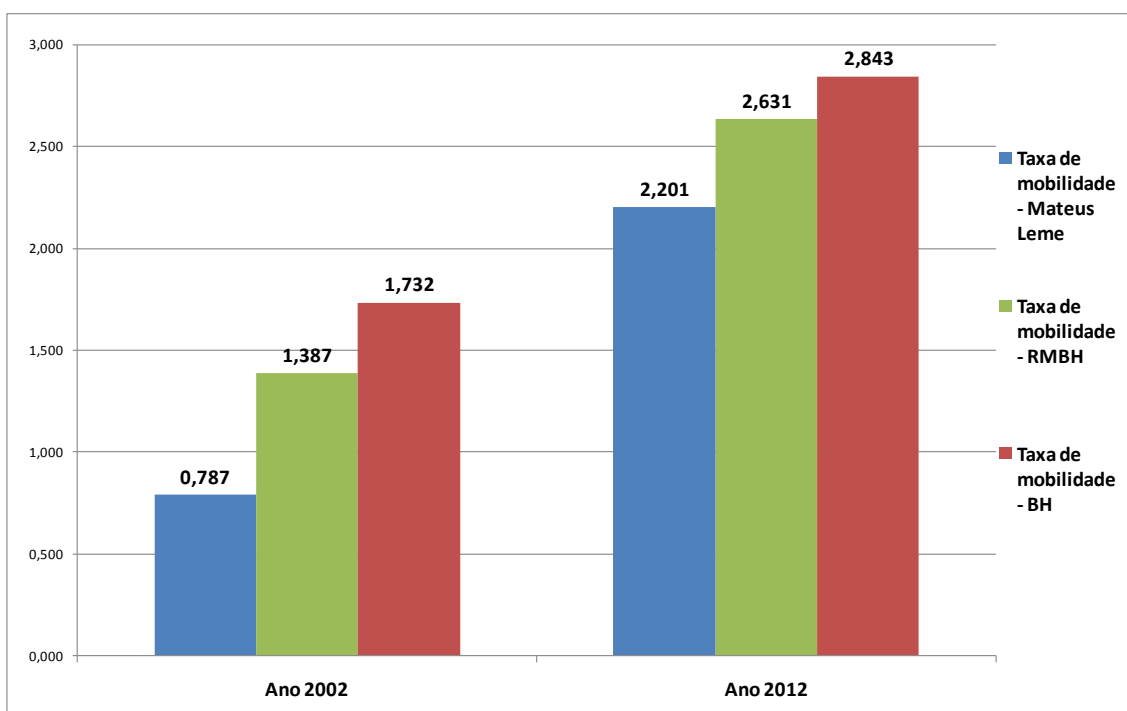
Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Mateus Leme, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de Mateus Leme foi praticamente o triplo da de Belo Horizonte e o dobro da de RMBH, tendo mais que triplicado seus deslocamentos cotidianos. Novamente, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento do número de viagens em Mateus Leme ter sido maior que a RMBH, a participação percentual das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,32% para 0,48% de 2002 para 2012. Mas, como mostram as percentagens, essa mudança teve pouco impacto na RMBH como um todo, representando ainda menos de uma a cada duzentas viagens realizadas na região metropolitana.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentada a figura

comparativa da taxa de mobilidade para Mateus Leme, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

Figura 44: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Mateus Leme, BH e RMBH



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram significativamente em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, pode-se ver que a taxa de mobilidade de Mateus Leme aproximou-se das taxas de Belo Horizonte e da RMBH. Outro fator que é importante constatar é que o número de viagens por habitante em Mateus Leme de 2012 supera em muito o valor registrado para Belo Horizonte, em 2002. Dessa maneira, pode-se afirmar que, mesmo estando abaixo da média metropolitana, os níveis de mobilidade em Mateus Leme melhoraram mais que a média metropolitana.

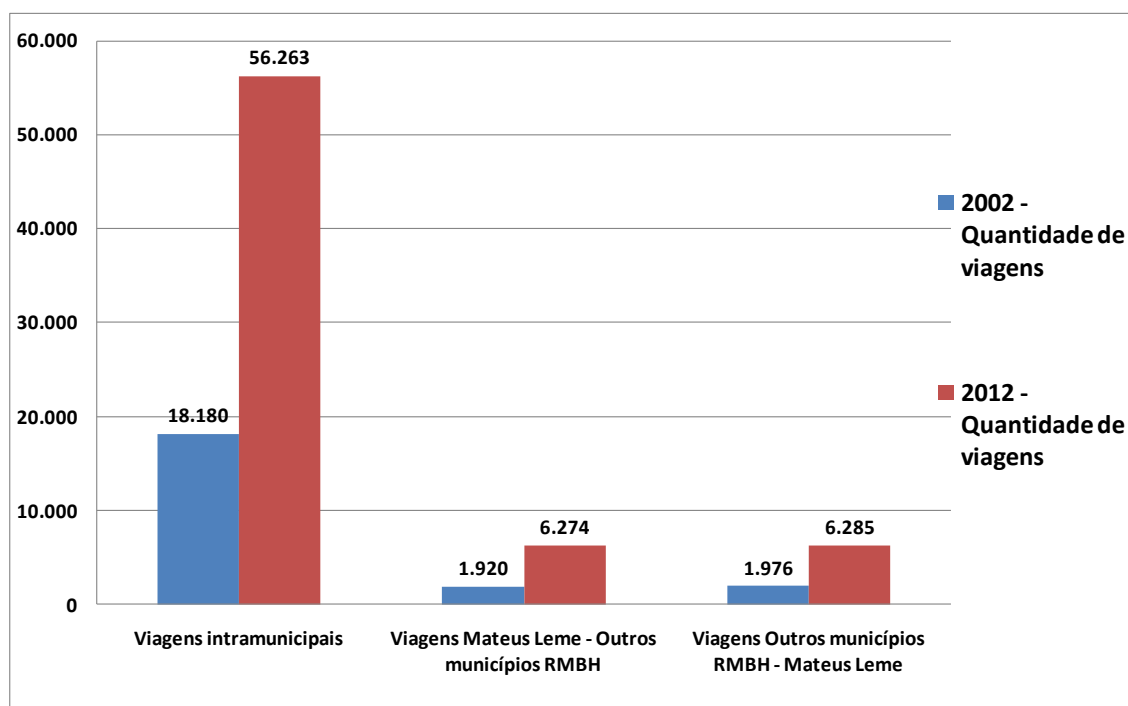
8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH

A figura abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Mateus Leme divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Mateus Leme.

Figura 45: Número de viagens realizadas entre Mateus Leme e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 201



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Para se compreender melhor a divisão das viagens de Mateus Leme por origem e destino, as tabelas a seguir mostram os dados em termos percentuais.

Quadro 22: Divisão percentual das viagens com origem em Mateus Leme, por destino da viagem, em 2002 e 2012

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Mateus Leme	90,45%	89,97%
Outros municípios - RMBH	9,55%	10,03%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Quadro 23: Divisão dos destinos das viagens com destino a Mateus Leme, por origem da viagem, em 2002 e 2012

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Mateus Leme	90,19%	89,95%
Outros municípios - RMBH	9,81%	10,05%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Os quadros acima demonstram que 90,45% das viagens produzidas pelo município de Mateus Leme em 2002 eram viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem ligeira queda em 2012, chegando a 89,97% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 9,55% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que sobe proporcionalmente para 10,03% em 2012. Esses valores apresentam algum grau de autonomia de Mateus Leme, sem indicar, necessariamente, isolamento em relação a outros municípios da RMBH, apesar de estar acima da média metropolitana de viagens intramunicipais, de 85%. Se

esse valor pode ou não ser considerado um bom indicador do grau de autonomia do município, embora seja necessário avaliar outros aspectos da realidade municipal para se confirmar essa constatação.

. A proporção de viagens atraídas pelo município de Mateus Leme, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 9,81% dos deslocamentos com destino a Mateus Leme se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que sobe para 10,05% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

As figuras e quadros seguintes apresentam os municípios da RMBH com os quais Mateus Leme realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

Quadro 24: Distribuição das viagens com origem em Mateus Leme e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

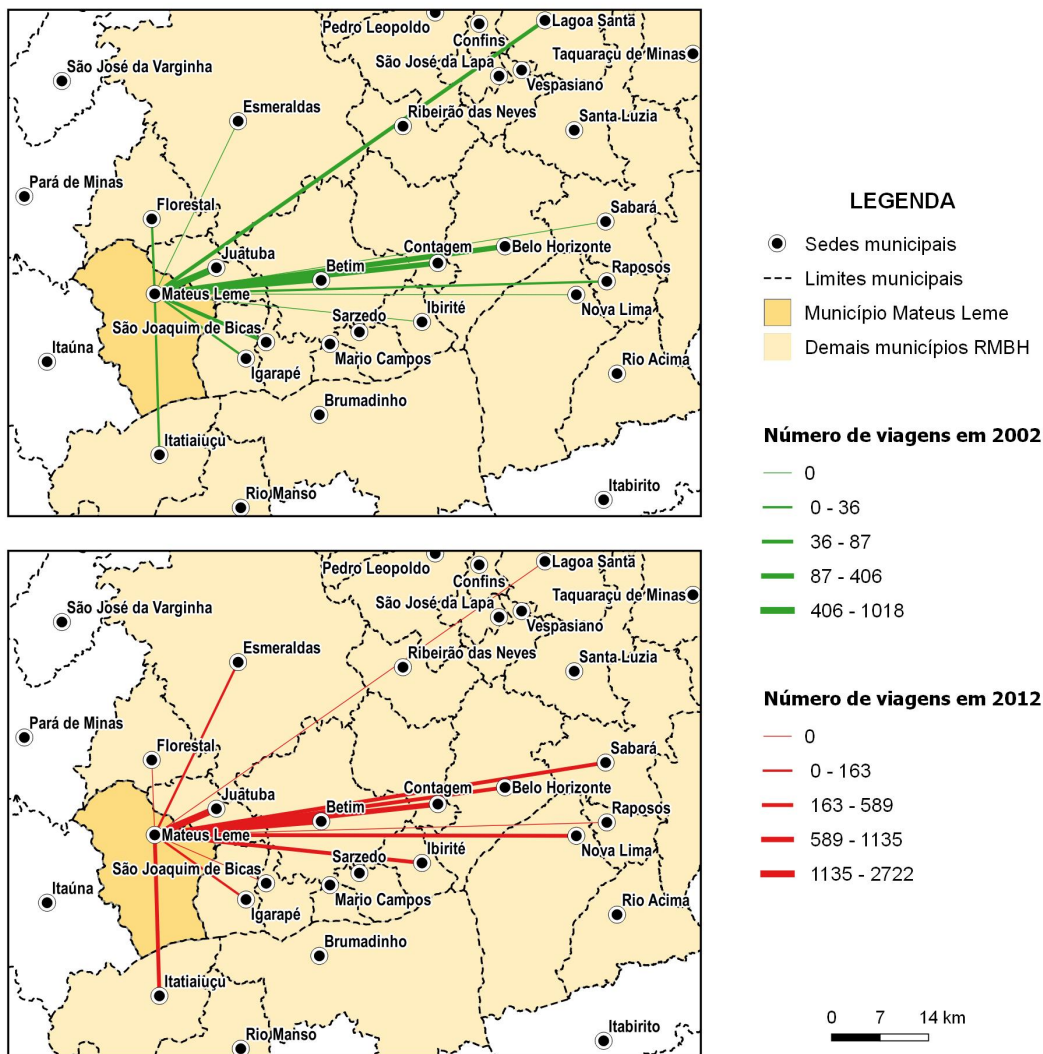
DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Juatuba	49,25%	46,41%
Betim	3,09%	18,25%
Contagem	16,65%	14,89%
Belo Horizonte	18,90%	12,65%
Itatiaiuçu	0,00%	2,30%
Ibirité	0,00%	2,04%
Outros	11,83%	3,47%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

A composição de viagens com origem em Mateus Leme e destino a outros municípios apresentou algumas mudanças entre 2002 e 2012. Assim, a

participação de Betim passou de 3,09% em 2002 para 18,25% dos deslocamentos intermunicipais na RMBH em 2012. A proporção de Juatuba permanece praticamente a mesma, passando de 49,25% em 2002 para 46,41% em 2012. Contagem e Belo Horizonte são outros municípios de destino que experimentam uma ligeira redução em sua participação proporcional, com o primeiro município passando de 16,65% para 14,89% e a capital mineira passando de 18,90% para 12,65% dos deslocamentos, entre 2002 e 2012. Todos esses dados proporcionais devem ser cotejados com o crescimento do número absoluto de viagens, que pode ser melhor visualizada na figura a seguir:

Figura 46: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Mateus Leme, anos de 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Mateus Leme são com Itatiaiuçu, Juatuba, Betim, Contagem e Belo Horizonte. Os dois primeiros municípios citados têm a vantagem da proximidade, sendo limítrofes a Mateus Leme. Já Betim, Contagem e Belo Horizonte exercem atração em virtude de seu peso econômico na RMBH. Cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente aos destinos, apresenta-se abaixo o quadro que detalha a origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Mateus Leme, em 2002 e 2012.

Quadro 25: Distribuição das viagens com destino a Mateus Leme com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

ORIGEM DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Juatuba	51,49%	43,31%
Betim	4,39%	18,06%
Contagem	12,11%	14,86%
Belo Horizonte	20,55%	9,37%
Sabará	0,00%	6,30%
Itatiaiuçu	0,00%	2,60%
Ibirité	0,00%	2,04%
Nova Lima	0,00%	2,01%
Outros	11,21%	1,45%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

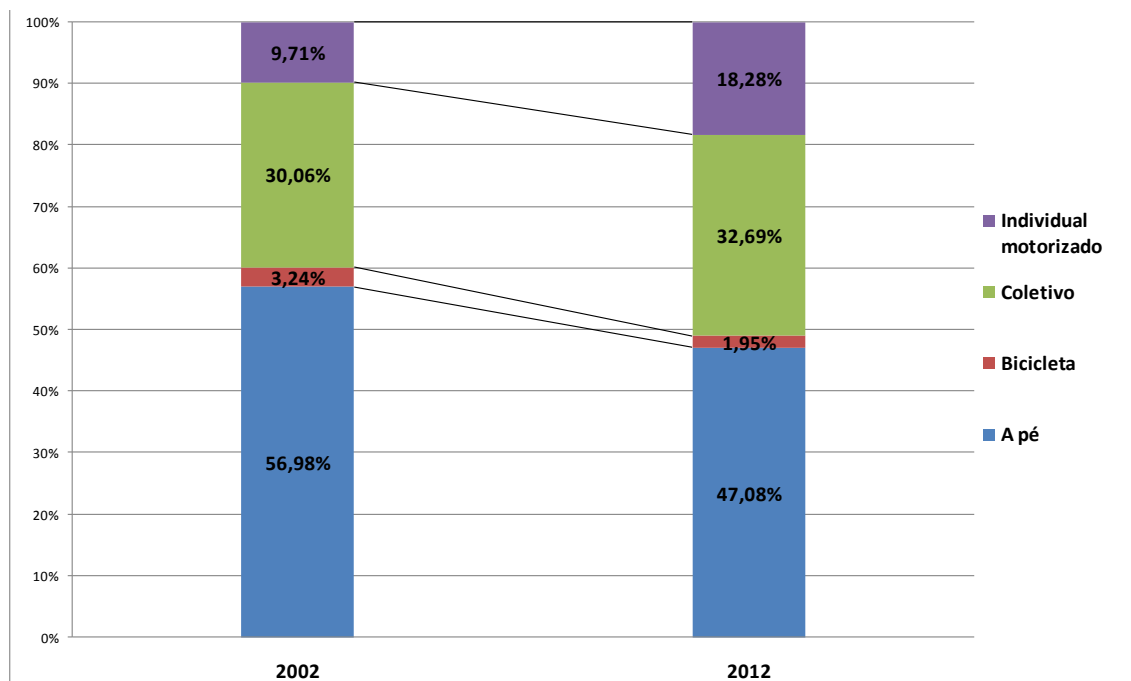
O quadro acima apresenta algumas semelhanças com a composição da figura anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. Na figura, Betim tem crescimento de 4,39% para 18,06% dos deslocamentos para Juatuba. Contagem aumenta ligeiramente sua participação, passando de 12,11% para 14,86% entre 2002 e 2012. Juatuba continua a exercer grande peso, mas perde participação proporcional, passando de 51,49% dos deslocamentos em 2002 para 43,31% em 2012. Belo Horizonte tem sua participação diminuída como origem das viagens cotidianas para o município, passando de 20,55% em 2002, para 9,37% em 2012.

Todas essas informações são relevantes para se pensar o planejamento da mobilidade urbana coordenada com o uso e ocupação do solo, além de ser argumento necessário para discussões interfederativas sobre a malha rodoviária que perpassa o município.

8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Mateus Leme, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

Figura 47: Distribuição das viagens produzidas em Mateus Leme por modo de transporte, em 2002 e 2012



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

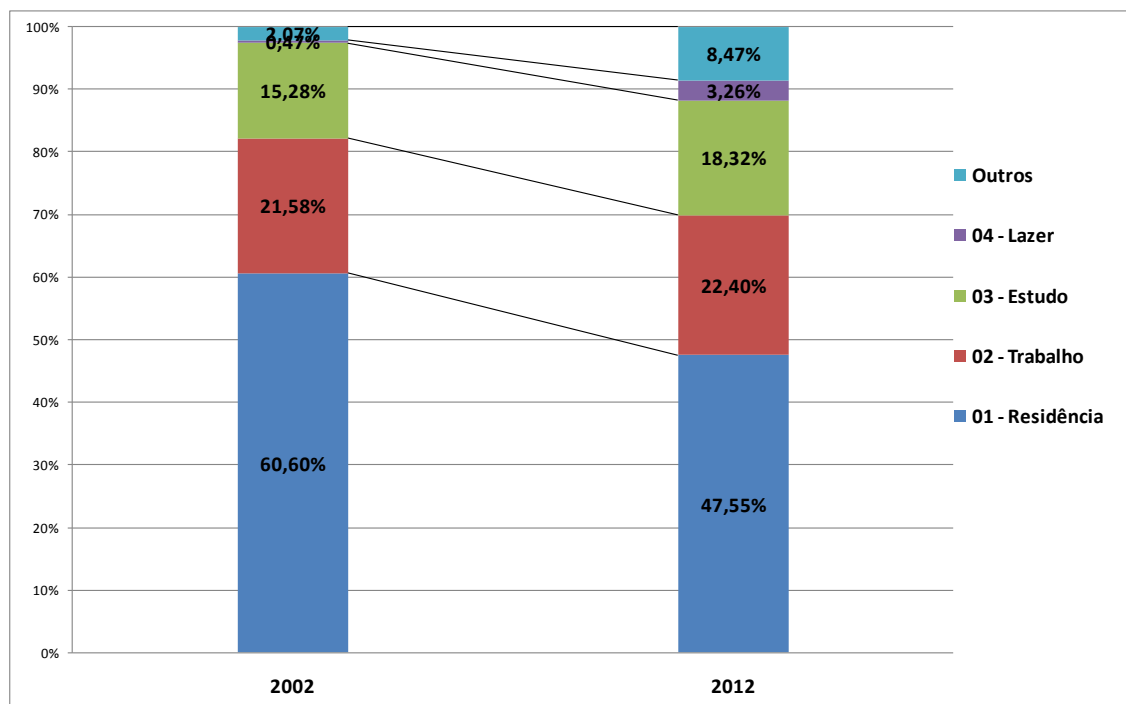
Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Mateus Leme, compondo cerca de 50% do total em 2012. Entretanto, é preciso notar que sua participação relativa foi a que mais diminuiu entre 2002 e 2012, passando de 56,98% para 47,08% do total de deslocamentos entre esses anos. A participação do modo bicicleta reduziu-se marginalmente, de 3,24% para 1,95% entre 2002 e 2012, ainda que o número absoluto de viagens por esse modo tenha aumentado. Seguindo a tendência nacional, Mateus Leme teve grande aumento na proporção de viagens pelo modo individual motorizado, que passaram de 9,71% em 2002 para 18,28% em 2012. Ainda que o número total de viagens por todos os modos tenha triplicado, esses dados permitem inferir que houve substituição de modos de viagens, com viagens que anteriormente eram feitas no modo não-motorizado passando a ser realizadas no modo individual motorizado. Por outro lado, a proporção de viagens pelo modo coletivo aumenta marginalmente, de 30,06% em 2002 para 32,69% em 2012, contrariando a tendência nacional e se alinhando com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana que prevê esse modo como prioritário nas formas de deslocamentos cotidiano. Assim, é necessário ter essa questão em conta no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na elaboração de outras políticas públicas.

8.3.3 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Mateus Leme com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, 03 – Estudo, 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios

Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

Figura 48: Distribuição das viagens produzidas em Mateus Leme por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se pode constatar pela figura acima, houve uma diminuição significativa da participação do motivo residência, que passou de 60,60% para 47,55% entre 2002 e 2012, indicando um aumento da diversidade de motivos para os deslocamentos cotidianos. O motivo trabalho e o motivo estudo tiveram, ambos, um ligeiro aumento de sua participação proporcional nas viagens entre os anos de 2002 e 2012, passando de 21,58% para 22,40% e de 15,28% para 18,32%, respectivamente. Os outros motivos de deslocamentos, considerados “não-obrigatórios” passaram de 2,54% para 11,73%, em dez anos, com especial atenção para o motivo particular e o motivo lazer. Esses dados deverão ser

Processo de Revisão

planoDiretor

aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

9 AGRICULTURAS

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Mateus Leme foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados,

aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

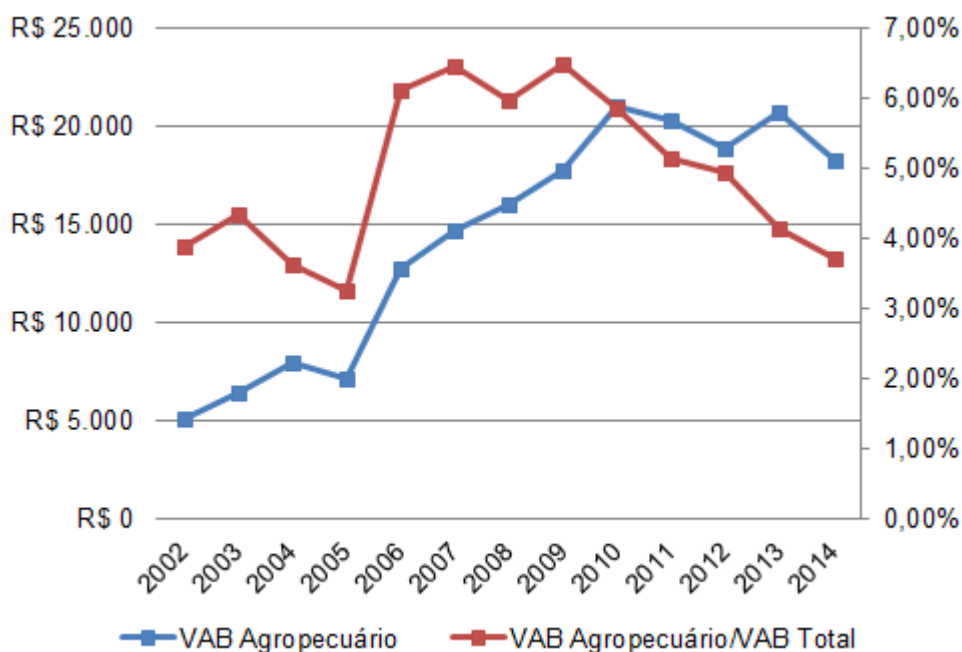
O município de Mateus Leme se destaca como grande ofertante de hortaliças à RMBH, tendo fornecido ao CEASAMINAS/BH 18 mil toneladas em 2013. A fim de compreender melhor o potencial agropecuário do município, seguem alguns dados referentes a este setor.

9.1 Produção

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o Setor Agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do Setor Agropecuário em Mateus Leme, para o ano de 2012, foi de R\$ 30.797,92 mil, representando 6,79% do PIB total do município. Trata-se do 10º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Mateus Leme, em 2014, era de R\$ 18.288 mil, representando 3,72% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa a 13ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: observa-se que o VAB Agropecuário bem como sua participação no VAB Total possuem variação parecida ao longo do período de 2002-2014, com uma trajetória de crescimento descontínuo de 2002 a 2010, alternado com um decréscimo de 2010 a 2014.

Figura 49: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)²⁰. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Mateus Leme se destaca em volume de produção em relação ao rebanho de caprinos, sendo o 4º município

²⁰ Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

que mais produz dessa variedade na RMBH, ao rebanho de bubalinos e criação de galinhas, sendo o 5º município que mais produz esses tipos de produtos na RMBH, à produção de ovos de galinha, sendo o 6º município que mais produz, à produção de mel, sendo 7º município no ranking metropolitano e à produção de leite, sendo o 8º município que mais produz. Além disso, em Mateus Leme ocorre a criação de galos, frangas, frangos e pintos, rebanhos de bovinos, suínos e equinos.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias²¹. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Mateus Leme são: cana, tomate, milho e goiaba.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal²². Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Mateus Leme possuía 86 produtores cadastrados na central, sendo o 2º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo

²¹ Nas análises deste foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

²² Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 17.850,71 toneladas de produtos, sendo o 2º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$22.143.399,22 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 2º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, berinjela, pepino, milho verde, abóbora e abobrinha se destacaram como os principais produtos, considerando a quantidade de produtos fornecidos à CEASAMINAS/BH pelo município. O município é destaque no fornecimento de jurubeba, berinjela, pimenta, vagem, pepino, milho verde, pimentão, ervilha e abobrinha, no qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Mateus Leme produziu Café Arábica, Milho, Cana-de-Açúcar, Eucalipto, Abacate, Banana, Goiaba, Lichia, Limão, Tangerina, Quiabo, Ervilha Vagem, Palmito, Brócolis, Alface, Tomate Mesa, Vagem, Couve-Flor, Jiló, Chuchu, Pepino, Abobrinha, Pimentão, Mandioca Mesa, Berinjela, Milho Verde, Milho Silagem e Sorgo Forrageiro, totalizando 1.351,00 hectares de área produtiva²³. A produção estimada foi de 41.357,00 toneladas, sendo que 22.751 toneladas advêm de agricultores familiares, correspondendo a 55,01% da produção. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015²⁴ revelaram que, em

²³ Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

²⁴ Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovinocultura de Leite,

Mateus Leme, a produção pecuária se baseia na Apicultura - totalizando 600 colmeias e uma produção de 9.000 kg de mel, na Avicultura de Corte Caipira - sendo 400 cabeças no total e uma produção de 0,80 toneladas de frango, na Avicultura de Corte Tecnificada - sendo 725.000 cabeças e 1.595,00 toneladas de frango no total, na Bovinocultura de Leite - totalizando 5.500.000 litros de leite a partir do ordenhamento de 2.000 vacas, no Confinamento Bovino - sendo 200 animais confinados e uma produção total de 60,00 toneladas, na Ovinocultura - sendo 400 matrizes, 800 animais no abate e 32 toneladas de carne produzidas, e na produção de Tilápia em Tanque-Rede - produzindo em 25 tanques-rede um total de 22,5 toneladas. A produção da Apicultura é feita 80% por agricultores familiares, enquanto 50% da produção da Avicultura de Corte Caipira, 27% da Avicultura de Corte Tecnificada, 30% da Bovinocultura de Leite, 0% do Confinamento Bovino, 3,2% da Ovinocultura e 30% da produção de Tilápia em Tanque-Rede é feita por eles.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Em Mateus Leme, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, não há cadastro desse tipo de produção.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos²⁵. Outro

Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

²⁵ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos. Acesso em: 05/04/2017.

certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica²⁶. Para o município de Mateus Leme não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados.

9.2 Emprego

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Mateus Leme em 2015 é de 297, o que corresponde a 5% do total dos vínculos ativos neste município. Destaca-se que, na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, de modo que não é representativo para compreender a realidade dos municípios individualmente.

Quadro 26: População total e urbana (2000 e 2010), Mateus Leme e RMBH

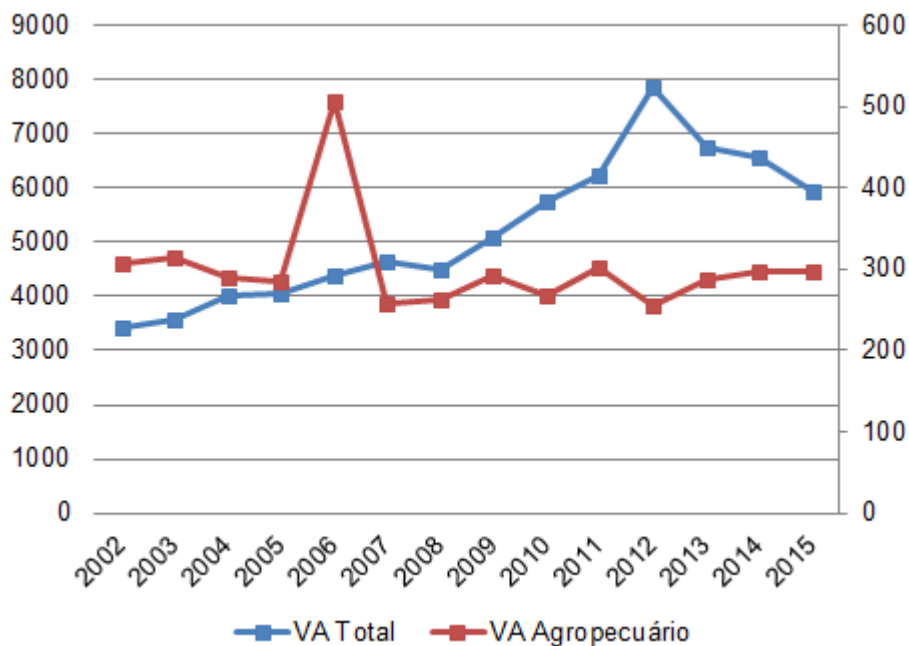
LUGAR	POPULAÇÃO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO TOTAL (2010)	POPULAÇÃO RURAL (2000)	POPULAÇÃO RURAL (2010)	% RURAL (2000)	% RURAL (2010)
Mateus Leme	24.144	27.856	3.750	3.177	15,53%	11,41%
RMBH	4.357.943	4.883.970	109.993	93.633	2,52%	1,92%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano - Censo Demográfico (IBGE).

²⁶ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica. Acesso em: 05/04/2017.

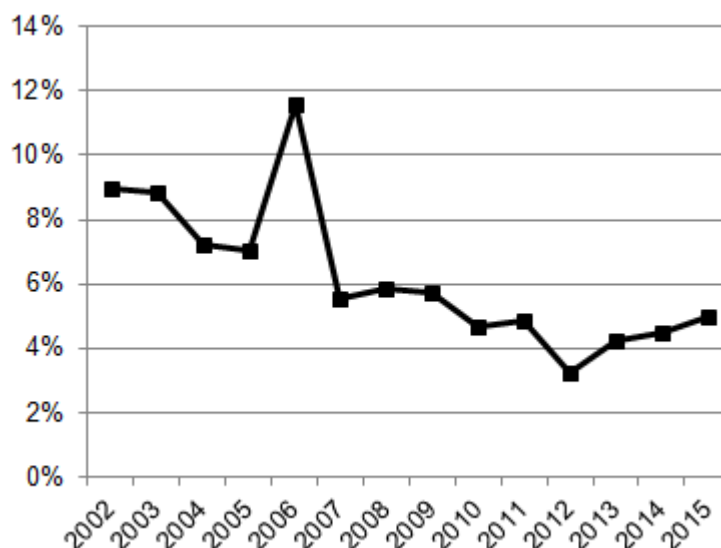
A Figura abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no Setor Agropecuário. Em geral, o crescimento dos vínculos ativos na economia de 2002 a 2015 não foi revertido numa ampliação dos vínculos ativos no Setor Agropecuário, que sofreu uma leve queda de 308 para 297 - embora, em 2006, houve destaque na ampliação dos vínculos ativos no setor para 506. Na Figura em seguida é possível perceber uma queda generalizada da participação do trabalho agropecuário no emprego total entre 2002 e 2015, com destaque para o pico de 2006 (11,58%) e o vale de 2012 (3,25%).

Figura 50: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

Figura 51: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Mateus Leme

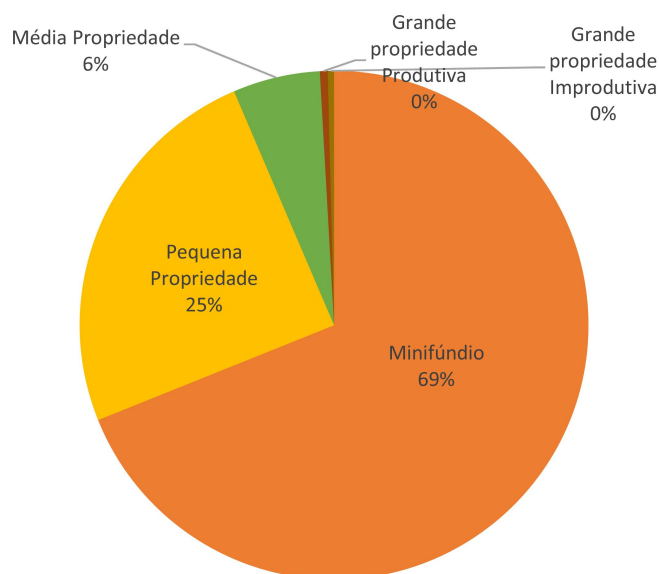


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

9.3 Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Mateus Leme tem como unidade de referência o módulo fiscal de 20 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Mateus Leme possuía em 2005 um total de 1.017 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 4,75% do total da RMBH. Esse total se divide em: 696 minifúndios, 249 pequenas propriedades, 56 médias propriedades e 9 grandes propriedades, das quais 44,44% são improdutivas. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

Figura 52: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).

A extensão territorial de Mateus Leme é de 55.626,60 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 28,57% do território metropolitano. A extensão territorial de Mateus Leme é de 30.271,40 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 3,20% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Mateus Leme era de 477, distribuídos em 338 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 139 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Mateus Leme possui 12.478,00 hectares, o que equivale a 41,2% do território municipal. Desse total, somente 4.935 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 27: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Mateus Leme

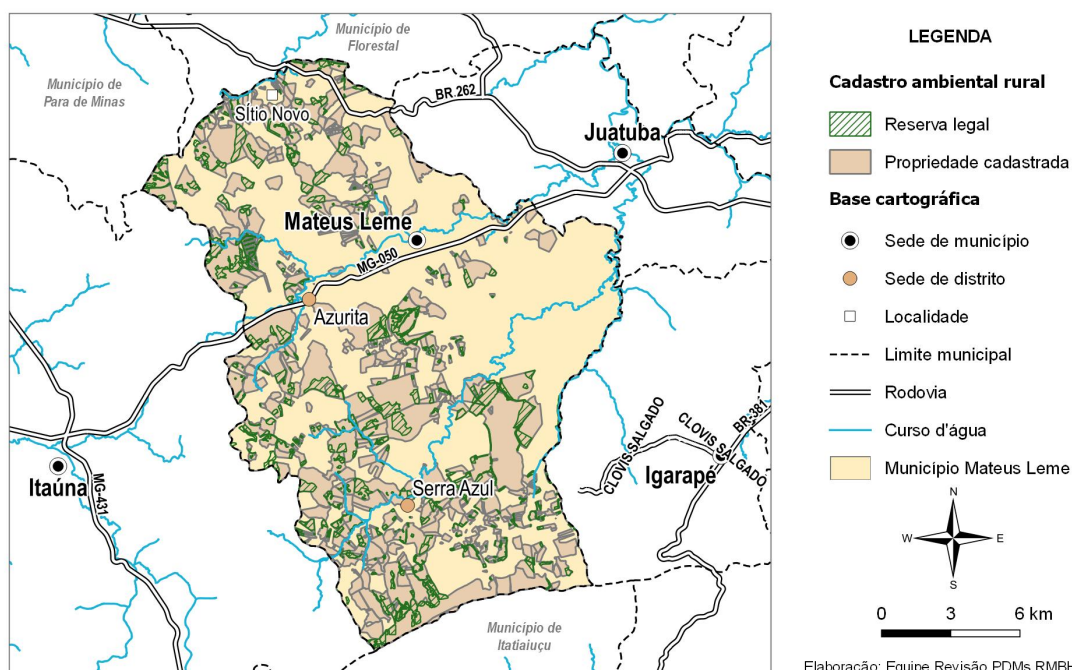
DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
Extensão Territorial	-	-	30.271,40 ha	100%

Estabelecimentos de Agricultura Familiar	338	70,86%	4.935,00 ha	16,3%
Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar	139	29,14%	7.543,00 ha	24,9%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses. Em Mateus Leme há um total de 586 imóveis cadastrados, somando 13.420,77 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Mateus Leme.

Figura 53: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.

9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Mateus Leme nos últimos anos. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 chega a menos da metade do exercício anterior, resultando em 16 contratos que somaram R\$ 537.098,13. Contudo, até a safra de 2014/2015, o valor veio sofrendo um aumento, até atingir o total de R\$ 2.072.954,36.

Quadro 28: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Mateus Leme

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2010/2011	72	R\$ 902.413,19
2011/2012	75	R\$ 1.215.121,35
2012/2013	65	R\$ 1.022.638,21
2013/2014	59	R\$ 1.431.382,67
2014/2015	57	R\$ 2.072.954,36
2015/2016	16	R\$ 537.098,13

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Mateus Leme, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 3.469.946,55. Isso representa 0,82% do crédito total da RMBH de R\$ 425.576.984,39 - somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Mateus Leme, há registros de 253 DAPs no total, sendo 156 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei Nº 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Mateus Leme em 2015 somaram R\$ 228.060,00 divididos em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No Quadro abaixo, segue a evolução do repasse de 2012 a 2015.

Quadro 29: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Mateus Leme

ANO	VALOR DOS REPASSES DO PNAE	GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR	PORCENTAGEM DOS GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR
2012	R\$ 220.908,00	R\$ 66.576,60	30,14%
2013	R\$ 231.060,00	R\$ 120.429,57	52,12%
2014	R\$ 223.800,00	R\$ 147.112,02	73,04%
2015	R\$ 228.060,00	R\$ 138.683,81	60,92%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Segundo dados de 2015, em Mateus Leme, foram gastos R\$ 138.683,81 com a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE no município de Mateus Leme. Esse valor corresponde a 60,92% do total do valor transferido ao município naquele ano, de modo que se encontra em conformidade com a legislação. Comparativamente aos anos anteriores, essa porcentagem sofreu uma forte ampliação em 2014, ainda que em 2015 foi reduzido novamente. Os gastos, por sua vez, mais que duplicaram de 2012 a 2015.

10 MINERAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Mateus Leme quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica, foi buscado compreender a presença da mineração no município de Mateus Leme, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base de dados, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Mateus Leme, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das

Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM, responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

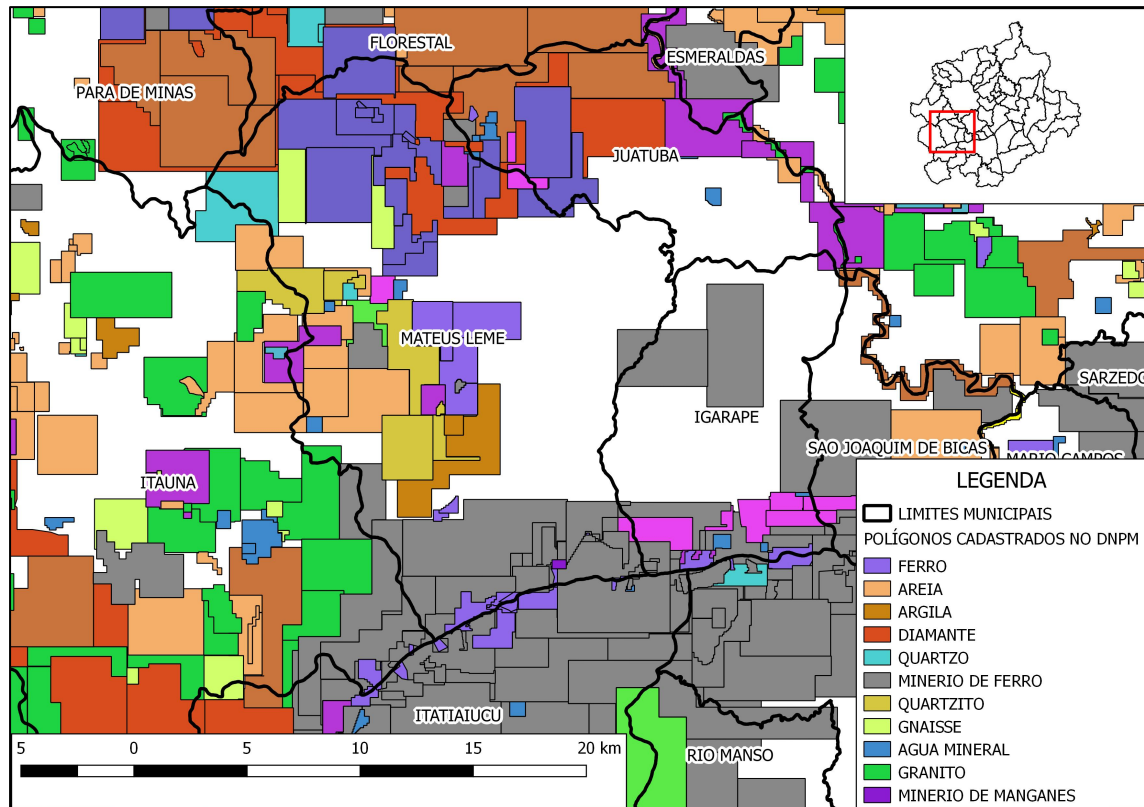
10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Mateus Leme

O vetor oeste da RMBH, onde se localiza Mateus Leme, é marcado pela existência de jazidas de 11 substâncias principais: ferro, minério de ferro, minério de manganês (pertencentes à classe I); diamante, quartzo, quartzito (pertencentes à classe VII); argila, areia, gnaiss, granito (classe II); água mineral (classe VIII).

Conforme verificado na figura a seguir, a partir dos polígonos cadastrados no DNPM percebe-se uma concentração de jazidas de minério de ferro em sua porção sul, por concentrações de areias, argilas e quartzitos na porção leste e por jazidas de diamante, ferro, quartzo e gnaiss, ao norte.

É importante destacar que, nesses polígonos delimitados pelo DNPM, constam todos os regimes previstos no Regulamento do Código da Mineração (autorização, concessão, licenciamento, matrícula e monopólio), bem como as atividades de pesquisa e lavra (BRASIL, 1968). Isso implica que tais polígonos não são constituídos, exclusivamente, por áreas de extração de minérios, mas sim por delimitações ligadas às diferentes etapas que compõem a produção minerária.

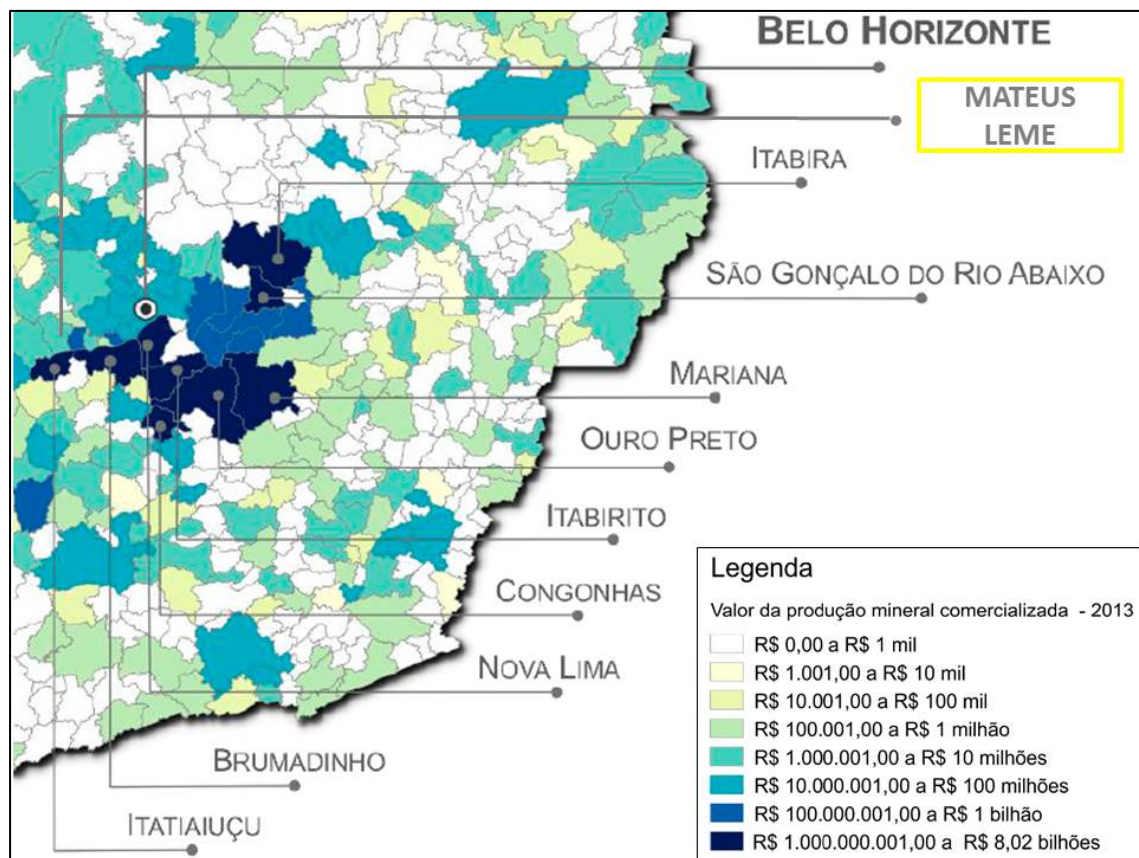
Figura 54: polígonos cadastrados no DNPM situados em Mateus Leme e seu entorno



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma presença pouco significativa dessa atividade no território municipal de Mateus Leme.

Figura 55: valor da produção mineral comercializada por município – 2013



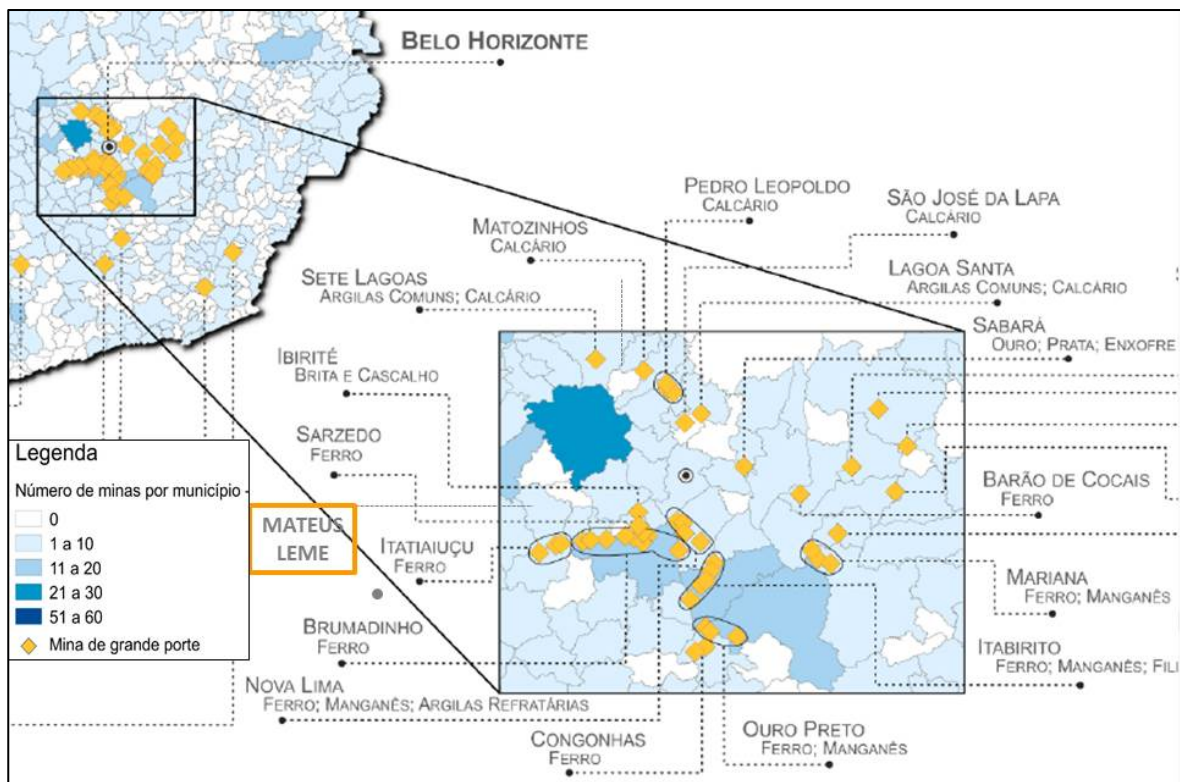
Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

Na figura acima o município de Mateus Leme, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na quarta faixa quanto à classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. Segundo o referido relatório teria sido comercializado em Mateus Leme um montante entre um e dez milhões. Quanto à evolução desses critérios entre 2010 e 2013, nota-se que a produção minerária em Mateus Leme viveu uma oscilação quanto ao valor da produção comercializada em 2011, tendo alcançado um patamar entre 01 e 7,70 bilhões de reais. Nos demais anos, o montante manteve nos mesmos patamares apurados em 2013 (DNPM, 2014).

De acordo com o cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, há minas de grande porte (cuja produção bruta é superior a 1.000.000 de toneladas por ano) localizadas na fronteira sul do município de Mateus Leme, mais

especificamente ao longo da Serra do Itatiaiuçu. Entre 2010 e 2013, operaram no município a mesma quantidade de minas (entre 01 e 10)

Figura 56: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013

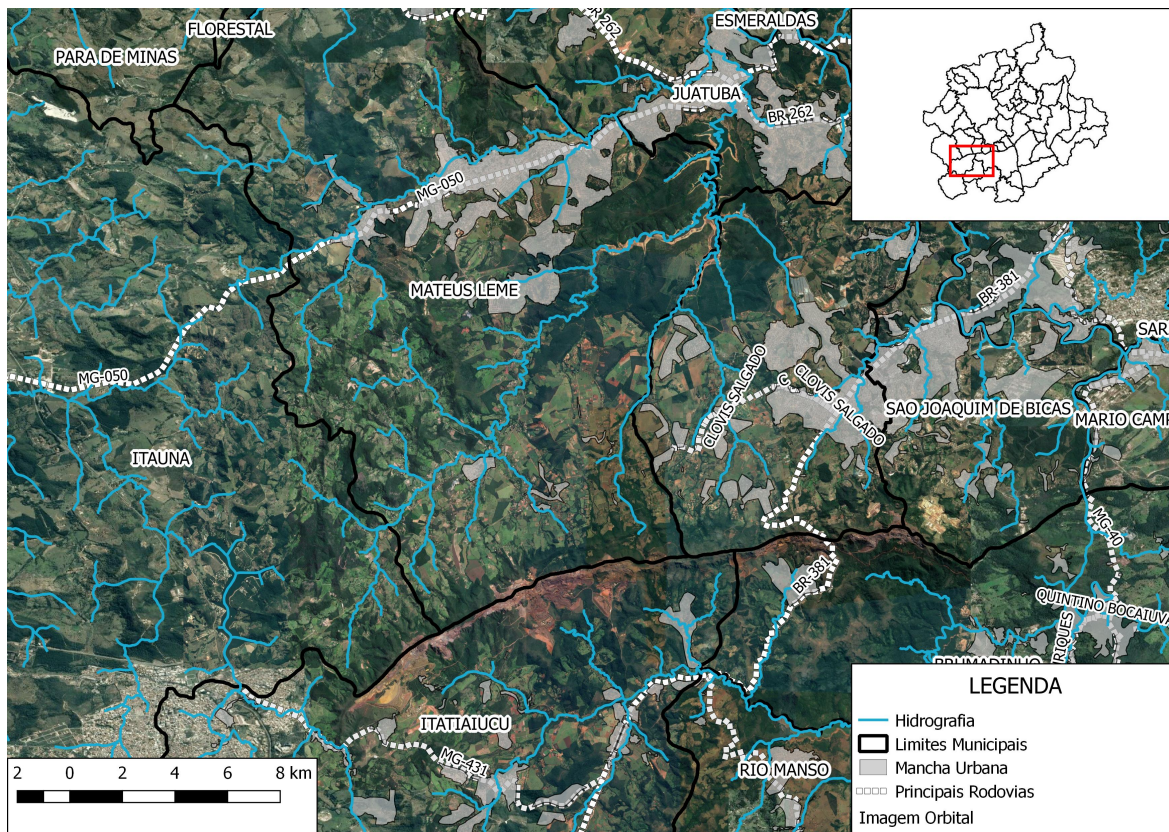


Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

10.2 A atividade minerária no território municipal de Mateus Leme

A atividade minerária no território de Mateus Leme possui importantes articulações com a estrutura urbana municipal e, principalmente, metropolitana. Como pode ser verificado na imagem abaixo, a Serra de Itatiaiuçu, localizada ao sul do presente município, compõe um dos principais divisores de águas da sub-bacia do Ribeirão Serra Azul, onde se localiza um relevante reservatório de água para consumo humano, operado pela Copasa. Pela figura é possível perceber que mais da metade dos tributários do Reservatório da Serra Azul tem como área de recarga a Serra do Itatiaiuçu, fortemente impactada pela mineração.

Figura 57: Repercussões da atividade minerária na Serra de Itatiaiuçu sobre o Reservatório Serra Azul



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010.

Além da situação acima, foram identificados 577 processos minerários cadastrados no DNPM no território de Mateus Leme. Destes, 447 estão inativos e apenas 130 estão ativos. Nesse universo, 87 indicam o ouro ou o minério de ouro como substâncias principais; 153, o ferro ou o minério de ferro; 30, o manganês ou o minério de manganês; e 13 indicam o granito como substância principal.

No âmbito da arrecadação, verifica-se que os valores obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM podem ser considerados intermediários quando comparados com outros municípios inseridos no presente processo. :

Quadro 30: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Mateus Leme

ANO	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (R\$ CORRENTES)
2000	0,00
2001	80.706,52
2002	0,00
2003	178.280,80
2004	342.554,62
2005	492.956,23
2006	521.184,08
2007	682.296,81
2008	1.175.542,54
2009	1.763.869,58
2010	5.149.926,42
2011	5.149.926,42

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Como pode ser verificado no quadro acima, de uma arrecadação na ordem de R\$80.706,52, verificada no ano de 2001, o município alcança uma arrecadação equivalente a R\$682.296,81 em 2007, um montante mais que oito vezes superior. O ápice, no entanto, é atingido em 2010, quando Mateus Leme arrecada R\$5.149.926,42 através da CFEM. Em termos comparativos, tais quantias são bem inferiores àquelas arrecadadas no município de Itatiaiuçu que, em 2011, arrecadou o equivalente a R\$14.838.402,22 (Fundação João Pinheiro, 2013).

No que tange a participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Mateus Leme, chama a atenção o crescimento desta ao longo dos últimos anos, tendo correspondido a 6,2% no ano 2000 e atingido um percentual equivalente a 24,89% em 2009.

Quadro 31: Participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Mateus Leme

ANO	PARTICIPAÇÃO DA EXTRATIVA MINERAL NO VAF (%)
2000	6,2
2001	5,5
2002	5,5
2003	7,9
2004	9,1
2005	8,3
2006	10,2
2007	13,6
2008	22,9
2009	24,89
2010	22,56

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

11 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Mateus Leme têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais compreensiva do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

1. **Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
2. **Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.
3. **Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
4. **Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar

infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

11.1 Produção

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores²⁷. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez,

²⁷ O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e

possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Mateus Leme indica significativa evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 242.131.000,00 em 2004 para R\$ 553.503.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 128,6% com taxa de crescimento anual igual a 8,62%

Quadro 32: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Mateus Leme e RMBH

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Mateus Leme	RMBH	
2004	242.131,00	71.802.492,00	0,34%
2005	242.617,00	80.335.006,00	0,30%
2006	233.361,00	90.914.533,00	0,26%
2007	255.672,00	105.126.590,00	0,24%
2008	300.086,00	124.733.451,00	0,24%
2009	306.371,00	127.738.998,00	0,24%
2010	403.967,00	160.497.850,00	0,25%
2011	442.854,00	182.774.152,00	0,24%
2012	434.682,00	199.649.079,00	0,22%
2013	562.910,00	222.833.072,00	0,25%
2014	553.503,00	228.096.052,00	0,24%
Variação percentual	128,60%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	8,62%	12,25%	-

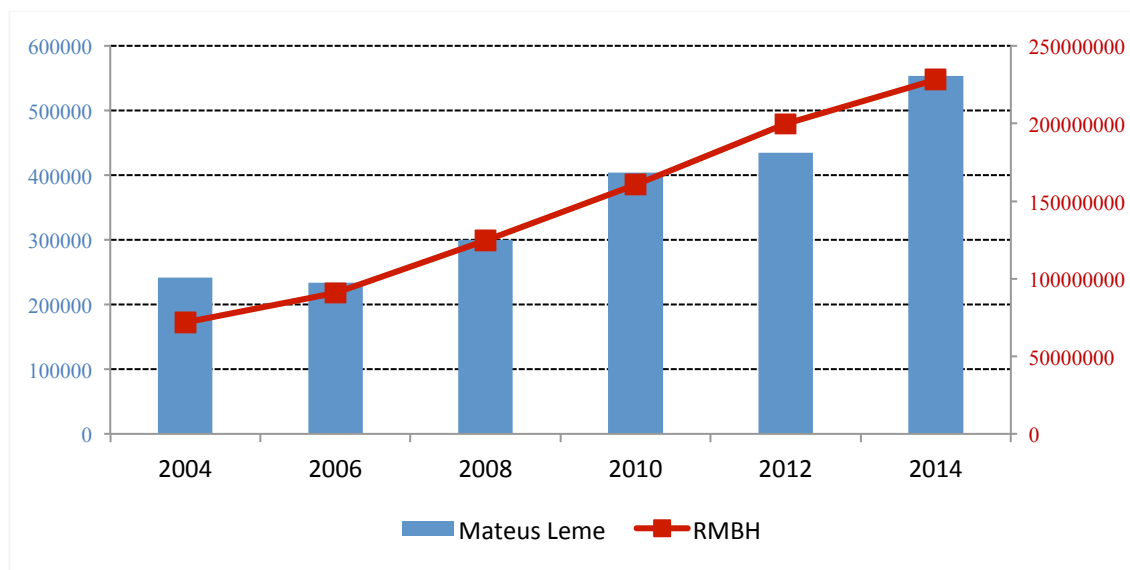
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos comparativos, percebe-se que Mateus Leme apresenta variação percentual e taxa de crescimento menores que da RMBH como um todo. A

organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

representatividade do PIB local em relação ao metropolitano apresenta redução no período, passando de 0,34% em 2004 para 0,25% em 2014. O Figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo

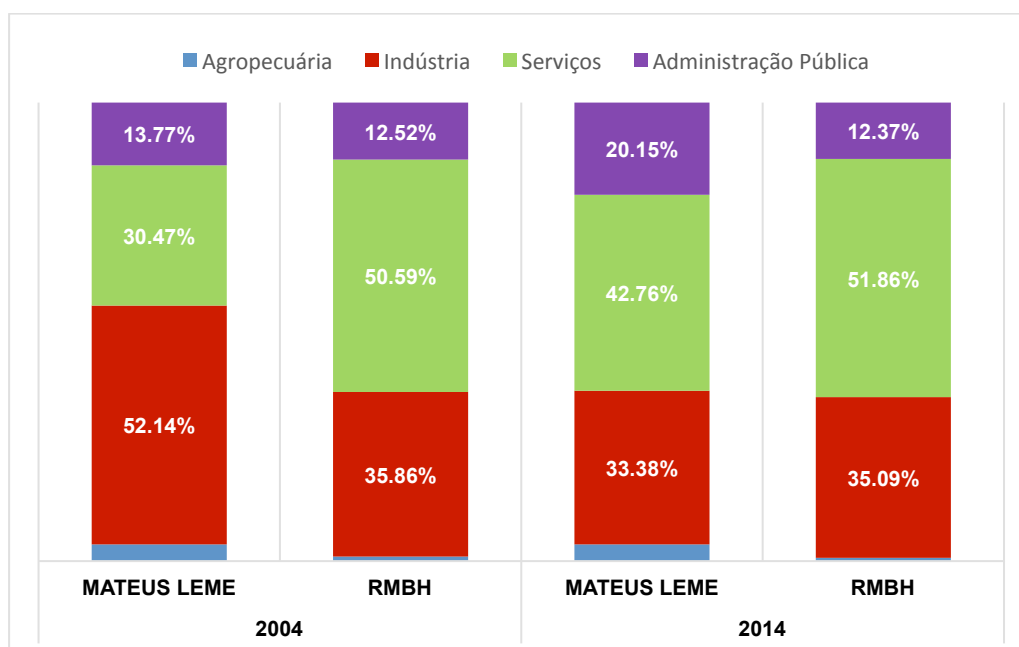
Figura 58: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Mateus Leme e RMBH. 2004-2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos da distribuição setorial, observa-se que diferentemente da RMBH, no município de Mateus Leme o Setor Industrial é o que possui maior representatividade na composição do PIB em 2004. Percebe-se, no entanto decréscimo do percentual no período analisado fazendo que o Setor de Serviços assuma o primeiro lugar em termos de representação na composição do Produto.

Figura 59: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Mateus Leme e RMBH. 2004, 2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Sublinha-se ainda o aumento considerável da Administração Pública indicando maior dependência do município em relação à sua estrutura administrativa. A Agropecuária mantém participação constante, igual a 3,72%.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo. O Quadro abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

Quadro 33: Valor Adicionado Bruto por setores. Mateus Leme e RMBH. 2004, 2014.

Setores	2004		2014	
	Mateus Leme	RMBH	Mateus Leme	RMBH
Agropecuária	7.902,00	624.163,00	18.288,00	1.346.869,00
Indústria	113.954,00	21.573.168,00	164.320,00	69.425.676,00
Serviços	66.593,00	30.434.567,00	210.478,00	102.598.004,00
Administração Pública	30.093,00	7.531.541,00	99.172,00	24.474.677,00

Total	218.542,00	60.163.439,00	492.258,00	197.845.226,00
--------------	------------	---------------	------------	----------------

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (IBGE).

11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Por meio dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Mateus Leme como para toda a RMBH. O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto – apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Mateus Leme como na RMBH.

Quadro 34: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Mateus Leme, RMBH. 2007, 2011, 2015

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Mateus Leme	RMBH	Mateus Leme	RMBH	Mateus Leme	RMBH
Indústria	53,00%	14,95%	54,12%	14,37%	46,23%	13,84%
Construção Civil	2,69%	7,57%	1,55%	8,75%	3,12%	7,79%
Comércio	11,83%	14,70%	11,77%	15,65%	16,41%	17,66%
Serviços	26,92%	62,08%	27,71%	60,76%	29,25%	60,14%
Agropecuária	5,56%	0,71%	4,85%	0,46%	5,00%	0,57%
Valor Absoluto	4.640	1.665.625	6.251	1.962.763	5.936	1.794.120
Variação percentual 2007-2015					27,93%	7,71%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE

Como se percebe, há em Mateus Leme considerável aumento no número de empregados formais no município – 27,93% -, aumento que se dá principalmente no setor de serviços e comércio. Em termos absolutos o número de vínculos ativos declarados pelos setores passa de 1249 em 2007 para 1736 em 2015 no primeiro e de 549 para 974 no segundo. No entanto, é a indústria que emprega o maior número de indivíduos possuindo 2744 vínculos ativos em 2015.

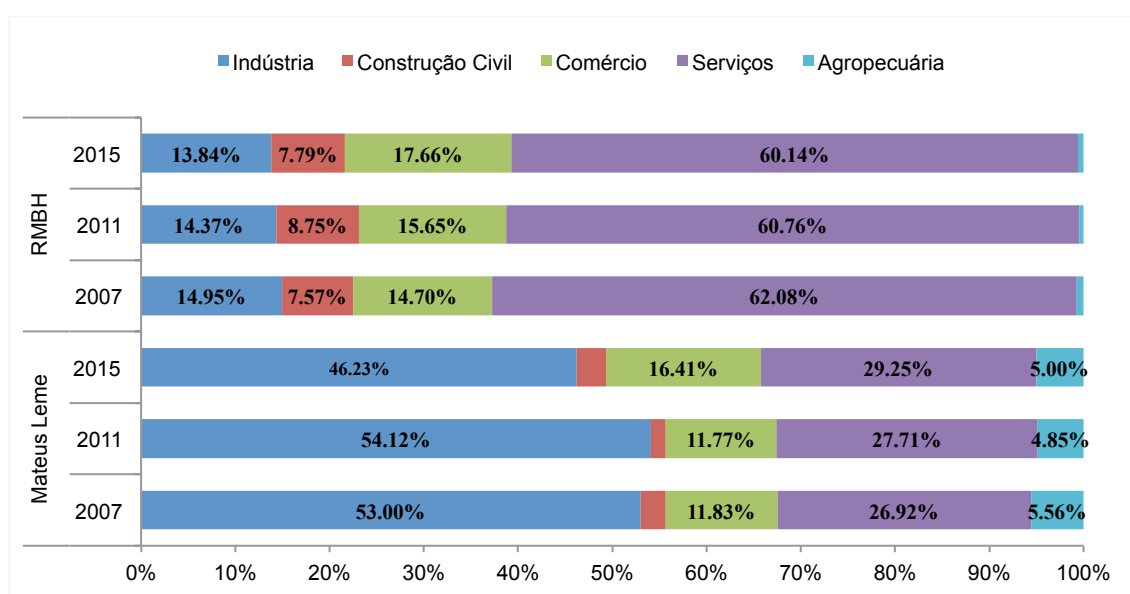
Apesar desse maior volume, o setor industrial perde participação percentual ao longo do período compensada pelos demais setores. A agropecuária também percebe singela redução na parcela por ela abarcada.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado na Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de

-8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta o Figura abaixo.

Figura 60: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Mateus Leme, RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Mateus Leme como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam para tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade

na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

Quadro 35: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Mateus Leme. 2005 – 2015

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Comércio Varejista	951	888	724	632	537	503	89,07%
Indústria Química	926	1179	1161	740	1041	749	23,63%
Administração Pública	852	888	907	765	673	643	32,50%
Elétrico e Comunic	627	688	428	400	475	496	26,41%
Material de Transporte	471	697	791	404	6	4	11675,00%
AlojComunic	326	318	288	176	147	112	191,07%
Borracha, Fumo, Couros	323	391	424	384	398	258	25,19%
Agricultura	297	288	303	293	258	286	3,85%
Construção Civil	185	449	97	183	125	119	55,46%
Adm Técnica Profissional	182	208	263	228	168	186	-2,15%
Médicos Odontológicos Vet	158	137	125	132	118	112	41,07%
Alimentos e Bebidas	96	55	60	57	64	56	71,43%
Madeira e Mobiliário	95	105	239	280	231	171	-44,44%
Transporte e Comunicações	90	82	76	71	74	125	-28,00%
Indústria Metalúrgica	86	104	113	144	144	99	-13,13%
Ensino	74	37	23	44	35	12	516,67%
Instituição Financeira	54	55	50	39	34	35	54,29%
Prod. Mineral Não Metálico	53	49	51	25	30	17	211,76%
Extrativa Mineral	47	49	62	49	63	42	11,90%
Comércio Atacadista	23	32	12	15	12	18	27,78%
Serviço Utilidade Pública	10	5	2	1	3	2	400,00%
Papel e Gráf	6	13	20	4	2	2	200,00%
Indústria Mecânica	4	25	18	19	1	0	-
Indústria Têxtil	0	13	14	2	1	2	-100,00%
Indústria Calçados	0	0	0	0	0	5	-100,00%
Total	5936	6755	6251	5087	4640	4054	46,42%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Mateus Leme, o Comércio Varejista – inserido no setor terciário - é assume o maior número de vínculos. Segue-se a ela a Indústria Química e a

Administração Pública. Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. Material de Transporte: 11675%;
2. Ensino: 516,75%;
3. Serviço de Utilidade Pública: 400%;
4. Prod. Mineral Não Metálico: 211,76%;

Ressalta-se que a segunda a terceira e a quarta, apesar do expressivo acréscimo percentual, têm muito baixa expressão em termos absolutos no volume de mão de obra empregada. Por outro lado, as atividades ligadas ao Material de Transporte passam de apenas 4 vínculos ativos em 2005 para mais de 470 em 2015, volume significativo para a realidade local. Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

1. Madeira e Mobiliário: -44,44%;
2. Transporte e Comunicações: -28%;

Na primeira, o número de vínculos ativos cai 171 para 95 enquanto na segunda de 125 para 90.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;
5. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;
3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%

Serviço Utilidade Pública: -0,26% Para Mateus Leme, o Comércio Varejista – inserido no setor terciário - é assume o maior número de vínculos. Segue-se a ela a Indústria Química e a Administração Pública. Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

5. Material de Transporte: 11675%;
6. Ensino: 516,75%;
7. Serviço de Utilidade Pública: 400%;
8. Prod. Mineral Não Metálico: 211,76%;

Ressalta-se que a segunda a terceira e a quarta, apesar do expressivo acréscimo percentual, têm muito baixa expressão em termos absolutos no volume de mão de obra empregada. Por outro lado, as atividades ligadas ao Material de Transporte passam de apenas 4 vínculos ativos em 2005 para mais de 470 em 2015, volume significativo para a realidade local. Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

3. Madeira e Mobiliário: -44,44%;
4. Transporte e Comunicações: -28%;

Na primeira, o número de vínculos ativos cai 171 para 95 enquanto na segunda de 125 para 90. Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

6. Extrativa Mineral: 79,36%;
7. Ensino: 78,10%;
8. Comércio Atacadista: 71,88%;

Processo de Revisão
planoDiretor

- 9. Indústria Mecânica: 68,95%;
- 10. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

- 5. Indústria Calçados: -52,18%;
- 6. Indústria Têxtil: -37,56%;
- 7. Administração Pública: -11,79%;
- 8. Indústria Metalúrgica: -6,33%
- 1. Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

**Quadro 36: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.
 2005 – 2015**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%

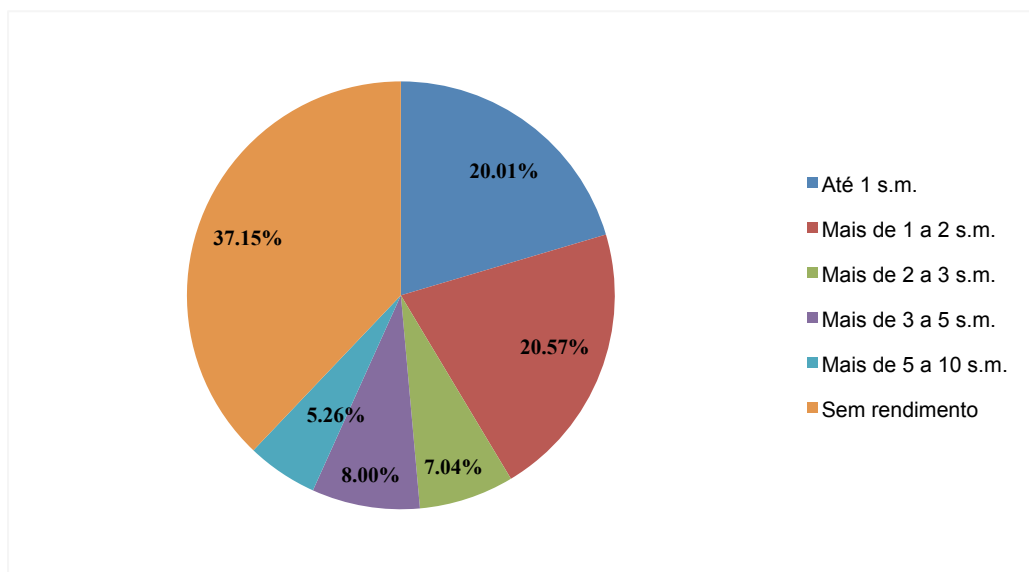
Processo de Revisão
planoDiretor

Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%
Total	1.794.120	1.988.442	1.962.763	1.784.128	1.665.625	1.455.561	23,26%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

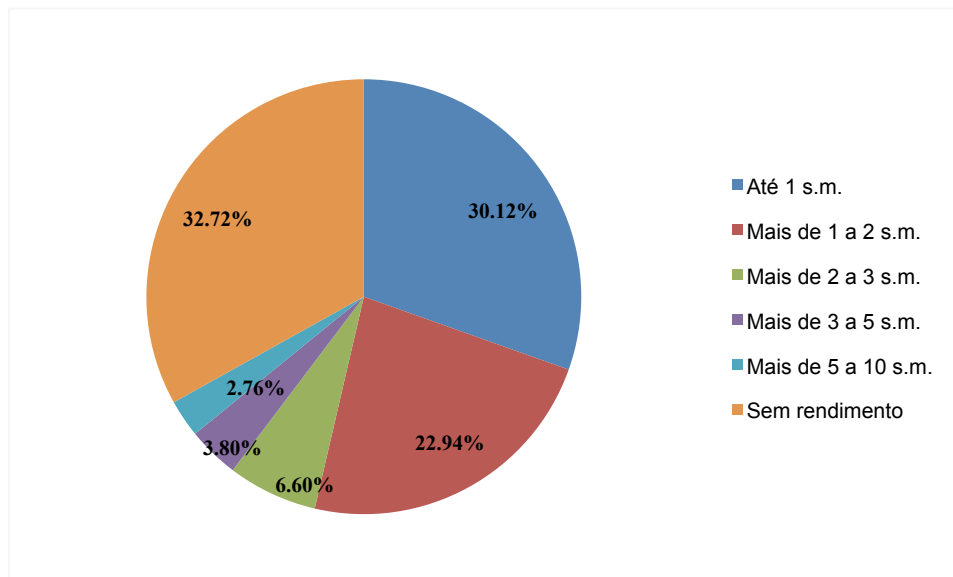
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Mateus Leme como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Mateus Leme. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Mateus Leme. 2010.

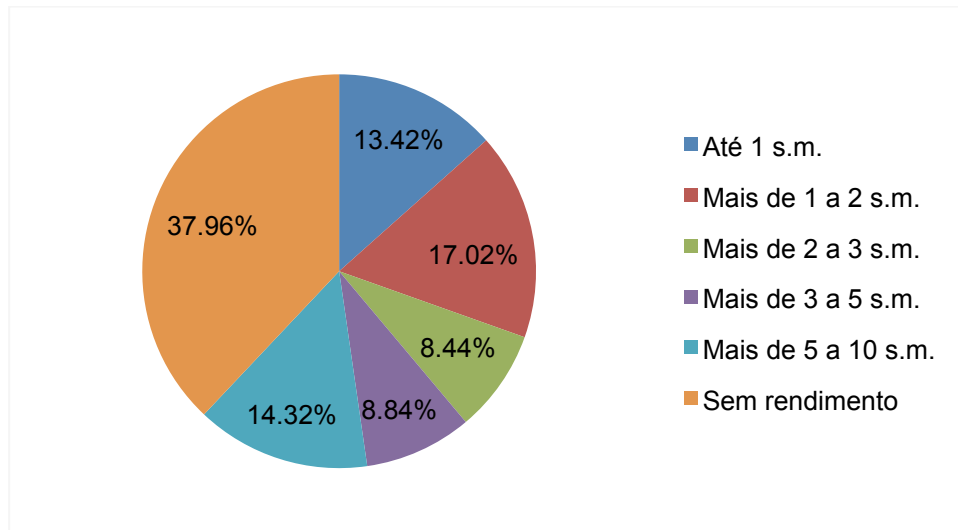


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 53% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 2s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, ainda que apresente trajetória crescente no número de postos de trabalho, aponta para uma oferta em lugares de menores qualificação/remuneração.

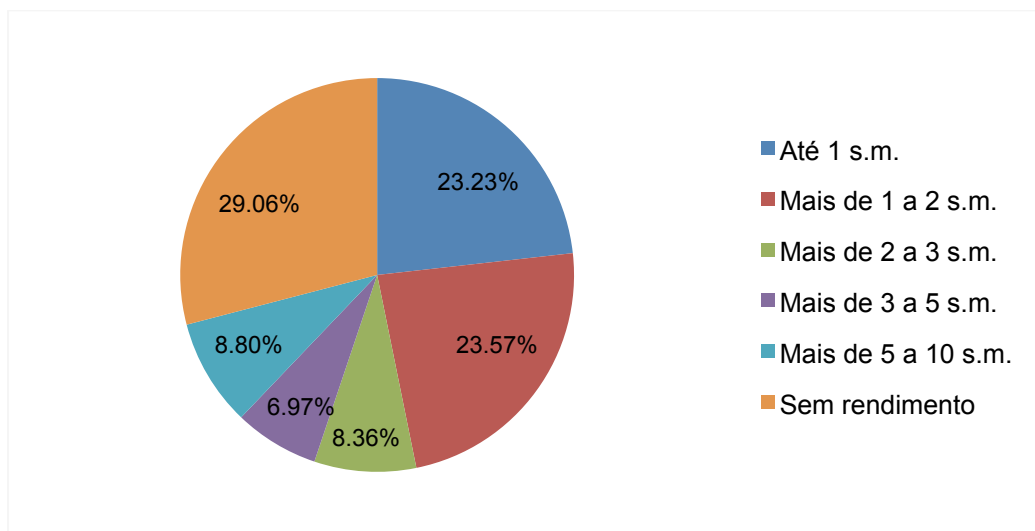
De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Mateus Leme. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos

Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 64: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo

aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

Quadro 37: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Mateus Leme e RMBH.

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Mateus Leme	Variação RMBH
	Mateus Leme	RMBH	Mateus Leme	RMBH		
Até 1s.m.	3.903	531.371	7.101	1.090.809	81,94%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	4.012	674.006	5.408	1.106.743	34,80%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	1.373	334.238	1.557	392.570	13,40%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	1.561	350.278	896	327.428	-42,60%	-6,52%
Mais de 5 a 10 s.m.	1.025	326.799	650	251.041	-36,59%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	263	150.000	198	104.903	-24,71%	-30,06%
Mais de 20 s.m.	122	90.286	52	57.347	-57,38%	-36,48%
Sem rendimento	7.246	1.503.620	7.714	1.364.442	6,46%	-9,26%
Valor absoluto	19.505	3.960.598	23.577	4.695.283	20,88%	18,55%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de apenas 20,88% e 18,55% para Mateus Leme e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1s.m. é de 81,94% e 105,28%. Por outro lado, enquanto a queda no número de pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos é em média de 39% para o município, para a RM tal patamar é de apenas 23%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010²⁸.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- 2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.

²⁸ O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

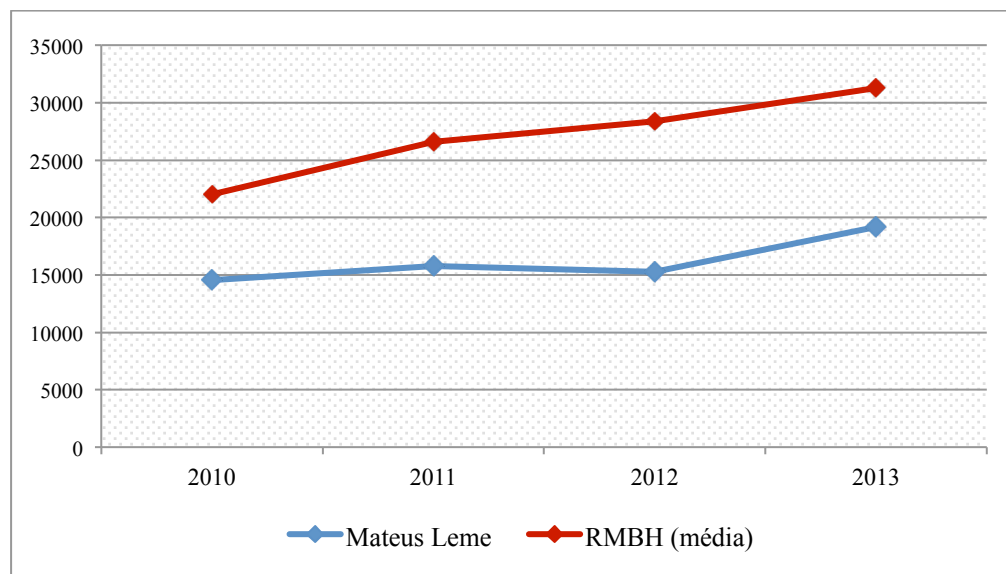
3. **Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
4. **Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.
5. **Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
6. **Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

Os dados são apresentados de modo comparativo entre Mateus Leme, a RMBH e o Brasil.

Anterior, porém à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Mateus Leme bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Mateus Leme como na RMBH, conforme ilustrado pela figura abaixo. Como se vê, os valores municipais (linha azul) encontram-se mais baixos que da média metropolitana (linha vermelha). Enquanto o PIB per capita de Mateus Leme passa de R\$ 14.521,30 em 2010 para R\$ 19.176,38 em 2013 - variação percentual de 32,06% e taxa de crescimento anual de 9,71% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.

Figura 65: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Mateus Leme e RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Quadro 38: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Mateus Leme e RMBH.

Ano	PIB per capita	
	Mateus Leme	RMBH (média)
2010	14.521,30	22.000,67
2011	15.745,41	26.573,73
2012	15.294,12	28.400,36
2013	19.176,38	31.273,41
Varição percentual	32,06%	42,15%
Taxa de crescimento anual	9,71%	12,44%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e

desigualdade no município de Mateus Leme. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

Quadro 39: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Mateus Leme, RMBH e Brasil

Índice	2000			2010		
	Mateus			Mateus		
	Leme	RMBH	Brasil	Leme	RMBH	Brasil
Gini	0,52	0,61	0,64	0,49	0,59	0,60
R1040	14,81	24,21	30,31	12,31	20,13	22,78
PIND	8,11%	3,92%	12,48%	5,03%	1,25%	6,62%
PPOB	46,54%	36,07%	48,39%	35,10%	19,33%	32,56%
Corte1	111,55	162,30	98,26	188,67	263,75	170,00
Corte9	849,16	1.708,08	1.268,86	1.182,00	2.166,67	1.533,50

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.

Mateus Leme se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama atenção o alto valor da R1040, igual a 12,31 em 2010. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos é assim mais de 12 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini, consideravelmente baixo no município, aponta que o baixo dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduzem necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se pouca redução no período. No ano de 2010 mais de 5% da população de Mateus Leme é ainda caracterizada como extremamente pobre, percentual consideravelmente maior que da RMBH, igual a 1,25%. Há também elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Mateus Leme mostra-se bastante superior ao da RMBH – 35,10% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 13% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 16% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 737,61, em 2010 tal valor sobre para R\$ 993,33. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

11.4 Finanças Públicas

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Mateus Leme, houve ampliação da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento no período entre 2014 e 2017, em uma variação de R\$ 18.608.105,32. O valor previsto para o ano de 2017 foi de R\$ 70.324.610,00. A Receita Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Mateus Leme, observa-se que houve, também, um aumento da Receita Corrente Líquida, de 2013 a 2016 num valor de R\$ 11.739.175,52.

Por sua vez, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um aumento no período entre 2013 a 2016, com uma leve queda em 2015, totalizando o valor de R\$ 57.222.040,73 em 2016. Assim, somente em 2016 a Receita Corrente Líquida passou a superar a Despesa Executada, em R\$ 4.606.072,91. Os dados referentes ao período de 2016 não foram disponibilizados pelo Portal. O Quadro e

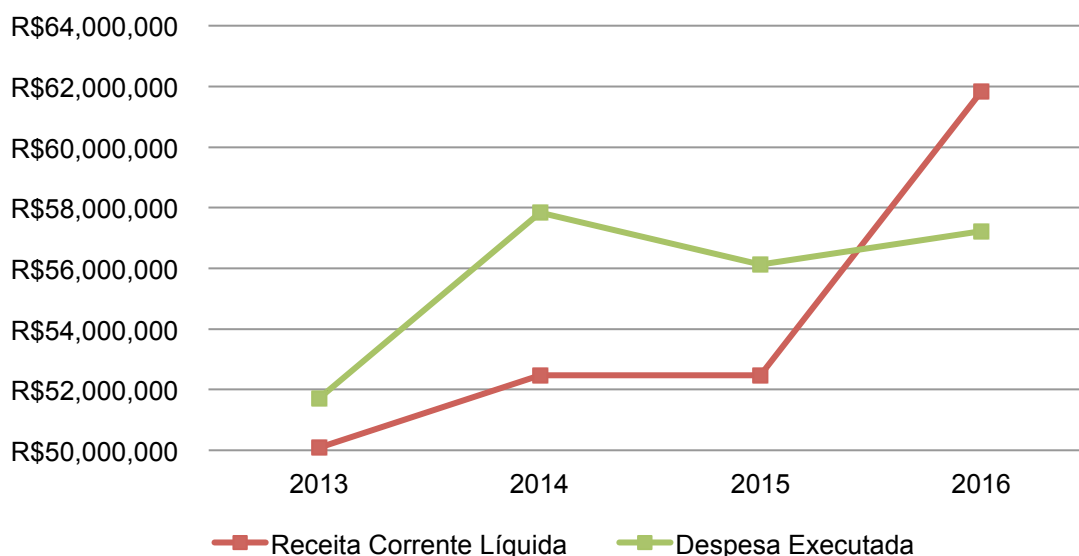
a Figura abaixo apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Mateus Leme.

Quadro 40: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Mateus Leme

Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
2013	R\$ 52.250.000,00	R\$ 50.088.938,12	R\$ 51.716.504,68
2014	R\$ 51.716.504,68	R\$ 52.468.383,87	R\$ 57.841.220,11
2015	R\$ 64.600.000,00	R\$ 52.476.122,42	R\$ 56.116.819,54
2016	R\$ 74.685.455,00	R\$ 61.828.113,64	R\$ 57.222.040,73
2017	R\$ 70.324.610,00	-	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

Figura 66: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Mateus Leme

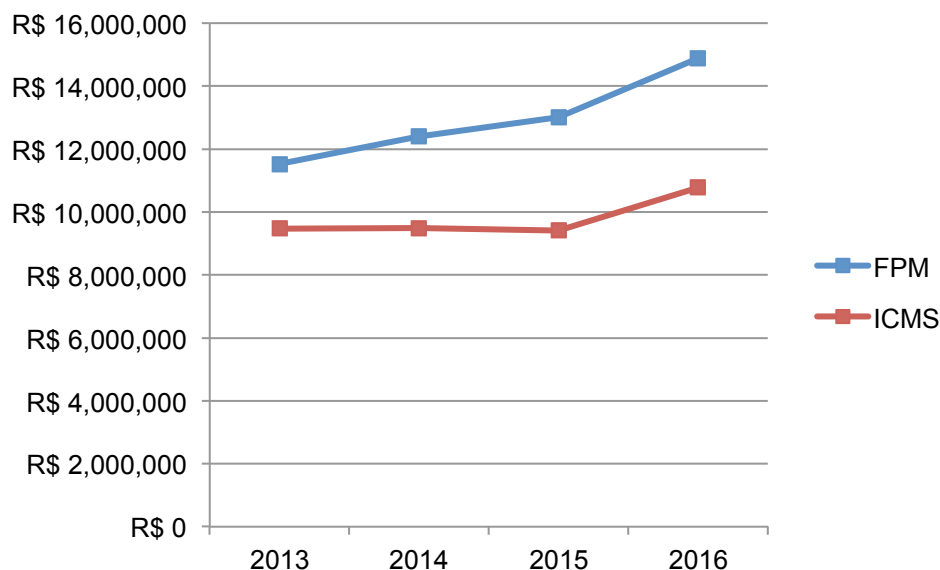


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de

Minas Gerais, o município de Mateus Leme obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$ 14.881.177,80 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que o valor das transferências variou pouco entre 2013-2016, de modo que de janeiro a dezembro de 2016, o município de Mateus Leme recebeu o acumulado de R\$ 10.766.567,59. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

Figura 67: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Mateus Leme



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. República Federativa do Brasil. Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968. Aprova o Regulamento do Código de Mineração. Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1968.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1967.

CAR - Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

CEDEPLAR / UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em WWW.rmbh.org.br.

CEDEPLAR / UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. Anuário Mineral Estadual do Estado de Minas Gerais – anos base 2010 a 2014. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2015.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. Pesquisa de processos cadastrados. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2017.

Disponível em:

<<https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/pesquisarProcessos.aspx> acesso>
em 17/04/2017

FJP. Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/, data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro. Consulta ICMS – Lei Robin Hood. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Mapa dos Conflitos Ambientais. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em 02/05/2017.

IBGE, Cidades. Mateus Leme, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf, acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Outorga de uso de recursos hídricos. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118, data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

LIBÂNIO, Clarice. Um olhar sobre Mateus Leme e sua cultura, IN DRUMMOND, Alessandra (org.). Cidades e políticas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. 216 p.

MATEUS LEME. Prefeitura Municipal. Lei complementar nº 25, de 27 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Mateus Leme.

MATEUS LEME. Prefeitura Municipal. Lei complementar nº 58, de 17 de dezembro de 2014. Estabelece as diretrizes e bases para instituir o Projeto Específico de Expansão Urbana do Município de Mateus Leme; define os perímetros urbanos; estabelece critérios, parâmetros e diretrizes específicas de uso e ocupação do solo; altera a Lei Complementar nº 25 de 27 de outubro de 2006; altera a Lei nº 2.410, de 3 de setembro de 2008; revoga a Lei nº 2.632 de 25 de outubro de 2013 e dá outras providências.

MATEUS LEME. Prefeitura Municipal. Lei nº 2.396, de 14 de abril de 2008. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na sede do Município.

MATEUS LEME. Prefeitura Municipal. Lei nº 2.404, de 24 de julho de 2008. Reestrutura o Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA – e dá outras providências.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Mateus Leme, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Mateus Leme, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

Prefeitura Municipal de Juatuba. Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2014/ 2016. Disponível em <http://juatuba.mg.gov.br/>, Acesso em março de 2017.

Prefeitura Municipal de Mateus Leme. Dados disponíveis no site <http://mateusleme.mg.gov.br/>. Acesso em março de 2017.

Prefeitura Municipal de Mateus Leme. Diagnóstico Socioeconômico do Município de Mateus Leme/MG. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico. Julho/2013. Disponível em <http://mateusleme.mg.gov.br/index.php/diagnostico-socioeconomico-do-municipio> acesso em março 2017.

Processo de Revisão

planoDiretor

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. Consulta aos municípios. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

